

ERLON ROBERTO ADAM

**UCRONIAS EM A SUL. O SOMBREIRO, DE PEPETELA: MATIZES FATUAIS E
FICCIONAIS ENTRE O TEMPO E O NÃO TEMPO**

PORTO ALEGRE
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURAS PORTUGUESA E LUSO-AFRICANAS
LINHA DE PESQUISA: PÓS-COLONIALISMO E IDENTIDADES

**UCRONIAS EM *A SUL*. *O SOMBREIRO*, DE PEPETELA: MATIZES FATUAIS E
FICCIONAIS ENTRE O TEMPO E O NÃO TEMPO**

ERLON ROBERTO ADAM

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a ANA LIBERATO TETTAMANZY

Dissertação de Mestrado em Literaturas portuguesa e luso-africana, apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE
2016

CIP - Catalogação na Publicação

Adam, Erlon Roberto

Ucronias em A Sul. O Sombreiro, de Pepetela:
matizes fatuais e ficcionais entre o tempo e não
tempo / Erlon Roberto Adam. -- 2016.
162 f.

Orientador: Ana Lúcia Liberato Tettamanzy.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Pepetela. 2. História e Literatura angolanas.
3. Ucronia e anacronia. 4. Fato e ficção. I.
Tettamanzy, Ana Lúcia Liberato, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ERLON ROBERTO ADAM

UCRONIAS EM A SUL. O SOMBREIRO, DE PEPETELA: MATIZES FATUAIS E FICCIONAIS ENTRE O TEMPO E O NÃO TEMPO HISTÓRICO

Dissertação de Mestrado em Literaturas portuguesa e luso-africana, apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA

PORTO ALEGRE
2016

DEDICATÓRIA

Dedico à memória de Cristina Rosito Marquardt. Com ela, no primeiro semestre de 2007, na Universidade Feevale, tive um curso de literatura grega, quando eu fazia Licenciatura em História. Depois de suas aulas tão inspiradoras e motivacionais, decidi mudar para o curso de Letras no segundo semestre daquele mesmo ano. No entanto, fatos trágicos levaram-na, em princípios de 2008. Eu realmente queria ter tido muito mais contato com ela, daqueles que viram amigos de seu professor, depois que as aulas acabam. É um conhecimento que tive uma ínfima oportunidade de vivenciar, mas tenho a certeza de que seus ensinamentos ecoaram como o canto de musas na escrita desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mais especificamente ao Programa de Pós-Graduação em Letras, pelo acolhimento e oportunidade ofertados.

À Universidade Feevale, pelos primeiros passos em História e depois em Letras. Pelas bolsas de extensão e de Iniciação Científica; caminhada inicial que moldou meu intelecto e minha existência.

À professora Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, que acreditou em mim, aceitando-me como seu orientando, com todo seu carinho e sua humanidade. De igual modo, ao professor Daniel Conte, pela paciência, pelos ensinamentos em sala de aula, na pesquisa e na Vida. À Rosemari Lorenz Martins, que foi a primeira professora a me selecionar como bolsista, com quem trabalhei na extensão por dois anos, abrindo muitas portas para mim. À prefeitura de Novo Hamburgo, que me nomeou para trabalhar como professor de Língua Portuguesa, ao final de 2014, quando nem lembrava mais do concurso que fiz.

Aos amigos Rafael H. de Aguiar, Rafaela Quadros, Edina P. Vargas e Alex Sandro Maggioni, e outros tantos que surgiram a partir da interação nos espaços da Feevale. Aos novos amigos que surgiram da UFRGS, como José R. Costa e Alessandro Pereira, que participaram dessa caminhada. A uma colega, de quem jamais esquecerei, por me encaminhar para ser bolsista na pesquisa, mas que, por percalços do destino, nossa amizade se esvaeceu no ar. Às amigas Cleonir da Silva e Michele G. Silva, pelo companheirismo desde os tempos de colégio, fazendo parte de minha trajetória de amadurecimento. Ao Siden F. do Amaral e ao Paulo C. Carrazzoni, cuja companhia me cresceu sabedoria, conhecimento e experiência. Aos amigos que fiz na QN – Queer Nerds, uma rede social, que aguçou meu espírito crítico, por meio de debates sobre diferentes assuntos, e que ampliou meu círculo de amigades.

Ao Nilton R. Medeiros, que participou de meu processo de entrada na UFRGS, com carinho e atenção. E, por fim, à minha família. Aos meus irmãos, Lutero R. Adam e Verlaine S. Adam. Aos meus sobrinhos Vinicius Adam S. e Lucas

Adam. E, principalmente, ao meu pai Edio Alaidio Adam, um sonhador, lutador, idealista e visionário, que sempre acreditou em mim e à minha mãe Miriam Adam, cujo amor incondicional me fez sempre seguir adiante.

RESUMO

Pepetela é o codinome de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos. Este escritor explora registros historiográficos de seu país, Angola, para singularizar muitas de suas narrativas, pautadas entre elementos ficcionais e históricos. Neste sentido, o presente trabalho traz como objetivo geral investigar o diálogo entre a História de Angola e a obra literária desse escritor *A Sul. O Sombreiro* (2012), que servirá de *corpus* para esta pesquisa. Os objetivos específicos visam analisar a construção discursiva das personagens, a fim de compreender o processo de criação literária como uma estratégia de resistência cultural, e investigar fontes históricas a partir de relatos de viajantes, para dialogar com os processos de compilação do tempo histórico cunhados na narrativa, cujo intertexto se torna claro ao longo do enredo. Quanto ao método, o campo do conhecimento humano centra-se em estudos literários e históricos voltados aos estudos luso-africanos. Para tanto, buscam-se autores que trabalham com questões referentes ao engajamento literário e à influência do contexto de seu panorama histórico e político sobre sua produção estética. Particularizam-se recursos narrativos de anacronia, vertentes ideológicas oriundas da ucronia, como o sebastianismo, e o desenvolvimento filológico das palavras ficção, fato e fetiche. Além disso, abordam-se os conceitos de imagem que o Ocidente produz sobre o modo de pensar dos outros povos a partir relatos de viajantes e dos Estudos Culturais, uma vez que é na esfera coletiva que transitam a história e a memória de cada grupo cultural.

Palavras-chave: Pepetela. História e Literatura angolanas. Ucronia e Anacronia. Fato e ficção.

ABSTRACT

Pepetela is the codename of Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos. This writer explores historiographical records of his country, Angola, to single out many of his narratives, guided between fictional and historical elements. Thereby, this work brings is to investigate the dialogue between the history of Angola and the literary work of this writer's *A Sul. O Sombrero* (2012), which will serve as corpus for this research. The specific objectives aim to analyze the discursive construction of the characters in order to understand the process of literary creation as a cultural resistance strategy, and investigate historical sources from travelers' accounts, to dialogue with the in-laws historical time compilation processes in narrative, which intertextuality becomes clear throughout the plot. As for the method, the field of human knowledge focuses on literary and historical studies related to the Luso-African studies. Therefore, we seek to authors who work with issues related to literary engagement and the influence of the context of its historical and political overview of its aesthetic production. Particularize to narrative features anachronism, ideological aspects arising from the ucronia as *Sebastianismo*, and the philological development of fiction words, fact and fetish. In addition, address to the image concepts that the West has on the thinking of other people from reports of travelers and Cultural Studies, since it is in the collective sphere transiting the history and memory of each cultural group.

Key-words: Pepetela. History and Angolan Literature. Ucronia and anachronism. Fact and fiction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa contemporâneo de África, com destaque em Angola.....	28
Figura 2: Cartaz com diamantes como propaganda.....	32
Figura 3: Partilha da África por países europeus, entre 1885 e 1914	50
Figura 4: O Mapa Rosa, proposto por Portugal, em 1884, mas não reconhecido pela Inglaterra em 1886	53
Figura 5: Mapa de Congo, Angola e Benguela, de 1760.....	59
Figura 6: Mapa do Império Filipino, durante a União Ibérica, de 1580 a 1640	74

SUMÁRIO

PRÓLOGO: TEMPOS DISTANTES, OLHARES PRÓXIMOS.....	9
1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 OBJETO DE ESTUDO.....	20
1.2 MÉTODO DE ANÁLISE HISTÓRICA.....	22
2 UMA REVISÃO ANACRÔNICA DA HISTÓRIA DE ANGOLA.....	26
2.1 CENÁRIOS PÓS-GUERRAS, DESDE 2002.....	26
2.2 DA CONQUISTA DA LIBERDADE À GUERRA CIVIL: 1975 A 2002.....	35
2.3 A LUTA ARMADA CONTRA A METRÓPOLE: 1961 A 1975.....	39
2.4 ESBOÇOS DE RESISTÊNCIA: DE 1951 A 1961.....	43
2.5 A PARTILHA DA ÁFRICA E A DESTITUIÇÃO DE SUA AUTONOMIA.....	48
2.6 O PRINCÍPIO DAS NAVEGAÇÕES MARÍTIMAS.....	54
2.7 GOVERNADORES GERAIS DE ANGOLA.....	61
2.8 REIS NO CENÁRIO DE <i>A SUL. O SOMBREIRO</i>	69
3 A NEGAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL DO NORTE ENTRE O FACTUAL E FICCIONAL.....	76
3.1 O FICCIONAL LITERÁRIO E O FATUAL HISTÓRICO.....	78
3.2 FETICHE, FEITIÇO E ORIENTALISMO.....	90
3.3 PEPETELA E O TRÂMITE INTERTEXTUAL.....	99
3.4 UCRONIAS NO ÂMBITO DAS DIVAGAÇÕES FATUAIS E FICCIONAIS.....	104
3.5 ANACRONIAS NO ATO DE NARRAR.....	112
3.6 UM HERÓI DE PELE NEGRA E MÁSCARA BRANCA.....	114
3.7 SIMÃO DE OLIVEIRA: O TESTEMUNHO DE UM RELIGIOSO.....	125
3.8 MARGARIDA: UMA FLOR DA SAVANA.....	129
4 CONCLUSÃO: A LITERARIEDADE DA OBRA.....	135
REFERÊNCIAS.....	143
ANEXOS: CÓPIAS DA FOLHA DE ROSTO DE ALGUMAS OBRAS PRIMÁRIAS CONSULTADAS.....	152
APÊNDICE: ORGANOGRAMAS COM ESQUEMATIZAÇÕES TEÓRICAS.....	159

PRÓLOGO: TEMPOS DISTANTES, OLHARES PRÓXIMOS

Quatrocentos anos separam duas viagens. De um lado, há um pesquisador brasileiro em um passado recente, que, financiado por órgãos fomentadores e grandes empresas, chega a Angola, em 1989, escrevendo uma tese a partir de sua experiência. De outro, estão os relatos de um mercenário britânico que perscruta o território angolano por volta de 1589, cujas narrativas são transcritas e compiladas por Ernst Georg Ravenstein¹ publicando-as em 1901.

Contudo, o que há em comum entre esses dois textos e por que compará-los no início desta dissertação? Ambos os casos são olhares estrangeiros sobre o território africano, neste caso, Angola. Além disso, os dois viajantes, mascarados sob intenções diferentes, representam órgãos, empresas ou governantes cujos interesses residem em explorar economicamente o local. Num passado remoto, ia-se com a intenção de levar a civilização cristã em troca de escravos e minérios de prata. No presente, promete-se proporcionar formação, dar assistência e estrutura ao país, em troca da concessão formal da extração de petróleo e diamantes por empresas estrangeiras, que fomentam e financiam pesquisadores de diferentes áreas de estudos sobre África.

Dessa forma, é no panorama contemporâneo que Solival Silva e Menezes (1996) viaja pela primeira vez a Angola em junho de 1989, parte de um corpo docente selecionado pela USP para um intercâmbio de brasileiros naquele país. A finalidade daquele grupo era ministrar cursos de teoria econômica para professores da Universidade Agostinho Neto e autoridades do governo. A Fundação Ford e o Banco Mundial financiavam o programa, com o objetivo de inserir no mundo capitalista países em transição final da experiência comunista, atrelados à antiga URSS.

Para seus primeiros trabalhos e estudos, Menezes chega antes dos demais membros da equipe, desembarcando sozinho. Ele diz ter sofrido grande impacto logo no aeroporto, ao ver a ação violenta da polícia, que açoitava com cassetetes civis que tentavam manter contato com pessoas que chegavam de viagem. Essa

¹ Cartógrafo e geógrafo alemão conhecido por desenhar muitos dos mapas modernos. Também foi responsável por fazer levantamentos topográficos e populacionais precisos no final do século XIX e início do XX. Por sua profissão, era de seu interesse organizar e divulgar narrativas de viajantes, como a de Andrew Battell.

ação se repetia em vários lugares, como portos e em frente aos hotéis. Depois, ele percebe que as pessoas queriam contato com estrangeiros, principalmente com brasileiros, para conseguir produtos importados trazidos pelos viajantes e revendê-los nos mercados ilegais chamados de kandongas.

Este pesquisador também descobre que Angola já vivia um processo de transição econômica iniciada aproximadamente em 1987. O país saía gradativamente de uma economia planejada de modo centralizado, desde a independência em 1975, abrindo gradualmente para a globalização. Dessa forma, em 1989, ainda não havia uma “economia de mercado” consolidada. Essa é a observação de Menezes sobre o fato de que prevaleciam instituições e organismos de economias estatizadas, paralelas às atividades de pequenas organizações e da gradual inserção de empresas estrangeiras.

O viajante brasileiro descreve o aeroporto internacional angolano como confuso e de péssimas instalações, ressaltando que, em 1996, quando escreveu sua tese, as condições já estavam melhores. Saindo daquele espaço, saltam-lhe aos olhos a pobreza da população em habitações com higiene precária, e muitas vezes, destruídas. Ele conta que não esperava encontrar entre a miséria de muitos a diferença material com que se deparava nas ruas, ainda mais em se tratando de um país socialista. A realidade encontrada leva-o a um estado de depressão, agravado com sua chegada ao hotel de luxo, que servia de vitrine para estrangeiros. Apesar do requinte do local de hospedagem, para qualquer lugar para onde olhava, poderia ver “o difícil e pobre cotidiano da cidade, com seu trânsito confuso, com centenas de militares e policiais nas ruas, ostensivamente vigiando e exercendo o poder de proibir” (MENEZES, 1996, p. 16).

Minha depressão se completou quando comprovei que, realmente, Angola não era um país pobre (como parecia), mas muito rico em minerais e petróleo e que possuía uma parcela de sua população que ostentava essa riqueza. Apesar de ser um país “socialista”, automóveis de luxo, de reconhecidas marcas internacionais, dirigidos, principalmente, por membros da burocracia, congestionavam as ruas de Luanda ao lado dos tradicionais veículos Lada, de fabricação soviética, e de caminhões da Alemanha Oriental em péssimas condições (idem, p. 17).

Havia, nesse período, também diversos estrangeiros que ganhavam dinheiro negociando com o Governo. Eles vendiam muitos produtos, em especial alimentos, e compravam diamantes, geralmente contrabandeados, e petróleo. Desse grupo de pessoas de fora do país, Menezes denuncia que havia:

[...] um grande número de fornecedores de serviços, desde organizações de auditoria que serviam ao governo, fiscalizando as contas das empresas do “enclave do petróleo”, até consultores nos mais variados ramos, além de membros das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (esses atuando em missões, presentes no país desde meados dos anos 80) (MENEZES, 1996, p. 18).

Em contrapartida, Menezes elogia a índole do povo angolano em meio a essa corrupção. Ele se emociona com a gentileza de cada pessoa com quem se relacionava nas ruas ou instituições, impressionando-se com a alegria e com a simplicidade de sua população. Nesse contato direto, ele descobre a si mesmo, encontrando as origens da cultura brasileira, presentes nas palavras, hábitos e ginga dos corpos.

Muito mais que Portugal [...], Angola comprovou ser nossa verdadeira matriz de costumes. Foi lá verdadeiramente que nasceu o Brasil que conhecemos hoje em dia [...]. Viajei no tempo e fui ao século XIX encontrar-me com nossos primeiros anos de independência. Pensei em nossas dificuldades na época e comparei com as dos angolanos na atualidade. Imaginei o que será de Angola daqui a 150 anos. Lembrei também de Gonçalves Dias (nosso poeta que, afastado da pátria por tanto tempo, escreveu a Canção do Exílio, que as “aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá...”) e conclui que seus versos não traduzem que temos mais identidades que diferenças com os angolanos (MENEZES, 1996, p. 19).

Assim, esse pesquisador estabelece contrapontos das semelhanças entre Brasil e Angola. Afinal, os dois países possuem um elo cultural e genético estabelecido por trezentos anos de tráfico negreiro, ambas as sociedades e economias, apesar dos 153 anos que separam suas independências da dominação portuguesa. Ele ressalta que os problemas enfrentados são parecidos, como a desigualdade social e a exploração estrangeira, no processo de globalização. Porém, o Brasil possuiu uma infraestrutura mais consolidada, uma população e um território muito maiores, sendo as dificuldades em Angola mais acentuadas.

A partir dos sentimentos de identidade e alteridade, Menezes havia sentido que deveria “ajudar²” o país africano que o acolheu. Todavia, percebe que as possibilidades de ajuda eram limitadas. Apesar das limitações, inicialmente, ele

² Conferir o subcapítulo “Fetichismo, feitiço e orientalismo” da presente dissertação. Quando Menezes relata Angola como um país subdesenvolvido e que ele se viu na missão de contribuir com o país que visita, na verdade, traz um forte olhar orientalista, na definição de Edward Said (2003). O discurso do brasileiro em terras angolanas, ainda que imbuído de empatia, identidade de alteridade, transparece determinadas visões estereotipadas do outro, fortalecendo arquétipos típicos do colonizador que se sente na missão de ajudar, levando sua civilização, em troca de bens ou serviços do colonizado. Além disso, um dos fomentadores de sua pesquisa foi a Odebrecht, multinacional brasileira nas áreas químicas, mineradoras e construtoras, envolvida em recentes escândalos de corrupção. Apesar desses percalços, dos quais é preciso saber filtrar de forma consciente, sua tese é de excelente qualidade teórica, servindo de aporte para a compreensão da história recente e da cultura angolanas.

oferece opiniões por meio de artigos no Jornal de Angola, por meio de entrevistas concedidas à Rádio Nacional e à Televisão Popular e por meio de palestras e debates durante seu tempo de permanência. O contato inicial lhe permite desenvolver a ideia de um trabalho mais denso sobre a economia angolana. Sua depressão, no entanto, o faz descartar essa ideia, decorrente em especial pela repressão policial:

[...] depois dos vários entrevistos com a polícia (eu insistia em andar livremente e, sobretudo, em tirar fotos das belas paisagens angolanas), do autoritarismo onipresente, da corrupção (pequenas gorjetas me franqueavam algumas fotografias) e da cena final do funcionário que me acompanhava tentando proibir que eu levasse comigo os recortes dos artigos de jornal que escrevi (por sorte estavam em um compartimento de minha bagagem que ele não revistou). Sai de Luanda chateado e achando que tão cedo não voltaria (MENEZES, 1996, p. 19).

As primeiras impressões não o haviam impedido de retornar a Angola dois anos e meio depois. Em 1992, ele volta; o autoritarismo ainda estava presente, mas a economia e o ambiente já estavam mais amadurecidos, fortalecidos pelo primeiro acordo de paz em 1991. Nesta segunda fase, ele propõe a reorganização da área de processamento de dados da Faculdade de Economia, colaborando com a reformulação curricular. Por seus conhecimentos, passa a ser convidado a dar palestras e consultorias em ministérios, empresas e repartições. Ele destaca que o fato de ser brasileiro contou mais do que seu currículo e experiência. Para pôr em prática o trabalho sobre economia formulado na primeira viagem, recolhe informações e documentos, algumas vezes, contrabandeados com o apoio de alunos que eram também funcionários públicos, sendo que estes pediam frequentemente para Menezes escrever sobre Angola.

Essa segunda viagem lhe havia oportunizado conhecer melhor o país. Ele se aprofunda nos conhecimentos sobre a cultura, a geografia e as transformações por que o país passava. Para tanto, realiza muitas viagens, inclusive a áreas de risco, ajudado por militares angolanos, contrariando conselhos de diplomatas e cidadãos angolanos. Com a experiência vivida, pôde formular sua tese de economia, que traz conhecimentos profundos das relações sociais e culturais, para facilitar a aplicação de investimento financeiro em Angola.

Menezes é testemunha do final da guerra civil, da transição da experiência comunista para uma abertura econômica capitalista. Contudo, em ambos os sistemas econômicos contemporâneos fragmentos das relações tribais ainda imperavam, sendo uma das motrizes para as disputas bélicas que assolaram o país

de 1975 a 2002. É interessante ressaltar que esse processo histórico será discutido ao longo do corpo deste trabalho.

Exatamente quatrocentos anos antes de Menezes, quatro corsários ingleses chamados Thomas Turner, Andrew Towers, Anthony Knivet³ e Andrew Battell saem em uma expedição marítima em direção aos mares do Sul, em 1596. Contudo, ao abordarem seu navio em águas da América do Sul os portugueses os prendem. Passam, então, anos como prisioneiros de guerra. Dentre estes quatro aprisionados,

Andrew Battell, felizmente, deixou atrás de si um registro razoavelmente circunstancial do que ele experimentou em Kongo e Angola. Sua narrativa traz o selo da verdade, e tem resistido ao teste do tempo. É única, além disso, como sendo o mais antigo registro de viagens no interior desta parte de África; além de algumas cartas de missionários jesuítas, as referências ao Kongo ou Angola impressas até o tempo de Battell, estavam limitadas à costa, ou eram puramente históricas ou descritivas (RAVENSTEIN, 1901, p. 10, tradução nossa⁴).

As origens de Andrew Battell são dúbias e pouco exploradas. Sobre seu falecimento, “nem os registros da igreja dão uma pista para a morte de Battell” (idem, p. 11). O que se sabe a seu respeito pode ser obtido essencialmente por meio do relato de suas “Aventuras”. Provavelmente, Andrew veio de Leigh, uma vila de pescadores no condado de Essex, Inglaterra. Esse viajante havia obtido experiência em navegação em princípios do século XV, trabalhando como piloto, na tomada da carga de navios. Por essa razão, quando Henrique VIII organiza suas frotas marinhas, a partir de 1538, Andrew é incorporado a elas.

No dia 20 de abril de 1589, Battell navega com o capitão Abraham Cocke para o Rio da Prata. A viagem não é fácil. Passam pelo Brasil, onde enfrentam conflitos com os índios. Apesar das dificuldades, chegam à Argentina, na foz do rio da Prata durante o Outono do Hemisfério Sul. Entretanto, o vento e a falta de comida lhes forçam a retornar para a costa brasileira. O navio chega à ilha de São Sebastião, que atualmente é o Rio de Janeiro. Lá, a tripulação se separa, sendo que os índios levam Andrew Battell como prisioneiro, entregando-o aos portugueses.

³ Master Anthony Knivet também deixou seus registros. Este corsário ficou preso no Brasil Seiscentista, enquanto Battell foi deportado para Angola. Seus relatos foram compilados e editados por Vivien Kogut Lessa de Sá em *Admirable adventures and strange fortunes of Master Anthony Knivet: an English pirtae in sixteenth-century Brazili* (2015).

⁴ Andrew Battell, fortunately, has left behind him a fairly circumstantial record of what he experienced in Kongo and Angola. His narrative bears the stamp of truth, and has stood the test of time. It is unique, moreover, as being the earliest record of travels in the *interior* of this part of Africa; for, apart from a few letters of Jesuit missionaries, the references to Kongo or Angola printed up to Battell's time were either confined to the coast, or they were purely historical or descriptive.

O viajante inglês passa meses preso. Após esse período, deportam-no para Luanda. Nessa cidade africana, fica por mais quatro meses, até enviá-lo a 150 milhas (240 quilômetros, aproximadamente) acima do rio Kwanza, para ser confinado em um forte. Contudo, após a morte de um piloto português Battell é contratado pelo governador João Furtado de Mendonça para conduzir uma pinaça⁵ até Luanda, dada sua experiência em navegação.

Battell adoece. Ele convalesce por oito meses. Quando se recupera, o governador envia-o ao Congo, em Nzari, com a finalidade de coletar marfim, trigo e óleo de palma. Ele obtém sucesso em sua exploração; por essa razão, continua a negociar entre os portugueses em Loango. Mesmo com grande êxito nas negociações, tenta escapar em um navio holandês. O fracasso na fuga o faz ser preso novamente, por dois meses. Após este tempo, banem-no para Massangano, em um forte português à margem do rio Kwanza, no extremo-leste de Angola. Nesse lugar, permanece por seis anos, onde tenta, mais uma vez fugir, sendo novamente preso.

Após a última prisão, alistam-no em uma força mista da frota portuguesa, enviando-o a uma expedição para Ilambo. A campanha foi bem-sucedida, mas Battell se fere gravemente em uma das pernas, passando a mancar. Sua função a partir deste momento foi empregar expedições comerciais ao longo da costa angolana. Numa dessas expedições, jagas⁶ fazem-no refém durante dois meses. Porém, como possui em mãos um mosquete, passa a ter o respeito da tribo, que não o sacrifica em rituais antropofágicos⁷.

Mais uma vez, Andrew Battell sai vivo de sua jornada. Ele consegue retornar às colônias portuguesas em Massangano. Por seus serviços prestados e por sua vivência, torna-se sargento. Nesse momento, alguns jesuítas informam-lhe que a paz entre britânicos e ibéricos é restaurada, devido à adesão de James I, coroado

⁵ Pequena embarcação de pino, à vela ou a remo, que servia para estabelecer comunicação entre navios mercantes ou de guerra pertencentes a uma mesma esquadra. Servia também de apoio para se deslocar dos navios à terra. Em viagens mais longas as pinaças costumavam ser rebocadas pelas embarcações de maior porte.

⁶ Jagas: Tribos de guerreiros africanos ao leste do Reino do Congo e ao norte do Reino de Angola. No livro de Ravenstein sobre Andrew Battell, são denominados “gagas” os grupos considerados “indomesticáveis”, que dificultavam o ingresso dos europeus em larga escala ao interior da África. Dos séculos XVII ao XIX, houve várias teorias e propostas de missionários e geógrafos que tentavam buscar a origem desses grupos, subentendendo que a intenção era contê-los.

⁷ De acordo com o dicionário Porto Editora (2016), antropofágico é relativo a ou próprio de quem se alimenta de carne humana; canibalesco

rei da Inglaterra em 28 de janeiro de 1547. O mercenário, assim, deixa de ser prisioneiro de guerra, recebendo o consentimento para voltar a seu país de origem.

No entanto, os portugueses não cumprem com o acordo. Ele não é libertado. Então, decide fugir em direção às florestas de Kasanze. Nesse lugar, área para refugiados, espera a troca de governadores em Luanda, para aproveitar a mudança política que o proporciona oportunidade de embarcar em uma pinaça com um velho comensal. Assim, finalmente, ele sai do porto do Loango, para retornar à Inglaterra.

Depois de dezoitos anos distante de sua terra natal, retorna ao condado inglês de Essex. Por conta de seu tiro na perna, é condecorado pelo rei Henrique I. Apesar do reconhecimento real, muitos questionam a veracidade de suas histórias, mas suas narrativas são confirmadas por relatos semelhantes de outros viajantes, seja em Angola ou Congo. Os relatos de sua aventura são impressionantes. Ele traz costumes, hábitos, crenças, que até aquele momento eram absolutamente estranhos aos ocidentais. Ele foi testemunha de canibalismos e infanticídios, cujos rituais parecem desumanos sob uma ótica do pensamento cristão. É mister adiantar que o escritor angolano Pepetela referencia os registros editados por Ravenstein, ao final de sua obra literária *A Sul. O Sombreiro* (2012), sendo, por essa razão, enfatizada no presente prólogo e retomada ao longo da dissertação.

As instituições de pesquisas ocidentais, nos séculos XX e XXI, prometem proporcionar formação, assistência e estrutura aos países africanos. A remuneração esperada é o direito à extração formal de petróleo e diamantes por empresas estrangeiras, estas que fomentam e financiam seus pesquisadores correspondentes a diferentes áreas de estudos. Nesse contexto foi elaborada a pesquisa do brasileiro Menezes, defendida em 1996. Esse é um panorama que serve de exemplo para o que não mudou muito ao longo do devir histórico no que tange à África. A finalidade dos viajantes, que elaboram seus relatos, é poder compreender a cultura do outro, para, a partir desse momento, poder melhor negociar com ela, seja por dominação direta, indireta, ou por trocas objetivadas quase nunca vantajosas à cultura autóctone.

Apesar de a tese de Menezes ser um componente rico para a compreensão da cultura angolana, é também um veículo de dominação indireta. Daí a analogia do presente trabalho entre a tese de Menezes com o diário de bordo de Andrew Battell, que sai de Essex, na Inglaterra, no dia 20 de abril de 1589, passando por diferentes pontos da costa atlântica, como a Foz do Rio da Prata, até chegar a Angola. Os

apontamentos de Battell, convém recordar, foram compilados e reorganizados por um geógrafo anglo-germânico, Ravenstein, publicados em 1901, sob o título de *As estranhas aventuras de Andrew Battell*. Pepetela leu essa antiga aventura, motivando-se a inserir a personagem histórica Andrew Battell em sua própria narrativa *A Sul. O Sombreiro*, cujas referências aparecem ao final de seu romance. É a concretização da premissa de Kristeva de que todo escritor deve ser antes um leitor, pois sem o ato da leitura não há escrita.

Apresentam-se, assim, duas perspectivas de épocas distintas sobre a historicidade angolana. A presente dissertação propõe-se, neste sentido, a ser um novo olhar, uma uma síntese, que arremata o modo como os outros viram e ainda veem Angola, para entender como esse olhar estrangeiro de certo modo influenciou a escrita da obra de Pepetela, um angolano engajado política e culturalmente em seu país.

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca compreender o devir narrativo: aquilo que vem a ser a História e a ser Literatura narradas. Para tanto, são enfatizadas definições de ucronia, em direção a passados hipotéticos, e anacronias, como recurso narrativo, para a subversão de um tempo linear, de cunho historicista e cientificista. Consciente de que as produções históricas e literárias se distanciaram com o afastamento semântico entre o ficcional, presente na Literatura, e o fatural, na História, buscam-se reaproximações filológicas entre os termos. Convém ressaltar que, no panorama contemporâneo, muitos estudos visam à compreensão das narrativas que não se preocupam mais em distinguir o fato e ficção, ao legitimar que há outras possibilidades de representar a realidade.

A narrativa *Ao Sul, o Sombreiro* (2012), do escritor angolano Pepetela, é empregada para exemplificar esse movimento de reaproximação entre Literatura e História. Lançada em 2012, a obra de 27 capítulos está ambientada em Angola dos séculos XVI e XVII, um momento em que grande parte das Américas e do litoral africano se viu subjugada pela União Ibérica, no Período Filipino. Neste contexto, o diálogo entre história e ficção demonstra grande habilidade do escritor para levar o leitor àquela época em que os domínios espanhol e português fundiram-se em apenas um território ultramarino. Pedro Dias (2011) contextualiza uma conversa que teve com Pepetela sobre o lançamento desta obra:

“A Sul. O Sombreiro” contém trezentas e sessenta páginas. O Livro retrata a história de Manuel Cerveira Pereira, Governador de Angola de 1615 a 1617, conduzindo o leitor a Angola dos séculos XVI e XVII, enquanto Portugal vivia sob domínio Filipino. Segundo Pepetela, a sua mais recente obra, aborda um período pouco conhecido da história de Angola, sobretudo à fundação da cidade de Benguela, que era uma tentativa de fundação de uma nova colônia a sul do Rio Kwanza, até a África do Sul e Moçambique. Isso iria abranger toda a África Austral e “seria o reino de Benguela”, disse o escritor angolano (DIAS, 2011: 02-04).

Neste sentido, Izabel Martins⁸ comenta que é possível constatar duas especificidades da obra de Pepetela: “[...] a forte preocupação com a unidade nacional e a constante recorrência à matéria histórica para a elaboração dos seus romances” (MARTINS, 2014, p. 54). Essa autora salienta ainda que, “mesmo

⁸ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, na área de concentração em Literatura e Estudos Culturais.

quando não escreve na sua “linha clássica”, isto é, quando não está fundamentado num estilo que expressa diretamente inquietudes de carácter histórico-político [...] o autor utiliza o campo ficcional como “pretexto” para tratar a situação e a realidade do seu país” (loc. cit.). No caso de *A Sul. O Sombreiro* (2012), Pepetela utiliza diferentes registos históricos e ficcionais, tanto que, ao final da obra, ele aponta os que mais lhe serviram de inspiração:

Do benguelense Ralph Delgado, as obras *O reino de Benguela, História de Angola* (1º e 2º volumes) e *A Famosa e Histórica Benguela*.

Os imprescindíveis volumes de *Monumenta Missionária Africana* – série África Ocidental do Padre António Brásio, verdadeira mina de estórias.

Angola, de Alfredo Felner.

Benguela e o seu sertão, de autor anónimo.

The strange adventures of Andrew Battell of Leith in Angola and the adjoining regions, editado por Ravenstein, E. G.

História Geral das guerras Angolanas de António de Oliveira Cadornega.

Dos Filipes À Restauração – Cultura política e dominação espanhola, de Diogo Ramada Curto (em manuscrito) (PEPETELA, 2012, p. 357).

De fato, ao empregar fontes históricas, legitima-se a verossimilhança do romance. A ficção literária e o fatual histórico, deste modo, entrecruzam-se. Martins (op. cit., pp. 13-14) aponta que, na tessitura narrativa de Pepetela, é perceptível a inserção de elementos textuais do livro *História de Angola*, de Ralph Delgado, de fragmentos da carta de Manuel Cerveira Pereira a Filipe II, que foram recolhidos no documento *Monumenta Missionária Africana*, que compila correspondências do período colonial de missionários ao Vaticano.

Há também a *História Geral das Guerras Angolas*, que Oliveira de Cadornega, capitão reformado português, escreveu em três tomos, a partir 1680. Este é seu testemunho dos conflitos angolanos do século XVII. Natural de Vila Viçosa, em Portugal, esse militar chega a Luanda em 1639. Seus escritos iniciam com uma dedicatória ao rei de Portugal, para, em seguida, explicar as motivações para consagrá-la a tal governante. O terceiro texto se dirige ao leitor, justificando a importância histórica de registrar o descobrimento e a conquista de Angola. Há, nesse episódio, também disposições dele para tomar esta empresa por sua conta, a serviço da Coroa Portuguesa:

[...] só dos Reinos de Angola e suas Conquistas, onde havia tanto que escrever, onde não houve menos sucessos prósperos e adversos, depois que foi descoberto e se começou a Conquistar até o presente, sem haver quem tomasse esta empresa a sua conta, e, por não ficarem coisas de tanta consideração em esquecimento, o que farão os Portugueses no serviço da Coroa de Portugal, e em exaltação da Santa Fé Católica entre tantos bárbaros idólatras, inimigos de sua Santa Lei me disponho a fazer este

compêndio que assim se pode chamar pelo muito que se poderia escrever [...] (CADORNEGA, 1680, p. 09. TOMO I, tradução nossa⁹).

Os relatos históricos de Cadornega também servem de inspiração para outro trabalho do escritor angolano, *A gloriosa Família*, publicada em 1997. É uma narrativa literária que aborda a ocupação holandesa em Luanda, entre 1641 e 1648, igualmente, empregando personagens históricos e fictícios no desenrolar da trama. Por meio da voz de um narrador escravo, inominado, que é sombra de Baltazar Van Dum, seu dono, realiza-se uma subversão da História. O discurso histórico do português seiscentista aparece para denunciar as diferenças sociais e a violência decorrentes da colonização portuguesa e holandesa no território africano, neste caso, em Angola.

Por sua vez, *A Sul. O Sombreiro* retrata Angola entre os séculos XVI e XVII. Durante este período, Angola está dividida em reinos, muitas vezes, conflitantes, enquanto Portugal se encontra sob o poder dos reis filipinos de Espanha, denominado Período Filipino. Sob este contexto, o romance destaca a conquista do “Reino de Benguela”, por Manuel Cerveira Pereira. Este conquistador considera tal território, situado ao sul de Luanda, além do rio Kwanza, como um referencial de prosperidade, por estabelecer a rota almejada para as grandes minas de cobre na Baía da Torre. Esta baía também era chamada de O Sombreiro, devido à forma do morro, que se assemelha a um chapéu largo, ou seja, um sombrero.

O recorte temporal e espacial desse enredo revisita um período histórico de Angola comumente abordado pelos historiadores africanos e africanistas que buscam compreender o tráfico escravo e a dinâmica econômica daquele período. A subversão do discurso histórico cientificista ocorre à medida que o tempo cronológico é rompido. No caso da obra de Pepetela, o rompimento ocorre com a inserção de múltiplos narradores, que dão espaço a diferentes perspectivas e múltiplas vozes, sejam puramente ficcionais, sejam aquelas ficcionalizadas. Nesse trâmite, aparecem menções ao sebastianismo e às possibilidades de um tempo histórico que não aconteceu, denominado ucronia. São possibilidades de um

⁹ [...] só dos Reinos de Angola e suas Conquistas onde havia tanto que escrever, onde não houve menos sucessos prosperos e adversos, depois que foi descoberto e se começou a Conquistar até o presente, sem haver quem tomasse esta empresa a sua conta, e por não ficarem cousas de tanta consideração em esquecimento, o que obrarão os Portugueses em o serviço da Coroa de Portugal, e exaltação da Santa Fé Catholica entre tantos bárbaros idolatras inimigos de sua Santa Lei me dispuz a fazer este compendio que assim se pode chamar pello muito que se podia escrever [...].

passado que a história fetichista por fatos e objetos mensuráveis e tangíveis relegou, principalmente, na construção de um discurso colonial sobre o colonizado.

Dessa forma, para analisar o romance, é imprescindível atentar às personagens. Uma delas é de origem histórica, Manuel Cerveira Pereira, cuja função é administrar e conquistar Benguela; ele é prepotente, hipócrita e ardiloso, representando a face mais cruel da colonização daqueles que almejam a riqueza rápida. Outra é a personagem ficcional Carlos Rocha, um negro livre, que acredita descender do navegador enviado por D. João II de Portugal, o Diogo Cão, para viagens de descobrimento na costa atlântica da África, entre 1482 e 1486.

É a partir da personagem ficcional Carlos, “o negro branco”, que a narrativa se desenvolve. Acompanhado de Mulembe, seu fiel servo e amigo, foge de Luanda por medo de que ele fosse vendido como escravo por seu pai, um alcoólatra que perdeu tudo. Durante a fuga, despontam-se aos seus olhos paisagens e culturas de uma África que já não existe mais. Eles transitam por reinos rivais, como Ndongo e Konga. É numa dessas passagens que Carlos conhece sua amada Kandalu, pertencente à tribo canibal dos jagas; ponto da narrativa em que Pepetela enfatiza as diferenças culturais da personagem que já traz consigo a moralidade e ética cristã dos jesuítas, em contraponto às tradições tribais, que exigiriam como dote que ele entregasse um escravo a ser devorado e o filho primogênito, para ser sacrificado assim que nascesse. Além das personagens mencionadas, apelidado de “Inglês Louco”, em *A Sul. O Sombreiro*, a personagem ficcionalizada Andrew Battell aparece como um desbravador bom em contar histórias de aventuras; este viajante vem a ser um elemento catalizador que traz informações valiosas a Carlos Rocha, na medida em que os dois adquirem confiança mútua.

1.1 OBJETO DE ESTUDO

Pepetela começa convicto em uma ideologia que reflete em sua literatura inicial, no contexto de libertação de Angola. Porém, algo muda ao logo do processo criativo, partindo de narrativas utópicas, como *As aventuras de Ngunga*, ambientada durante as lutas por libertação, até chegar à obra *A Sul. O sombreiro*, voltada para um passado ucrônico e anacrônico em que personagens ficcionais estão imersas entre personalidades memoradas pela História. Cabe saber, então: dentro de um contexto histórico e espacial, o que o levou a uma mudança ideológica?, ou ainda, a

questão apontada por Ki-Zerbo (2010, p. 10) “Como libertar a história da África do ranço da parcialidade, do culto aos exotismos e da discriminação que impregnaram os estudos sobre o continente e ainda ecoam com tanta insistência?”

Como hipóteses, sugere-se que a leitura de antigas narrativas como as de Andrew Battell tenha alimentado sua imaginação e que o desenrolar da História recente de Angola, que levou à guerra civil após a conquista da libertação em 1975 e a corrupção política tenham ocasionado esse desgaste utópico. Para confirmar ou refutar os levantamentos hipotéticos, o corpo deste trabalho está organizado em quatro capítulos, para além do Prólogo, da Introdução e da Conclusão:

O Capítulo II, *Uma revisão anacrônica da História de Angola*, ousa trazer a História de Angola no sentido anti-horário. É um longo período, iniciado em panoramas do tempo presente e levado até cenários do final do século XV à primeira metade do século XVI. Os fatos são levantados por meio de diferentes gêneros textuais: relatórios de viajantes ao longo dos séculos, noticiários da atualidade, sites de organizações governamentais e não governamentais, e análises históricas, principalmente, embasadas na coleção História Geral da África (2010), em uma parceria da UNESCO com diferentes historiadores africanos e orientais. Vale destacar que a ordem temporal decrescente é assim organizada para ir, de forma gradual, ao encontro de uma anacronia e de uma anistória, que vem a servir de cenário para *A Sul. O sombreiro*.

O Capítulo III trata da representação do fatural e do ficcional como vocábulos que possuem origens semelhantes, mas que se distanciam ao longo do tempo. A seguir, apontam-se elementos psicossociais apontados por Žižek (2010) e Kristeva (1989), no processo literário, para compreender como as personagens, enquanto sujeito, interagem com o objeto, tornando-o um fetiche. Por fim, o capítulo encerra com ponderações sobre ucronia e sua origem a partir de Reunouvier (1876) e sobre as mudanças estilísticas do romance histórico para uma ficcionalização da História, em estudos como os de Iser (2002). Em seguida, dialoga-se com outros relatos que trazem referências a diferentes personagens histórico-oficializadas, que foram ficcionalizadas por Pepetela, a exemplo dos primeiros governadores de Angola.

Ainda neste capítulo, há o entendimento sobre o escritor Pepetela e seus intertextos. Para tanto, explana-se o conceito de intertextualidade a partir de autores como Worton e Still (1990), ou como Hayden White (1994). Por fim, são utilizados teóricos como os pensadores como Fanon (2008) e Bhabha (1998), a fim de

compreender a construção social das personagens no meio em que estão imersas, levando em conta o tempo subjetivo, provável e imaginado, permissível ao pensamento ucrônico e à história alternativa.

1.2 MÉTODO DE ANÁLISE HISTÓRICA

A interdisciplinaridade permite ir além dos limites da escassez de fontes escritas, da árdua obtenção dos testemunhos da arqueologia, da complexa interpretação da tradição oral e dos estudos em linguística. Se, de um lado, existem tais dificuldades, de outro, a partir desse esforço metodológico, princípios inerentes à pesquisa científica passam a balizar o trabalho, munindo o pesquisador dos instrumentos necessários ao estudo. O caminho adotado não é simples, mas constitui a única via segura para modificar o discurso e conduzir a uma nova consciência do que é a história da África (KI-ZERBO, 2010, p. 10).

Dessa forma, esta pesquisa, para alcançar uma compreensão de elementos pertinente à obra de Pepetela (2012), é essencialmente interdisciplinar. Para tanto, consideram-se estudos de Filosofia da Linguagem, História, Teoria da Literatura e Psicanálise. Não é um caminho simples para desconstruir o que, à medida que as narrativas ocidentais têm desenvolvido ao longo da Modernidade, proporcionando grande distorção das culturas africanas. Estrangeiros de diferentes áreas (cartógrafos, biólogos, mercenários etc.) legitimam, neste processo, discursos de uma África incapaz de criar sua própria cultura sem a interferência de outros. Ao invés de considerar a entidade histórica do continente africano, enfatiza-se “tudo o que pudesse reforçar a ideia de uma cisão que teria existido, desde sempre, entre uma ‘África branca’ e uma ‘África negra’ que se ignoravam reciprocamente” (M’BOW, 2010, p. XXII). Dessa forma, ao historiador, ao sociólogo e ao crítico da literatura cabem ter o cuidado de não reproduzir determinados estereótipos, com a renúncia de determinados preceitos e com a renovação dos métodos históricos.

É possível destacar, neste sentido, dois fenômenos que prejudicam o estudo objetivo do passado africano. Um, apresenta o Saara como um espaço intransponível, o que impossibilitaria o hibridismo étnico e cultural (troca, assimilação e incorporação de crenças e saberes), assim como as transações comerciais. É inegável que a África Setentrional esteja atrelada à história da bacia mediterrânea, mais que a história da África Subsaariana. Contudo, atualmente sabe-se que laços seculares unem populações africanas de forma gradual, por sua variação linguística e cultural. O outro fenômeno são os estereótipos raciais criados para legitimar o

tráfico negreiro e a colonização. As imagens negativas de desprezo e incompreensão acabam por refletir nas análises historiográficas, reduzindo-os a falsas apreciações de uma etno-história.

Desde que foram empregadas as noções de “brancos” e “negros”, para nomear genericamente os colonizadores, considerados superiores, e os colonizados, os africanos foram levados a lutar contra uma dupla servidão, econômica e psicológica. Marcado pela pigmentação de sua pele, transformado em uma mercadoria, entre outras, e condenado ao trabalho forçado, o africano passou a simbolizar, na consciência de seus dominadores, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior àquela do negro (M’BOW, 2010, p. XX).

No entanto, essa visão a partir da metade do século XX vem a mudar significativamente. À medida que os países africanos conquistam sua independência, passando a ter participação nas comunidades internacionais, formam-se intelectuais engajados por uma abordagem mais rigorosa da história de África. Para tanto, um método fundamental para eles é buscar fontes originais conscientes de que “no exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentem profundamente a necessidade de restabelecer, em bases sólidas, a historicidade de suas sociedades” (idem, p. 20).

Visando a uma revisão que subvertesse as tradicionais narrativas históricas, esta dissertação traz a ordem cronológica reversa, na direção de uma regressão temporal. Para tanto, é utilizado o presente histórico, para ir da História recente, aos princípios da colonização portuguesa no território angolano, durante a virada dos séculos XV e XVI. Com isso, há uma regressão até o período colonial seiscentista, que serve de cenário para a narrativa *A Sul. O Sombreiro*. O tempo anti-horário é uma tentativa de romper com a existência de ideologias geradoras que regulam a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação, segundo Žižek. Esse autor aponta ainda que

[...] é fácil discernir essa matriz na dialética do “velho” e do “novo”, quando um evento que anuncia uma dimensão ou época inteiramente novas é (des)apreendido como uma continuação do passado ou um retorno a ele, ou, no caso inverso, quando um acontecimento inteiramente inscrito na lógica da ordem existente é (des)apreendido como uma ruptura radical (ŽIŽEK, p. 7, 2010).

A busca, então, do passado, parte do presente. Um tempo onde o escritor, neste caso Pepetela, é ator social das mudanças de seu país. É um reencontro dialético do “novo” para o “velho”, do “presente” para o “passado”, assim como este escritor inicia seus trabalhos narrando ficções do tempo presente voltadas a um futuro utópico; mas, à medida que presencia os fatos históricos, volta-se para a

produção de obras literárias que remetem a uma continuação de um devir histórico,, de um passado que vem continuamente a ser História, cada vez que é revisitado.

A interlocução entre história e literatura, ao longo dessa dissertação, considera quatro pressupostos apontados por Ki-Zerbo (2010). O primeiro que ele aponta é Interdisciplinaridade (p. XLIX), para, em seguida, exigir que a história da África seja vista do interior, a partir do polo africano, “e não medida permanentemente por padrões de valores estrangeiros, consciência de si mesmo e o direito à diferença são pré-requisitos indispensáveis à constituição de uma personalidade coletiva autônoma” (idem, p. L). A terceira orientação é que a história dos povos africanos seja vista em seu conjunto, “considerada como uma totalidade que engloba a massa continental” (p. LIV). Por fim, evita-se que a História se atenha a “ser excessivamente fatural”, para não correr o risco de destacar em demasia as influências e os fatores externos” (ibidem, p. LVI).

A revisão, tanto histórica como literária, ademais, ocorre a partir de diferentes textos. Adotaram-se textos fora da área dos estudos literários, porque “suas análises da linguagem, ou da mente, ou da história, ou da cultura, oferecem explicações novas e persuasivas acerca de questões textuais e culturais”, de acordo com Culler (1999, p. 13).

O gênero da "teoria" inclui obras de antropologia, história da arte, cinema, estudos de gênero, linguística, filosofia, teoria política, psicanálise, estudos de ciência, história social e intelectual e sociologia. As obras em questão são ligadas a argumentos nessas áreas, mas tornam-se "teoria" porque suas visões ou argumentos foram sugestivos ou produtivos para pessoas que não estão estudando aquelas disciplinas. As obras que se tornam "teoria" oferecem explicações que outros podem usar sobre sentido, natureza e cultura, o funcionamento da psique, as relações entre experiência pública e privada e entre forças históricas mais amplas e experiência individual (loc. cit.).

Dessa forma, são levadas em consideração, neste trabalho dissertativo, depoimentos em entrevistas de Pepetela, notícias entre as décadas de 1990 e 2010, de Angola e crônicas de viajantes, ao longo de 400 anos. Também foram utilizadas outras dissertações recentes no que tangem Estudos de Literatura, sobretudo, na linha de pesquisa sobre Pós-colonialismo e Identidades. Quanto à “teoria”, consideraram-se estudos que permitem compreender as interlocuções entre História e Literatura, fato e ficção e reaproximação desses vocábulos pelo processo de ficcionalização. Nesse processo, apresenta-se o fetiche freudiano e o fetiche

marxista¹⁰, como parte do processo criativo e, ao mesmo tempo, como visão orientalista da reapropriação científica da palavra africana “feitiço”, que aparece de forma implícita em *A Sul. O Sombreiro* (2012). É um emaranhado teórico que permite não apenas compreender a experiência individual das personagens, o funcionamento de sua psique e suas relações públicas, como também do próprio escritor Pepetela.

Esta dissertação, como se percebe, utiliza diferentes gêneros textuais que servem de aporte para a análise. Dessa forma, as fontes primárias levam em conta algumas obras literárias de Pepetela, além do *corpus* central, *A Sul. O Sombreiro*. No Capítulo II, também são contextualizadas na história recente de Angola, *As aventuras de Ngunga* (1981), *a e Mayombe* (1993) *Geração da Utopia* (2000). Essas três obras servem para exemplificar a mudança do estilo literário do autor e compreender sua mudança ideológica ao longo do processo histórico. As fontes secundárias levam em conta monografias de outros pesquisadores, como a tese de Menezes (1996) e as dissertações de Martins (2014) e de Redü (2015). Sobre materiais pesquisados em outros idiomas ou em Língua Portuguesa Arcaica, é interessante destacar que citações diretas serão transcritas ao português contemporâneo sob a indicação “tradução nossa”, com a devida versão original em nota de rodapé, para consulta do leitor.

¹⁰ De acordo com Pires (2014, p. 367), “o fetiche freudiano e o marxista são ilusões materiais baseadas em uma transferência de valores que está longe de ser insignificante ou inoperante”. Pires ainda afirma que “os conceitos de fetichismo sexual e fetichismo da mercadoria são tortuosas transformações de um conceito anterior: fetichismo religioso”.

2 UMA REVISÃO ANACRÔNICA DA HISTÓRIA DE ANGOLA

Este capítulo parte de uma revisão histórica de Angola. Para tanto, inicia-se com a História recente em direção aos princípios das navegações portuguesas. Esta é uma relação em que são apresentadas, assim, as consequências, para posteriormente questionar-se quais seriam as causas.

2.1 CENÁRIOS PÓS-GUERRAS, DESDE 2002

O nome oficial de Angola é República de Angola, em Língua Portuguesa, um dos idiomas oficiais. Em outros idiomas e dialetos locais, chama-se também de Ngola Repubilika. Sobre a questão idiomática, convém ressaltar que

[...] a população atual de Angola compreende cerca de 100 grupos etno-linguísticos de origem Banto, que podem ser agrupados em nove grandes grupos: Ambós, Bacongós, Hereros, Lunda-Tchokué, Nganguelas, Nhanecas-Humbes, Ovimbundos, Quimbundos e Xindongas (MENEZES, 1996, p. 93).

Após a independência, em 1975, decide-se manter a língua do colonizador como forma de amenizar disputas tribais pela hegemonia. Também pesa a influência cultural brasileira ao longo desse processo. Letícia a Ponso (2014, p. 54), ao realizar estudos linguísticos de Moçambique, aponta que há mudanças discursivas nas colônias portuguesas em África. Segundo essa estudiosa (loc. cit.), “há uma tentativa de afirmação da identidade nacional a partir da sobreposição de dois sentidos aparentemente disjuntivos: a língua de colonização que é a mesma língua do movimento de resistência”.

[...] os sentidos que se estabelecem discursivamente sobre a língua durante o acontecimento da independência dos países africanos de língua portuguesa (Guiné-Bissau, em 1973; Cabo Verde, Angola e Moçambique, em 1975) poderiam apresentar contornos tanto de ruptura como de continuidade; em outras palavras, não necessariamente a língua portuguesa manter-se-ia como a língua do colonizador, com todas as marcas simbólicas que isso acarretava, nem por outro lado passaria a ser um instrumento de luta do colonizado e se apagariam os sentidos de língua de opressão e dominação. Entre continuidade e ruptura, talvez haja dois sentidos que paralelamente constroem o real sócio-histórico desse momento (PONSO, 2014, p. 54).

O Brasil, que havia conquistado sua independência em 1822, teve tempo de oficializar sua própria cultura, segundo Rita Chaves (2005, p. 33). Naquela época, Angola mantinha seus processos e manifestações culturais postos à margem ante à dominação de Portugal.

[...] a imposição do Português como língua obrigatória nas ex-colônias africanas não se fez acompanhar por medidas que, de fato, pudessem torná-la acessível às várias camadas da população. O esforço para falar uma língua que não conhecia gerou um curioso processo de contaminação, através do qual são transferidos para a segunda língua que não conhecia, certos mecanismos que regem a gramática da língua materna. Sem constituir propriamente um ato organizado, tais variações seriam, na realidade, uma consequência natural dessa aprendizagem naquele contexto em que as línguas banto são predominantes (MENEZES, 1996, p. 34).

Assim, a Língua Portuguesa serviu historicamente como meio de subjugação cultural de diferentes povos africanos. Conforme Ponso (2014, p. 29) a partir dos movimentos de libertação das colônias e da consequente formação de países independentes, o português serviu de opção política para facilitar as relações no cenário político-econômico internacional.

Por conseguinte, a política pós-colonialista de reconstrução da identidade nacional encurtou a distância em relação a outros povos, por meio de migrações e de uma maior circulação de informações. Ou seja: o mundo globalizado trouxe a quebra e a reconfiguração de algumas barreiras econômicas, culturais e linguísticas para os PALOPs (PONSO, 2014, p. 29).

Quanto à localização geopolítica, a nação está situada na África Austral, ou seja, ao sul do continente africano. O Oceano Atlântico, ao oeste do país, banha a costa. Ao sul, está a Namíbia; ao norte, encontra-se a República Democrática do Congo, cuja província do Baixo Congo separa Cabinda, um exclave¹¹ territorial de Angola, que faz fronteira com o Congo. Suas províncias são: Zaire, Bengo (sede da capital Angola), Uige, Malanje, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul e Cabinda, a Lunda-Norte e Lunda-Sul, Huambo, Bié, Benguela e Namibe, Huíla, Cunene e Cuando-Cubango:

¹¹ Em geografia, exclave é um pequeno território externo de um país, dentro de outro, geralmente, vizinho.



Figura 1: Mapa contemporâneo de África, com destaque em Angola
 Fonte: Google, INEGI, Orion-ME, 2016

A partir dessa demarcação política, a República Popular de Angola faz parte de diferentes uniões e blocos econômicos, bem como organizações internacionais. Logo após a conquista da Independência, em 11 de novembro de 1975, surgem negociações para o Estado ingressar na ONU – Organização das Nações Unidas –, o que ocorre em 12 de fevereiro de 1976. Torna-se, assim, o 148º membro, representado por José Eduardo dos Santos, o então ministro das Relações Exteriores, que estabelece as primeiras relações diplomáticas. A localização geográfica possibilita sua integração na SADC – *Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADAC, 2012)* –, cujo objetivo é incentivar as relações comerciais e produção industrial dos países na região sul da África,

estabelecendo a paz e o bem-estar da sociedade nessas regiões. Por sua produção petrolífera, Angola, juntamente à Argélia, à Líbia e à Nigéria, está dentre os quatro países africanos que participam da OPEC – Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC, 2015).

No entanto, apesar das riquezas minerais, Angola ainda vive uma grave crise humanitária, decorrente de meio século de conflitos. Ainda há campos minados, corrupção política, articulações pela independência do exclave de Cabinda e disputas pela exploração de recursos minerais. Além disso, a maioria dos deslocados internos já se estabeleceram em torno da capital, em favelas chamadas de "musseques", mas que são deslocadas cada vez mais para margem das zonas metropolitanas, devido à especulação imobiliária. Em 1948, o poeta, médico e político Agostinho Neto já retratava o cotidiano desses aglomerados de habitações que viriam a inflar nos anos decorrentes às guerras:

Sábado nos musseques

Os musseques são bairros humildes
de gente humilde

Vem o sábado
e logo ali se confunde com a própria vida
transformada em desespero
em esperança e em mística ansiedade

Ansiedade encontrada
no significado das coisas
e dos seres

na lua cheia
acesa em vez de candeieiros
de iluminação pública
que pobreza e luar
casam bem

[...] (NETO, apud FAAN, 2016)

Abdala aponta que (1999, p. 64) “Agostinho Neto tinha consciência da relatividade da posição do sujeito, na situação anterior à independência de seu país. E, mesmo após, já no poder, teve uma posição lúcida em relação à política cultural”. Essa pobreza, retratada no poema anterior, que Agostinho Neto descreve. A ânsia aqui, em uma noite de sábado, é revelada pela luz da lua, sobre seres e coisas. Há uma relação de entendimentos ao nível do ser, uma empatia que aproxima o poeta aos códigos sociais que lhe são fonte de referência.

Menezes (200, p. 155) comenta que “Agostinho Neto teve uma visão mais larga da problemática literária e não reduziu o trabalho artístico a um mero apêndice das atividades do campo político, embora seja corrente nos momentos de grande tensão revolucionária”. Além disso, Neto “se posiciona tanto na vanguarda poética de seu país, como também na vanguarda político-social” (loc. cit.), fenômeno comum a países recentes.

Assim, Neto torna-se herói nacional. Por sua visão não apenas poética do cotidiano, mas por seu domínio político, passa a ser considerado referência na luta contra a dominação portuguesa. Em 11 de novembro de 1975, torna-se presidente, representante do MPLA. Ele ainda se mantém, neste período, como Comandante Chefe das Forças Armadas Populares de Libertação, sendo membro fundador da União dos Escritores Angolanos, criada em 10 de dezembro de 1975 e primeiro Reitor da Universidade Agostinho Neto (FAAN, 2016).

Há aqui um desmascaramento da ideologia que começa a dominar. Surge uma nova apropriação segundo nova ótica social que pretende ser a hegemonia, levando em conta as aspirações mais amplas da sociedade. Entretanto, “o distanciamento do trabalho artístico pode ocasionar desníveis entre o escritor militante e as expectativas literárias de seu povo”, de acordo com Abdala (1989, p. 60).

Sua imagem passa a ser reverenciada pelo governo, servindo de veículo de propaganda política. Menezes (2000, p. 329) relata que, entre 1989 e 1992, eram visíveis ao longo de Luanda grandes cartazes de Agostinho Neto e do atual presidente. Essas imagens, contudo, seriam reflexos de um poder centralizador, desde a morte de Agostinho, quando José Eduardo dos Santos, o então ministro das Relações Exteriores, assume a presidência em 20 de setembro de 1979, mantendo-se no poder desde então. Convém mencionar, entretanto, que a UNITA – União Nacional para a Independência de Angola – até 2002, liderado por Jonas Savimbi, não havia reconhecido esses dois presidentes do MPLA – Movimento Pela Libertação de Angola –, sendo motriz para a Guerra Civil, que será analisada posteriormente.

Deveras, havia um forte financiamento que alimentava o conflito bélico. James Brooke, jornalista do *New York Times*, traz uma análise sobre o conflito em 1987:

MUITAS EMPRESAS AMERICANAS FAZEM negócios em Angola; Chevron, por exemplo, possui 49 por cento de complexo de petróleo a Cabinda; o Governo de Angola mantém participação majoritária. Mas desde 1975, os Estados Unidos - a única grande potência ocidental a fazê-lo - se recusou a reconhecer partido no poder em Angola, o Movimento de Libertação Popular de Angola. Por causa da presença cubana, Washington deu seu apoio e US \$ 15 milhões em armas, para Jonas Savimbi, líder de um movimento guerrilheiro anti-governo. Savimbi, cuja União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi suprimida pelos marxistas em 1975, continua a montar ataques contra alvos do governo, incluindo o complexo de Cabinda da Chevron, a principal fonte de moeda forte na economia angolana. Savimbi está presente na mente de muitos africanos negros como principal apoiador da África do Sul [...]. Washington, embora apoiando oficialmente a independência do Sudoeste Africano, aliviou a pressão sobre a África do Sul ao renunciar sua reivindicação ante a presença militar dos cubanos em Angola – e o medo recorrente de ocupação cubana [...] (BROOKE, 1987: 05, tradução nossa¹²).

Essa tensão se estende até que Holden Roberto (MENEZES, 1996, p. 167), líder da FNLA, após um longo período de exílio no exterior, e Jonas Savimbi, dirigente da UNITA, participariam, como candidatos, em setembro de 1992, das primeiras eleições diretas para presidente da República. No entanto, o MPLA mantém-se no poder com a eleição à presidência, em 1979, de seu candidato José Eduardo dos Santos, que sucedeu a Agostinho Neto.

O historiador Saraiva (1987) analisa esses fatos como parte da história recente de África. Para tanto, ele utiliza os processos de produção e de lutas de classe, mostrando como o território africano servia de palco de disputa no mundo bipolarizado, a partir da segunda metade do século XX, entre EUA e URSS. Em seu trabalho, há uma imagem que apresenta um cartaz utilizado pelo governo angolano na década de 1980 como veículo de propaganda, em que diz: “Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade. – Diamantes de Angola – A serviço da reconstrução nacional”.

¹² MANY AMERICAN COMPANIES DO business in Angola; Chevron, for example, owns 49 percent of the oil complex at Cabinda; the Angolan Government retains majority interest. But since 1975, the United States - the only major Western power to do so - has refused to recognize Angola's ruling party, the Movement of the Popular Liberation of Angola. Because of the Cuban presence, Washington has given its support, and \$15 million in arms, to Jonas Savimbi, leader of an anti-Government guerrilla movement. Savimbi, whose National Union for the Total Independence of Angola (Unita) was suppressed by the Marxists in 1975, continues to mount assaults on Government targets, including Chevron's Cabinda complex, the main source of hard currency in the Angolan economy. Savimbi, who is linked in the minds of many black Africans with his principal backer, South Africa, receives supplies through neighboring South-West Africa, also known as Namibia, the disputed territory administered by South Africa. Washington, though officially supporting independence for South-West Africa, has eased the pressure on South Africa to relinquish its claim in light of the military presence of Cubans in Angola - and the recurring fear of Cuban occupation of South-West Africa should South Africa withdraw first.

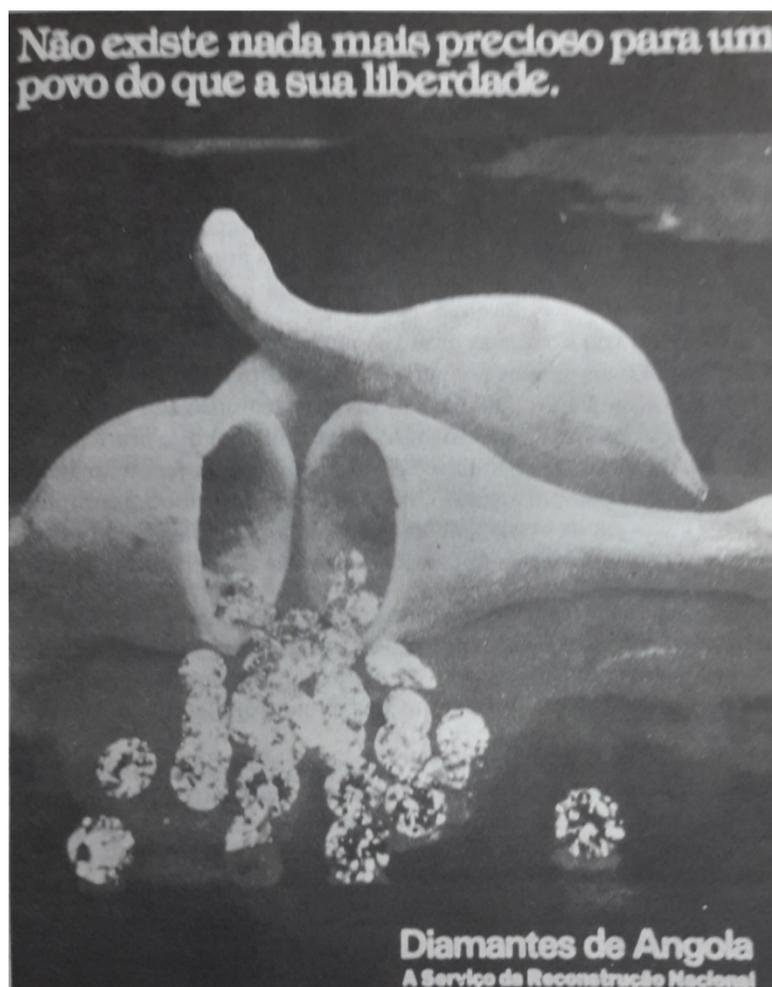


Figura 2: Cartaz com diamantes como propaganda
Fonte: Saraiva (1987)

Em 2012, suas reservas minerais continuam servindo de propaganda política. Um exemplo disso aparece durante a comemoração de dez anos de paz, em 2012, em que o MPLA disponibiliza em seu canal oficial no Youtube¹³ vídeos documentando o progresso, após estabelecida a paz. Aparecem pessoas sorridentes, em empregos especializados, construções civis em andamento, estudantes uniformizados, cidades limpas e organizadas. Os vídeos são emocionantes e convincentes, mostrando como o país progride após a guerra. De fato, sua economia está entre as que mais crescem no mundo, especialmente desde o fim da guerra civil, iniciada após as lutas pela independência em 1975.

¹³ MPLA Angola. **10 anos de paz em Angola**. Canal de divulgação do partido no Youtube. Postado em: 22 de jan. de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zouZpbZonW0>> Acesso em: 22 de jan. de 2016.

No entanto, apesar de as propagandas explorarem esse crescimento econômico, há ainda muita desigualdade. A maioria da riqueza da nação está concentrada em um pequeno setor da população. Em decorrência disso, o nível de vida permanece baixo para a maioria, tanto que as taxas de mortalidade infantil e a expectativa de vida em Angola estão entre os piores do mundo, estando a população vulnerável à exploração das construtoras e mineradoras, que as veem como mão de obra barata.

Para melhor compreender a desumanidade das mineradoras, menciona-se aqui um trecho do romance *Mayombe* (1993). Pepetela o havia escrito entre 1971 e 1972, embora o tenha lançado somente em 1980. Por meio dessa obra, ele evidencia o uso mão de obra nas minas de diamante, como base da construção nacional. Nesse contexto, o trabalho de minério é explorado com arsenal bélico empregado em práticas tribais de dominação, que haviam perpassado diferentes gerações de colonialismo. De acordo com Conte (2008, p. 81), “ainda que cultivem séculos de diferenças e sofrimentos coloniais, os arquétipos tribais que têm voz no *Mayombe* (1993) trazem à discussão principalmente a diversidade étnica em suas ponderações favoráveis ou contrárias”. O narrador-personagem Teoria faz um desabafo sobre o trabalho a que seu pai foi submetido:

O meu pai morreu tuberculoso com o trabalho das minas, um ano depois de eu nascer. Nasci na Lunda, no centro do diamante. O meu pai cavou com a picareta a terra virgem, carregou vagões de terra, que ia ser separada para dela se libertarem os diamantes. Morreu num hospital da Companhia, tuberculoso. O meu pai pegou com as mãos rudes milhares de escudos de diamantes. A nós não deixou um só, nem sequer o salário de um mês. O diamante *entroulhe* (grifo nosso) no peito, chupou-lhe a força, chupou, até que ele morreu. O brilho do diamante são as lágrimas dos trabalhadores da Companhia. A dureza do diamante é ilusão: não é mais que gotas de suor esmagadas pelas toneladas de terra que o cobrem. Nasci no meio de diamantes, sem os ver. Talvez porque nasci no meio de diamantes, ainda jovem senti atração pelas gotas do mar imenso, aquelas gotas-diamante que chocam contra o casco dos navios e saltam para o ar, aos milhares, com o brilho leitoso das lágrimas escondidas (PEPETELA, 1993, pp. 81-82).

Essa obra possui intensas críticas ao funcionamento interno dos movimentos de libertação. No desabafo acima, por exemplo, Teoria fala das condições subumanas a que seu pai foi submetido, usando-se de profunda linguagem poética para denunciar que “a dureza do diamante é ilusão”. É a contradição social denunciada em linguagem poética, que expõe a demagogia do cartaz anteriormente apresentado. Por apreciações como essa, Pepetela, na época, teve de dar palestras explicativas, “mas que teve a aprovação política de Agostinho Neto, que, na época

da primeira publicação, já estava há cinco anos no governo” de acordo com Conte (2008, p. 14).

A esperança é que, após meio século de conflitos, a situação do país comece a se estabilizar. Entretanto, os processos democráticos regulares não foram estabelecidos antes das eleições em Angola em 2008 e 2012 e da implantação de uma nova Constituição que, em 2010, favoreceria a o movimento vencedor da guerra. De fato, depois de quase trinta anos de conflitos, não há mais guerra em Angola. Recordar-se que o petróleo e os diamantes formam as principais riquezas do país e servem para reconstruí-lo do período bélico. Em sua capital, surgem novos edifícios de ferro e aço, que transformam a antiga arquitetura colonial portuguesa. Sinais de um novo “progresso” configuram-se nas obras recém iniciadas de novos edifícios, nos portos lotados de navios e nas ruas congestionadas por carros novos.

Como já mencionado, em 2012, houve novas eleições, mas o partido do MPLA venceu mais uma vez. Com isso, o presidente José Eduardo dos Santos está no poder há mais de três décadas. Com essa vitória, as autoridades passam a intensificar medidas repressivas, restringindo a liberdade de expressão, associação e reunião. Dez anos antes dessas eleições, Menezes havia apontado essas tentativas de “democratização”, segundo preceitos ocidentais:

Holden Roberto (líder da FNLA, após um longo período e exílio no exterior) e Jonas Svimbi, dirigente da UNITA, participariam, como candidatos, em setembro de 1992, das primeiras eleições diretas para presidente da República, em Angola, quando o MPLA se manteve no poder com a eleição de seu candidato (o já presidente desde 1979, quando sucedeu a Agostinho Neto), José Eduardo dos Santos (MENEZES, 1996, p. 166).

Além desses apontamentos, o presidente enfrenta críticas crescentes em Angola devido à corrupção sem controle, bem como pela má governação e contra a repressão excessiva, conforme informações do *Human Rights Watch*¹⁴. Os alvos do governo incluem, principalmente, jornalistas e ativistas políticos da oposição e de organizações não governamentais. Eles são acusados por processos criminais de

¹⁴ *Human Rights Watch*: organização sem fins lucrativos e não-governamental de direitos humanos fundada em 1978. Formam sua equipe cerca de 400 profissionais como advogados, jornalistas e acadêmicos. Eles são de diversas origens e nacionalidades, estando em vários países. Sua função é a, aa cada ano, publicar mais de 100 relatórios sobre as condições dos direitos humanos em 90 países. A partir de seus registros, reúne-se com governos, ONU, instituições financeiras e grupos regionais como a União Africana e a União Europeia para pressionar por mudanças políticas e práticas que promovam os direitos humanos e a justiça de forma igualitária. Disponível em: <<https://www.hrw.org/about>> Acesso em: 10 de jan. de 2016.

difamação, com julgamentos injustos, intimidações e uso de força excessiva por parte da polícia.

As diferenças e os interesses conflitantes entre os nacionalistas foram um problema quase tão significativo quanto a própria luta contra o colonizador opressor. Na base dessas diferenças situavam-se não apenas vaidades pessoais e disputas políticas, mas profundas distâncias ligadas à histórica relação entre as muitas tribos e etnias africanas. Pesava, também, até mesmo diferenças de cor entre os líderes, com negros autênticos (como Viriato da Cruz) combatendo mulatos educados em Portugal (como Agostinho Neto) ou “estrangeiros” (como Holden Roberto) que viveram e se educaram no exterior (às vezes até por força da repressão colonial) (MENEZES, 1996, p. 166)

Enfim, a desigualdade social e a repressão política têm origem nos diferentes processos de colonização europeia sobre a África. No caso de Angola, os portugueses haviam mantido esse país sob seu controle durante quase 500 anos, ainda que, até meados do século XIX, a presença dos portugueses tenha ocorrido essencialmente na região litorânea, dadas as dificuldades de acesso, as resistências tribais e as doenças como a malária. Esse período de colonização direta abria espaço para as lutas de independência, que levariam às disputas pelo poder e à consequente guerra civil, a serem analisadas a seguir.

2.2 DA CONQUISTA DA LIBERDADE À GUERRA CIVIL: 1975 A 2002

A paz não é plenamente conquistada após a independência em 1975. Além disso, com a dissolução da União Soviética, em 26 de dezembro de 1991, o comércio ilegal de armas se intensifica, acentuando os conflitos internos, em Angola. O fornecimento de munições bélicas vinha, principalmente, do excedente bélico do grupo de países que compunham a antiga URSS (Rússia, Ucrânia e demais nações do leste europeu). No entanto, apesar de serem armas soviéticas, do final da década de 1980 e princípios de 2000, era comum que israelenses e estadunidenses fossem responsáveis por traficar essas armas.

A guerra civil gera uma crise humanitária desastrosa em Angola. Segundo dados da ONU, deslocam-se internamente cerca de 4,28 milhões de pessoas – um terço da população total de Angola. A ONU estima que, em 2003, 80% dos angolanos não tinham acesso a cuidados médicos básicos, 60% não tinham acesso a água, e 30% das crianças angolanas morriam antes dos cinco anos (HUMAN RIGHT WATCH, 2016).

Por certo, as notícias em 2000 ainda não eram nada otimistas. A rede de noticiários BBC Brasil, por exemplo, traz algumas informações sobre Angola em seus 25 anos de independência. Na época, a população era de 12,4 milhões, com uma expectativa de vida extremamente baixa, de 46 anos. Além disso, o analfabetismo chegava a 58%, com grande mortalidade e subnutrição infantil (BBC BRASIL, 2000). Houve, em decorrência dos conflitos, um êxodo rural na maior parte do país. Em muitos casos, as pessoas iam para as cidades fora da área tradicional de seu grupo étnico. Parte da população fugiu também para países vizinhos, enquanto outros avançam para montanhas de difícil acesso (BBC BRASIL, 2000).

A UNITA, entre 1999 e 2001, realiza várias demonstrações de força. Seus militantes atacam vários povoados. Eles sequestram civis, raptam crianças para serem aliciadas a lutar, saqueiam o comércio e destroem plantações, residências e instituições públicas.

Em 2001, a *Isto é Independente* relata o horror da guerra que parecia não ter mais fim:

Vultos desceram das montanhas e foram de casa em casa, deixando pequenos embrulhos na soleira das portas. Momentos depois, fuzis cuspiram fogo. Rajadas de M-16 eram disparadas na direção das humildes construções de barro com telhados de palha. Bernardete Joaquina, apavorada, correu para fora da casa. No escuro, não percebeu e pisou em seu presente: uma mina pessoal. A explosão destroçou seu pé. Sem dinheiro para pagar o médico do hospital público, o atendimento demorou. Demorou tanto que, ao chegar, teve de amputar a perna direita, apodrecida. Isso foi em 1998, em Huambo, região central de Angola. Hoje, aos 21 anos, Bernadete vive com sua filha recém-nascida no Centro de Refugiados da cidade de Benguela, a 500 quilômetros da capital Luanda. Ela e mais quatro mil pessoas se amontoam em uma antiga escola transformada em uma favela (ISTO É INDEPENDENTE, 1989: 01-02).

Militantes de ambas as partes disparam foguetes, tiros de fuzis e espalhavam granadas em meio às zonas urbanas e rurais. Durante esses conflitos, são destruídas as estruturas básicas do país. Milhares de refugiados do interior deslocam-se para as regiões metropolitanas de Luanda e Benguela. Na notícia anteriormente citada, há uma descrição das condições a que os refugiados são submetidos:

Na capital Luanda, o porão de um prédio serve de abrigo a centenas de refugiados da província de Moxico. O ar é quente, úmido, estagnado - ideal para a tuberculose, que ataca boa parte dos moradores. E, como não há saneamento básico, as necessidades são feitas dentro de latas nos próprios cômodos e depois jogadas na rua (idem: 07).

Outras notícias, também em 1999, tratam da preocupação internacional de que o conflito se expanda para além das fronteiras, passando de uma guerra

regional para uma internacional. A Folha de São Paulo noticia que havia a possibilidade de uma ação conjunta entre os países da África Austral, contra Angola e seus apoiadores, no caso Namíbia, Moçambique e Zimbábue: “a grande potência regional, a África do Sul, e os EUA poderiam endossar essa operação sem intervirem diretamente no conflito” (SILVA, 1999). Em caso extremo, os estadunidenses invadiriam com o argumento de que suas instalações petrolíferas e de extração de diamantes estariam ameaçadas. Essa notícia surge após estrangeiros, que trabalhavam nas mineradoras, incluindo um brasileiro, serem mortos em ataques provavelmente da UNITA, em janeiro daquele mesmo ano.

Esses ataques ao final da década de 1990 havia desrespeitado o Protocolo de Lusaka, que leva o nome da capital da Zâmbia, onde é assinado. Em 31 de outubro de 1994, estão presentes o presidente zimbabuense Robert Mugabe e o sul-africano Nelson Mandela, para dar apoio simbólico e notoriedade ao evento. Há também membros da ONU, representantes dos Portugal, Rússia e EUA. Entretanto, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, não comparece para assinar o acordo. Seu secretário geral, Eugénio Manuvakola, o representa nesta ocasião, juntamente ao ministro das relações exteriores do Governo, Venâncio de Moura (USIP, 1994).

Ambas as partes concordam em cessar-fogo. Os generais da UNITA seriam incorporados ao governo, tornando-se oficiais das Forças Armadas Angolanas. O Governo também libertaria presos políticos. Contudo, como foi perceptível, o protocolo não é cumprido. Mercenários estrangeiros que lucravam com o tráfico internacional de armas, desconfianças entre a UNITA e o MPLA por faltas de esclarecimentos nas disposições do acordo colaboram para o não cumprimento das normas estabelecidas no Protocolo de Lusaka.

A guerra só começa a chegar ao fim com a tomada das minas de diamantes. À medida que o governo assume o controle sobre bases militares e minas de diamantes em Lunda Norte e Luanda Sul, prejudicava-se a capacidade de Savimbi para pagar suas tropas. Outro fator favorável ao governo oficial é a troca de petróleo por armas da Eslováquia, além da compra de aviões de guerra.

No caderno Mundo, cuja função é apresentar notícias de Agências Internacionais à *Folha de São Paulo* (1999), havia trocas de acusações entre o governo e a Unita. No ocorrido, foram derrubados dois aviões das Nações Unidas e, em resposta, mortos cerca de 730 guerrilheiros pelo exército do governo.

O final da guerra se consolida com a morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA. As tropas do governo mataram-no em 22 de fevereiro de 2002, na província do Moxico. António Dembo era o vice-presidente dessa milícia. Ele assumiu, mas morreu 12 dias depois. A liderança coube a Paulo Lukamba, secretário-geral. Após a morte de Savimbi, o governo anunciou que iria suspender todas as operações militares em 13 de março. Assim, comandantes militares da UNITA e do MPLA reuniram-se em Cassamba, chegando a um cessar-fogo.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova diferentes resoluções para Angola, ao longo da guerra civil. São estabelecidas sanções à UNITA, restringindo seus partidários a saírem do país. Em agosto de 2002, a guerrilha é oficialmente desmembrada, tornando-se um partido político, a partir do *Memorando de Entendimento Complementar ao protocolo de Lusaka para a cessação das hostilidades e resolução das demais questões militares pendentes nos termos do Protocolo de Lusaka*¹⁵. Neste documento, cuja versão digital encontra-se disponível no site oficial da UNITA, consta no preâmbulo que,

[...] o Protocolo de Lusaka, subscrito aos 20 de novembro de 1994 pelo Governo e pela UNITA com a mediação da ONU e na presença dos Países Observadores do Processo de Paz em Angola, foi assumido como o instrumento jurídico-político para a reconciliação nacional, e não conheceu ainda a evolução positiva esperada para a sua conclusão definitiva.

Por meio de um novo protocolo, em Luanda, aos 04 de abril de 2002, os generais de ambos os lados chegam ao tratado de paz. Assinam-no Armando da Cruz Neto, pela delegação das Forças Armadas Angolanas, e Geraldo Abreu Muengo Ucutchitembo “Kamorteiro”, chefe do Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA. São protocolados princípios fundamentais, questões de reconciliação nacional, cessação das hostilidades e questões militares pendentes nos termos do Protocolo de Lusaka, que inclui o cessar-fogo e o desengajamento, aquartelamento e conclusão da desmilitarização das forças militares da UNITA, dentre outras generalidades. Encerra-se, assim, um período histórico de Angola cujos princípios remontam na luta pela independência contra Portugal, processo que será apontado agora.

¹⁵ UNITA. Memorando de entendimento complementar ao Protocolo de Lusaka para a cessação das hostilidades e resolução das demais questões militares pendentes nos termos do Protocolo de Lusaka. Disponível em: http://www.unitaangola.com/PT/Tableacordo.awp?WD_ACTION =CLICTABLE;TABLEACORD&TABLEACORD=2> Acesso em: 23 de jan. de 2016.

2.3 A LUTA ARMADA CONTRA A METRÓPOLE: 1961 A 1975

Jane Tutikian (2009, pp. 209-211) pergunta a Pepetela, em entrevista, sobre a chamada à resistência do povo angolano ao colonialismo. Ela também lhe pede o relato de sua experiência da criação em meio às forças de ocupação instaladas no território. Inclui-se na questão de um novo homem angolano, do modo como isso funcionou como manual de alfabetização nas escolas do MPLA. Pepetela responde:

Havia um Manual de Alfabetização para Adultos, que por acaso fui também eu que fiz. Nas escolas havia os normais livros, feitos por nós, para as crianças aprenderem a ler. No entanto, notei que não existia leitura complementar. Escrevi, pois, uns textos muito simples que serviriam de complemento à leitura, com a vantagem de terem a sua versão em bunda (língua da região) ao lado. Só que descobri nos primeiros textos uma estória e segui-a. Sempre com a preocupação de que a linguagem fosse o mais simples possível, para atingir o primeiro objetivo (PEPETELA, 2009, apud TUTIKIAN, op. cit., p. 210).

Os acontecimentos internos da luta pela independência aparecem em *As aventuras de Ngunga*. Pepetela escreve a novela em 1972, publicando-a no ano de 1973, em folhetim mimeografado. Ele a escreve enquanto combate na Frente Leste de Angola, reproduzindo na trama narrativa as disputas políticas e ideológicas que vivenciou. O diálogo do herói Ngunga com seu comandante mostra essa presença:

- Aqui não podes ficar, Ngunga.
 - Mas aqui estou bem. Posso trabalhar, fazer uma lavra para os guerrilheiros. Não é a primeira vez.
 - Não é esse o problema. Mas as crianças nas seções...
 - Eu não sou criança – cortou o Ngunga. – Se houver um ataque, não vou chorar nem fugir. Se tiver arma, faço fogo. Se não tiver, posso carregar as armas dos camaradas.
 [...] Mavinga estava divertido com a conversa. Falou:
 - És um rapaz esperto e corajoso. Por isso deves estudar. Chegou agora um professor que vai montar uma escola aqui perto. Deves ir para lá, aprender a ler e a escrever. Não queres? (PEPETELA, 1981, p. 20).

Ngunga é uma criança que protagoniza a guerra. Na trama, seu comandante queria que ele estudasse. A narrativa então mostra a importância da aquisição de conhecimentos formais e, sobretudo, da alfabetização.

É interessante notar que, nesse trecho, a personagem não se reconhece criança, semelhante a uma ilusão ideológica em que ideologia, conforme estudos de Eagleton (1997), é, ao mesmo tempo, ilusão e veículo pelo qual os protagonistas sociais entendem o seu mundo, revelando algo desanimador com relação a seus modos habituais de perceber o mundo e a si mesmo. Esse processo é um amadurecimento que se forma desde a infância. Talvez por essa razão Pepetela tenha escolhido uma protagonista criança, para representar uma nação que estava

por amadurecer, consolidando seu próprio nacionalismo. Contudo, vale mencionar que ele não tem deixado de receber críticas por mudanças de tradição ao personificar uma criança em meio ao campo de batalha.

O número exato de crianças usadas pela UNITA desde 1998 permanece desconhecida, embora estimativas colocam o número de crianças que levavam armas para a UNITA a 6.000. O número real é provavelmente muito maior. Para chegar o a um número mais exato depende, em parte, da definição utilizada. A definição favorecida pela comunidade internacional e promovida pela Human Rights Watch, é conhecida como a definição de Cape Town, que define uma criança-soldado como "qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade, que faz parte de qualquer tipo de força armada regular ou irregular ou grupo armado a qualquer título, incluindo, mas não limitado a cozinheiros, porteiros, mensageiros, e aqueles que acompanham esses grupos, que não seja puramente como membros da família (HRW, 2003: 02, tradução nossa)¹⁶.

A *Human Rights Watch* – HRW – calcula que a UNITA e o governo haviam aliciado entre 3 e 6 mil crianças para a guerra. Além disso, os analistas de direitos humanos vieram a descobrir que entre 5.000 e 8.000 meninas menores de idade casaram-se com militantes da UNITA. Cabia às meninas manter a higiene e os alimentos das tropas, sendo que algumas serviam de comemoração em abusos sexuais após vitórias de batalhas. Ao final da guerra, em 2002, o governo de Angola e as agências da ONU haviam identificado aproximadamente 190 crianças-soldado em atividade.

Entre 1965 e 1975, essas lutas desestabilizam Portugal, nação que já estava isolada das relações internacionais, sob o lema salazarista “orgulhosamente sós”. Pronunciado por Salazar durante a posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de fev. de 1965, em Lisboa. Isto fazia parte de uma resposta sobre a possessão de Angola e a ausência de alianças externas. “Salazar foi, assim, produzindo a ideia de que Portugal possuía o seu próprio ‘espírito’” (TORGAL, 2009, p. 541).

Nove anos mais tarde, haveria consequências para esse isolamento, além das econômicas. Somado à perda de muitos jovens nas batalhas das colônias e o fracasso migratório dos colonos incentivados pelo governo a migrarem de Portugal

¹⁶ The exact number of children used by UNITA since 1998 remains unknown, although estimates put the number of children who bore arms for UNITA at 6,000.12 The actual number is likely much higher. Arriving at a more exact figure depends in part on the definition used. The definition favored by the international community and promoted by Human Rights Watch, is known as the Cape Town definition which defines a child soldier as "any person under 18 years of age who is part of any kind of regular or irregular armed force or armed group in any capacity, including but not limited to cooks, porters, messengers, and those accompanying such groups, other than purely as family members".

para a África, há a insatisfação geral. Forma-se, assim, o cenário para a Revolução dos Cravos, liderada pelo presidente do Conselho, Marcello Caetano que, em 25 de abril de 1974, em Lisboa, depõe Américo Thomaz, findando o Estado Novo.

O historiador britânico Hobsbawm (1996, p. 85) comenta que, nessa data da Revolução, um grupo militar de “jovens oficiais desiludidos e radicalizados pelas longas guerras coloniais de retaguarda derrubou o mais velho regime direitista então operando no mundo”:

[...] a aliança entre eles, um forte Partido Comunista emergindo da clandestinidade e vários grupos marxistas radicais, logo se dividiu e foi superada, para alívio da Comunidade Europeia, a que Portugal se juntou pouco depois. A estrutura social, as tradições ideológicas e as funções políticas das Forças Armadas nos países desenvolvidos fizeram os militares com interesses políticos nesses países preferirem a direita (Echenberg, 1992, pp. 1415; M. Barghava & Singh Gill, 1988, p. 10; Sareen, 1988, pp. 201 apud HOBBSAWM, 1996, p. 86).

Em 1974, enquanto a Europa passava por um período de estabilidade político-militar, Portugal enfrentava, assim, um conflito interno e outros externos. “A situação na Europa estava nitidamente estabilizada — nem mesmo a revolução portuguesa de 1974 e o fim do regime de Franco na Espanha a mudaram”, conforme Hobsbawm (idem, p. 242). O país, sendo “último bastião do fascismo pré-guerra” (ibidem, p. 247), enfrentava turbulências sociais e políticas, que se somavam à incerteza pós-revolução de abril de 1974. Enquanto Portugal não conseguia resolver seus problemas, o mundo bipolarizado pelas duas novas potências transferia sua competição territorial, econômica e ideológica para o Terceiro Mundo:

A nova onda de revoluções, todas provavelmente contra os regimes conservadores dos quais os EUA se haviam feito os defensores globais, deu à URSS a oportunidade de recuperar a iniciativa. À medida que o esboroante império africano de Portugal (Angola, Moçambique, Guiné-Cabo Verde) passava para o domínio comunista e a revolução que derrubou o imperador da Etiópia se voltava para o Leste; à medida que a velozmente desenvolvida marinha soviética passava a contar com grandes novas bases nos dois lados do oceano Índico; à medida que o xá do Ira caía, um clima beirando a histeria foi tomando conta do público americano e do debate privado (op. cit.. p. 242).

É ante este contexto que Estados Unidos, Zaire e África do Sul intervêm militarmente em apoio à FNLA e à UNITA. A intenção desses dois movimentos era originalmente tomar Luanda antes da declaração de independência. Todavia, em resposta, Cuba e, indiretamente, a URSS, intercedem a favor do MPLA, inserindo Angola no cenário da Guerra Fria, como palco de disputa entre as nações capitalistas e comunistas.

Para entender o nascimento da FNLA, devemos voltar a 1954 quando, em 10 de julho, no Norte de Angola, foi constituída a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), liderada por Holden Roberto filho de um chefe tribal e sobrinho de Antônio III “maicongo” da região de M’Banza Congo, hoje província do Zaire. Educado por religiosos protestantes no Congo Belga, onde também fora funcionário administrativo em firmas português de Leopoldville e Bukavu, [...] Em 1958, a UPNA alterou sua original posição monarquista (um legado ancestral) e transformou-se em UA (União dos povos de Angola), mudando-se para o Congo Belga (atual Zaire), em 1961 (onde passou a receber treinamento de instrutores israelenses e chineses).

Holden Roberto, por sua origem nobre, incorpora em suas lutas muito das relações tribais. Ele retorna para Kinshasa, após visitar as Nações Unidas, e organiza o militantes tribais, para, posteriormente, fundar a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola. Os tribalismos somam-se a movimentos inspirados em ideologias divergentes do ocidente. Neste contexto, um traço comum na constituição do nacionalismo é buscar em tradições anteriores à colonização elementos para constituí-lo, em um passado ucrônico, imaginando que, quando eram livres, tudo era melhor.

Em janeiro de 1975, os três principais grupos de guerrilha angolanos concordam em estabelecer um governo de transição. O apoio cubano é fundamental para o MPLA. No entanto, na medida em que surge a certeza da conquista pela independência com apoio comunista, eclodem conflitos de disputa pelo poder. Este partido declara a independência em 11 de novembro de 1975. É conveniente recordar que, neste contexto, Agostinho Neto torna-se o primeiro presidente, em meio à guerra civil que avançava no interior do país, alimentada pelas disputas ideológicas e econômicas de um mundo bipolar, durante a Guerra Fria.

Segundo Menezes (1986, pp. 165-166), o conflito então entrou em erupção no Norte do território, quando rebeldes da UPNA – União das Populações do Norte de Angola, com base na República do Congo massacraram civis tanto brancos como negros em ataques-surpresa. Parte-se, então, da guerra anticolonial para a guerra uma civil. Os dois acontecimentos levam ao êxodo em massa de famílias portuguesas, algumas radicalizadas na África há quase 500 anos. O número de exilados chega a cerca de 300.000 pessoas (WINTER, 2013, 333). Os portugueses detinham, até aquele momento, a maior parte dos trabalhos qualificados, seja na administração pública, seja na agricultura, indústria e comércio, o que leva à falência administrativa de muitas regiões. A Terceira República, sistema de governo vigente desde 1974 em Portugal, tenta contornar ao problema da diáspora portuguesa, sem

conseguir chegar a um acordo formal com os três movimentos que agora disputam o poder.

De acordo com Venter (2013, p. 48), em 1971, a FAP – Força Aérea Portuguesa – realiza campanhas militares que expulsam da região oriental de Angola os três movimentos de libertação para além das fronteiras do país. Durante a fuga, os guerrilheiros perdem centenas de soldados e toneladas de equipamentos. Há, com isso, um dismantelamento caótico em direção aos países vizinhos. Os que não fogem, juntam-se ou rendem-se às autoridades portuguesas.

Os conflitos armados duraram até 2012. As guerras ocasionam um grande deslocamento de populações autóctones do Leste, interior do país, para a região costeira, principalmente, para a região metropolitana de Luanda. Grande parte das favelas atuais são fruto dessa migração em direção ao oeste e da restrição ao acesso a especializações por grande parte da população negra angolana. Os conflitos bélicos remontam às articulações de resistência à dominação que se iniciaram vinte anos antes, momento em que se esboça a resistência, objeto analisado a seguir.

2.4 ESBOÇOS DE RESISTÊNCIA: DE 1951 A 1961

[...] em fins da década de 1950 já ficara claro para os velhos impérios sobreviventes que o colonialismo formal tinha de ser liquidado. Só Portugal continuou resistindo à sua dissolução, pois sua economia metropolitana atrasada, politicamente isolada e marginalizada não tinha meios para sustentar o neocolonialismo. Precisava explorar seus recursos africanos e, como sua economia não era competitiva, só podia fazê-lo pelo controle direto (HOBSEBAWM, 1996, p. 220).

Para explicar a dominação por controle direto, Canêdo (1986) apresenta como modelo administrativo francês. Essa forma de colonização se organiza de forma consciente só a partir do século XIX, para ser aplicada em colônias sobretudo da África, mas também em regiões do Sudeste Asiático, como a antiga Indochina. O domínio direto ocorre pela expropriação de terras, residências e tomada das administrações públicas ou privadas por empreendimentos estrangeiros. À população autóctone, cabe apenas subempregos, bem como guetos para o convívio e habitação. Essa forma de colonização, contudo, entra em colapso após a II Guerra Mundial, sendo que “quase todas as demais colônias britânicas, francesas e belgas

foram liberadas em 1960-2, e o restante pouco depois. Só Portugal e os Estados de colonos brancos independentes resistiram à tendência” (idem, p. 221).

Sob tal sistema direto, em 1951, a colônia portuguesa de Angola torna-se uma província ultramarina de Portugal, segundo Venter (2013). As mudanças no sistema administrativo afetam muitos nativos, principalmente, do campo. Eles são realocados de suas casas, tendo que executar trabalhos obrigatórios, nem sempre qualificados, de modo que haja um crescimento econômico efetivo.

As insatisfações sobre o domínio português levam os angolanos à utopia de seu próprio país. Assim, as primeiras organizações nacionalistas surgem na década de 1950. Elas ocorrem com o retorno a Angola de jovens negros ou descendentes de portugueses que estudaram em Portugal. Estes estudantes trazem consigo muito das ideologias europeias, assimilando-as às tradições locais. Apesar de as chamadas iniciais de independência não terem causado grande comoção popular, as organizações nacionalistas passam a abranger políticos e demais intelectuais, que, aos poucos, começam a ter notabilidade em fóruns internacionais (CHAVES, 2005).

Para melhorar sua imagem, em 1961 é aprovada com a promessa de melhorar as condições da força de trabalho negra, com mais direitos trabalhistas. Porém a mão de obra da maioria continua sendo subalterna e não qualificada, com poucas chances de ascensão social. Por essa razão, as primeiras revoltas em Angola nesse ano são extremamente sangrentas. No primeiro conflito armado, combatentes da liberdade atacam civis negros e, principalmente, brancos, durante as operações fronteiriças no nordeste de Angola. Configura-se, assim, o cenário para a Guerra Colonial.

Até meados da década de 1970, os portugueses não desejam apenas eliminar as organizações de resistência à colônia. Eles também tentam reconquistar o status de confiança das populações rurais locais, por meio do chamado Plano de Desenvolvimento do Leste (SANTO, 2009). Com isso, visam criar condições para o seu assentamento permanente e produtivo na região. Para tanto, as autoridades portuguesas organizam campanhas de vacinação maciças, atendimentos médicos, água, saneamento e instalações de infraestrutura alimentar. Por meio de uma aparente contribuição para o desenvolvimento econômico e social das pessoas, acreditam que seria possível, dessa forma, dissociar a população dos guerrilheiros e sua influência.

No entanto, as autoridades portuguesas não são capazes de derrotar a guerrilha de libertação como um todo durante a Guerra Colonial. As derrotas, durante todo o período da guerra, levam às dissidências de portugueses e à impopularidade do governo devido à sua extensão e custos financeiros, o agravamento das relações diplomáticas com outros membros das Nações Unidas.

Um fato propulsor para as lutas é a Conferência de Bandung (MAZRUL; MONDJI, 2010), na Indonésia. Esta ocorreu entre 18 e 24 de abril de 1955, dez anos após o final da Segunda Guerra e princípios da Guerra Fria. Reúnem-se, durante o evento, 23 países asiáticos e seis africanos em Bandung, na Indonésia. Sua intenção visa ao mapeamento de uma força global alternativa, entre a bipolaridade dos EUA e da URSS. O encontro tem como objetivo mapear o futuro de uma nova força política global (Terceiro Mundo), visando à promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática. Seria uma oposição e forma de resistência ao cenário imperialista pós-colonial, no qual EUA e URSS começam a disputar.

Essa reunião dá inicialmente respaldo às lutas em Angola. Entretanto, Portugal recusa-se a aderir às exigências de independência. Até então, o país está sob o Estado Novo, que dura de 1933 1974. Este regime, extremamente autoritário, tem inspiração fascista. O autoritarismo aparece nos estatutos que regem a administração e legislação das colônias. A discriminação é explícita no *Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*¹⁷, no art. 1.0:

O fato de os nativos das províncias portuguesas da África continental se encontrarem ainda em determinado grau inferior de civilização implica a necessidade de se processar um ordenamento jurídico adequado a possibilidade de efetivação de poderes e deveres por parte desses nativos. Isto e, os indígenas (conceito que o art. 2.0 (**) esclarecem) encontram-se numa posição especial perante a ordem jurídica geral (FERREIRA; VEIGA, 1957, p. 11).

Ao longo de todo este estatuto, há punições para os negros das colônias que se indispõem aos trabalhos a eles impostos. No artigo 51º, dos tribunais e do processo, Ferreira e Veiga (1957, p. 99) citam o relatório de Eduardo da Costa, que trata da *Descentralização da ação administrativa nas Colônias*, apresentado ao Congresso Colonial em 1901:

¹⁷ FERREIRA, José Carlos Ney; VEIGA, Vasco Soares da. **Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique**. Anotado e legislação complementar: Estatuto dos Julgados Municipais (Decreto nº 39.817, de 15 de Setembro de 1954). Reforma prisional do ultramar (Decreto-lei nº 39.997, de 29 de dezembro de 1954). Portaria nº 15.612, de 21 de novembro de 1955. 2 ed. Imprensa Nacional: Lisboa, 1957.

É preciso remodelar a administração relativa aos indígenas africanos, de modo a concentrar na mesma entidade - e em cada grau da hierarquia que essa administração composta, - a dupla autoridade administrativa e judicial, condição fundamental para manter o prestígio dessas autoridades aos olhos das raças inferiores (COSTA, 1901, p. 89, apud FERREIRA; VEIGA, 1957, p. 99).

O conteúdo preconceituoso dos novos estatutos portugueses, e não cumprimento das exigências na Conferência de Bandung levam Angola a participar de outros movimentos, como o dos Países Não Alinhados:

O não alinhamento nasceu efetivamente na época da Guerra Fria, no momento dos mais rudes enfrentamentos entre o Oeste e o Leste. Criado por iniciativa de três incontestes líderes, Tito, Nehru e al -Nasser, ele tornou-se, muito rapidamente, o ponto de união para o conjunto dos países do Terceiro Mundo, os quais totalizavam 95 representantes por ocasião da conferência de Havana, em 1979. Na África, o não alinhamento desenvolveu-se precocemente em razão do fracasso do movimento afro-asiático, após a conferência de Bandung (1955). Ele está explicitamente inscrito na Carta da OUA (1963) [...].

Chinweizu (2010, p. 913) aponta que, igualmente inspirado na Conferência de Bandung, a conferência de Monróvia, em agosto de 1959 adota-se uma resolução relativa à discriminação racial, solicitando aos membros da comunidade internacional o combate ao racismo e à segregação, notadamente, através da sua associação às resoluções das Nações Unidas e às declarações dessas conferências. Essas reuniões e conferências após a II Guerra alimentam os movimentos nacionalistas que já insurgiam entre os séculos XIX e XX. Com isso, os nacionalismos alastram-se pelo mundo colonial asiático e africano. Espaços estes que reivindicam emancipação política e a criação de novas nações, onde política, economia e cultura venham a ser plenamente independentes, levando a uma consequência natural depois do triunfo dos aliados.

Hobsbawm comenta que, no mundo da primeira metade do século XX, os movimentos por libertação e independência nacional, são os agentes principais para a emancipação política. Esse autor ainda salienta que tal fenômeno ocorre principalmente nas áreas colonizadas de forma direta, onde há a necessidade de eliminar uma administração imperfeita por poderes imperiais (HOBSBAWM, 1990, p. 196).

[...] enquanto esses movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo foram teoricamente modelados no nacionalismo do Ocidente, na prática, os Estados que geralmente intentaram construir foram o oposto das entidades linguística e etnicamente homogêneas que vieram a ser encaradas como a forma padrão do "Estado-nação" no Ocidente. Não obstante, [...] eles foram de fato mais semelhantes ao nacionalismo ocidental da era liberal do que diferentes. Tanto os movimentos de libertação nacional quanto os Estados

que deles emergiram foram tipicamente unificadores e emancipatórios, embora, no último caso, aquilo que foi alcançado tenha excedido, muito frequentemente, o que era almejado (loc. cit.).

Os movimentos em Angola, sob essas características, adquirem âmbitos nacionalistas. Criam-se argumentos contra Portugal em prol da nacionalidade angolana, a partir das pautas das conferências anteriormente mencionadas. Os ocidentais capitalistas, entretanto, tentavam impedir a constituição de nacionalismos nas colônias, que acabaram buscando apoio dentre os comunistas.

As tentativas ocidentais visando impedir a instalação de regimes pró-soviéticos, nas derradeiras antigas colônias, obtiveram êxito muito inferior. Nestas condições, o nacionalismo africano, com o decisivo apoio do bloco soviético, infringiu derrotas ao Ocidente. Malgrado o interesse existente, no tocante ao Ocidente, de estender a descolonização política às últimas colônias ainda subsistentes, o temor, especialmente alimentado pela experiência do Congo, correspondente a estar às voltas com africanos pró-soviéticos no exercício do poder, em consequência da retirada dos europeus, este receio incitou o Ocidente a apoiar, integralmente e com toda a sua força, os sobreviventes regimes colonialistas de Portugal, da Rodésia e da África do Sul. Por conseguinte, contra a determinação da OTAN de apoiar Portugal empobrecido a aferrar-se às suas colônias e a Rodésia a manter a ocupação do Zimbábue, fez-se necessário o engajamento em prolongados conflitos armados. Uma forte assistência militar e diplomática do bloco soviético contribuiu para trazer à órbita de influência pró-soviética, eventualmente até marxista, os nacionalistas vencedores (CHINWEIZU, 2010, 935).

Para suas incursões militares, o exército recruta não apenas portugueses como também negros angolanos. Segundo Canêdo (1986), o fato de muitos africanos serem recrutados para lutar a favor da sua potência colonizadora, mune-os de uma conscientização política determinante na formação dos movimentos nacionalistas africanos. O nacionalismo africano, assim, nasce e desenvolve-se sob a esfera de influência do mundo ocidental, na medida em que fixa suas raízes no nacionalismo europeu, a exemplo do conceito de nação. Além disso, princípios liberais e humanistas que caracterizaram a Revolução Americana e a Revolução Francesa passaram a servir de inspiração para buscar sua própria liberdade, mas reinventados e adequados às identidades africanas.

Logo, essa forma de resistência, apegada às tradições, transforma-se na ideologia nacionalista, cujos líderes são instruídos pelas nações imperialistas. Estes, por sua vez, tomam consciência da filosofia europeia por meio “do ensino, da imprensa, das longas permanências nas prisões das potências coloniais e nos contatos mantidos com partidos políticos ocidentais” (CANÊDO, op. cit., p. 32), em

um processo que se inicia no século XVI, mas que tem acentuada ação no século XIX, com a Partilha da África.

2.5 A PARTILHA DA ÁFRICA E A DESTITUIÇÃO DE SUA AUTONOMIA

Grande parte das nações africanas e asiáticas, do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial, encontram-se subjugadas aos domínios coloniais, proporcionados por países europeus. Para compreender mais profundamente como ocorreu esse processo, apontam-se causas e consequências dessa atitude expansionista.

Há diferentes elementos que facilitam o novo colonialismo aos europeus. Uzoigwe (2010, p. 4) enumera quatro fatores que levaram à expansão em direção ao interior africano.

O primeiro fator corresponde às atividades dos missionários e dos exploradores, que permitiam à política expansionista saber mais a respeito dos aspectos geográficos, como terrenos, climas e recursos naturais. Ocorre também, nestas atividades, a compreensão das relações políticas, sociais, econômicas, o que permite descobrir quais eram os pontos fracos, e as debilidades para fragilizar uma dada região.

O segundo fator, análogo à Revolução Industrial, permite novas tecnologias na área da medicina. Há uma especial ênfase na descoberta das propriedades medicinais do quinino, contra a malária, doença até então considerada um grande problema para os colonos e exploradores, que, até o século XIX, seguidamente convalesciam de febre amarela.

O terceiro é decorrente à desigualdade do desenvolvimento comercial entre Europa e África até a década de 1870, com a expansão da Revolução Industrial nas metrópoles europeias, que acumulam bens, finanças e aprimoram seus serviços. Este fator permite que, enquanto “as potências europeias podiam gastar milhões de libras nas campanhas ultramarinas, os Estados africanos não tinham condições de sustentar um conflito armado com elas” (UZOIGWE, 2010, p. 4).

Por fim, a quarta colocação de Uzoigwe trata da estabilidade política posterior à guerra russo-turca, entre 1877-1878. Isso leva a um extenso período de paz entre os países europeus que só seria interrompido em 1914, com o início da I Guerra Mundial. No mesmo período, há diferentes conflitos internos em regiões da

África, favorecendo a concentração militar, em especial, das logísticas imperiais ultramarinas e de táticas diplomáticas que alimentam as rivalidades entre si, levando à autodestruição dos territórios. Depois de destruídos, os europeus, passam a administrá-los.

[...] a conduta dos países africanos foi assinalada não só pela falta de solidariedade, de unidade e de cooperação, mas também pelo fato de alguns deles não hesitarem em se aliar aos invasores europeus contra seus vizinhos – apenas para se verem vencidos um pouco depois. Em consequência, as lutas heroicas e memoráveis travadas pelos africanos contra os invasores europeus foram [...] quase sempre ações isoladas e descoordenadas, mesmo no plano regional (UZOIGWE, op. cit., p. 45).

Dessa forma, percebe-se que são muitos os fatores que fragilizam os territórios africanos no século XIV. Além da falta de unidade política e da debilitada articulação militar, chega-se ao consenso na Convenção de Bruxelas, em 1890, de que as potências imperiais não venderiam armas aos africanos. As populações autóctones, assim, encontram-se limitadas a equipamentos militares primários, ocasionando em uma artilharia desproporcional aos novos colonizadores.

A conferência proporciona uma oportunidade para canalizar as hostilidades latentes europeus para com o outro. Expandem-se as áreas europeias para ajudar as potências europeias se ampliarem em face da ascensão americana, russa e japonesa, o que formaria um diálogo construtivo para limitar hostilidades futuras.

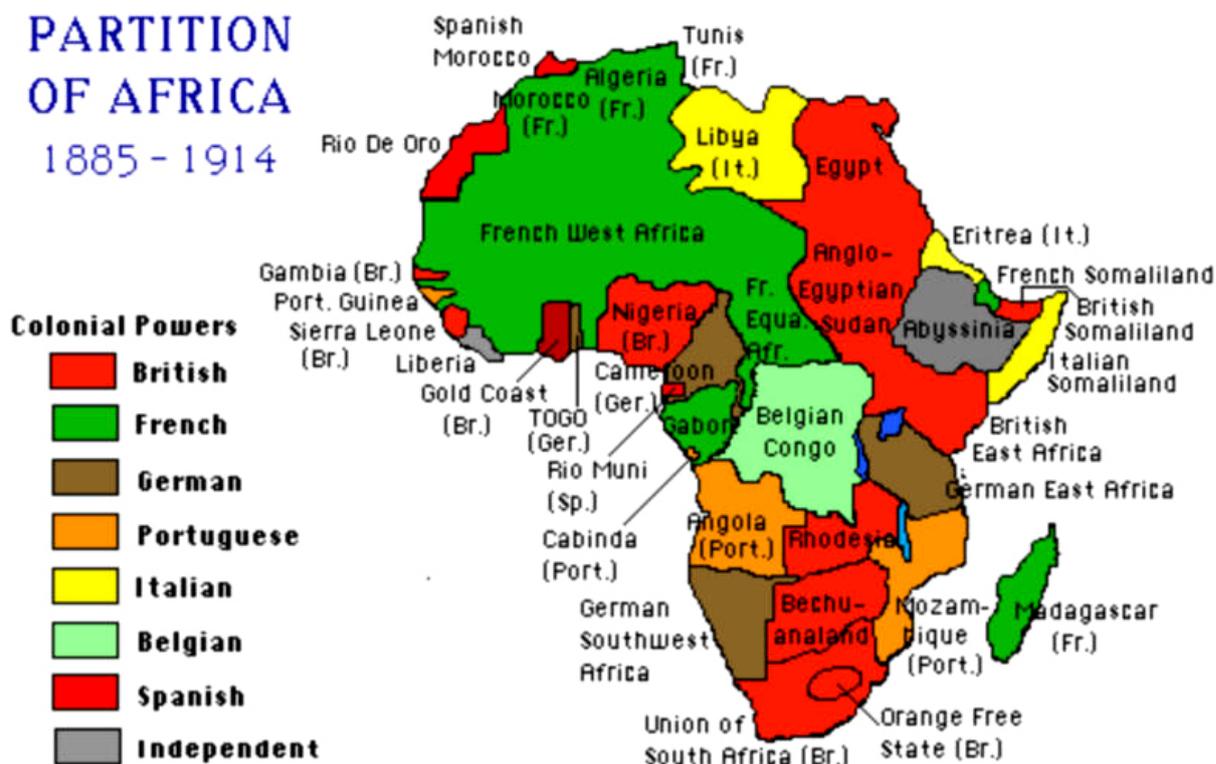


Figura 3: Partilha da África por países europeus, entre 1885 e 1914
Fonte: Africa Federation

Para os africanos, o colonialismo é implantado em quase todo o continente. Os europeus não respeitam, nesse processo, as mentalidades e os modos de vida, frutos da história milenar produzida por uma grande diversidade étnica e cultural. Além de interesses políticos e científicos, os colonizadores oitocentistas têm interesses religiosos, ao financiar expedições missionárias e exploratórias em direção a regiões completamente desconhecidas até então pelo homem branco. Dessa forma, Canêdo (1986, p. 5) considera que os ocidentais “mudaram os velhos padrões da sociedade, impuseram o trabalho forçado e o racismo, isto é, a exploração do homem pelo homem, base das estruturas coloniais”.

O tratado dessa conferência regula a colonização europeia, definindo-se as fronteiras de cada país. A África Setentrional fica sob o domínio essencialmente da França, salvo territórios como Sudão e, mais tarde, Egito, subjugados pela Inglaterra, que corta a África de Norte, do litoral egípcio, a Sul, na África do Sul. Essa conferência marca a Partilha da África, oficializando a Novo Colonialismo, cujo sistema teria seu auge em 1913, às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Depois dos conflitos internacionais, motivados também pela disputa de controle dos territórios africanos entre as potências europeias, esse sistema entra em decadência. O discurso legitimador de manter tais colônias não se sustentará mais após o final da Segunda Guerra Mundial, uma vez que muitas das nações guerrearam para defender a “liberdade”.

Uzoigwe (2010, p. 44) reflete sobre as consequências geográficas, ao apontar que

[...] o novo mapa geopolítico da África, depois de três décadas de fracionamento sistemático e de ocupação militar, é muito diferente do que era em 1879. As potências europeias dividiram o continente em cerca de quarenta unidades políticas. Certos especialistas consideram inaceitáveis as novas fronteiras, que julgam arbitrárias, apressadas, artificiais e aleatórias, pois distorcem a ordem política nacional pré-europeia. Outros, [...] acham-nas mais razoáveis que as de 1879. [...] Cerca de 30% da extensão total das fronteiras são formadas por linhas retas, e tanto estas como outras cortam arbitrariamente as fronteiras étnicas e linguísticas. Por outro lado, os limites que foram mantidos seguiam traçados nacionais e, portanto, não podem ser considerados tão arbitrários ou tão inapropriados como certos críticos querem fazer crer. O que muitas vezes não se compreende é como a partilha fixou essas fronteiras móveis, ou que esforços fizeram as comissões de delimitação para retificar, quando politicamente possível, certas anomalias durante os numerosos trabalhos de fixação das fronteiras.

O processo exploratório se acelera na metade do século XIX. Até 1850, já havia instalações coloniais europeias por toda África, ainda que, no princípio, estavam dispersas e sem fronteiras definidas. Alemães, portugueses, ingleses, holandeses, franceses, italianos aumentam a saída de seus países para novas oportunidades de ascensão social a partir da exploração das populações nativas. A princípio, a diplomacia europeia formava relações comerciais com muitos dos líderes no interior da África, mas o reconhecimento da abundância de recursos valiosos e da mão de obra escrava fazem crescer o interesse em explorar madeiras, metais preciosos e as terras férteis para plantio. Eles então eliminam, assim, praticamente toda a autonomia africana, marcando o início de um período de atividade colonial intensificada por potências europeias.

Um ponto navegável facilitador do acesso ao interior é o Rio Congo. Com isso, belgas, franceses e portugueses inicialmente disputam a região que, a partir da segunda metade do século XX, corresponderá à República do Congo, ao norte de Angola.

Em 1878, o rei Leopoldo II da Bélgica coordena o processo de colonização sob a alegação de “civilizar” o continente. Enquanto isso, portugueses se baseiam

em tratados antigos com Espanha e Igreja Católica e em um novo tratado com o Reino Unido em 26 de fevereiro de 1884 com a finalidade de bloquear o acesso do Congo ao Oceano Atlântico. A ideia de uma conferência internacional que permita resolver os conflitos territoriais engendrados pelas atividades dos países europeus na região do Congo é lançada por iniciativa de Portugal, de acordo com Uzoigwe (2010, p. 33).

Apesar da iniciativa portuguesa, quem lidera a Conferência de Berlim é o alemão Otto Von Bismarck, também responsável pela unificação de seu país. A Conferência de Berlim ocorre de 15 de novembro de 1884 a 26 de novembro de 1885. Sua função é regulamentar a colonização europeia e o comércio na África, dividindo-a politicamente entre os países europeus. Esse evento, após o processo de independência dos países nas Américas, inicia um novo sistema de imperialismo e colonização. Para obter a aceitação pública, a conferência promete acabar com a escravidão. Assim, uma proibição internacional do comércio de escravos ao longo de suas esferas assinado pelos membros europeus. Entretanto,

[...] a conferência não discutiu a sério o tráfico de escravos nem os grandes ideais humanitários que se supunha terem-na inspirado. Adotaram-se resoluções vazias de sentido, relativas à abolição do tráfico escravo e ao bem-estar dos africanos. A conferência, que, inicialmente, não tinha por objetivo a partilha da África, terminou por distribuir territórios e aprovar resoluções sobre a livre navegação no Níger, no Benue e seus afluentes, e ainda por estabelecer as “regras a serem observadas no futuro em matéria de ocupação de territórios nas costas africanas (loc. cit.).

De acordo com Hammond (1996, p. 103) em setembro de 1885, o governo francês propõe negociações de fronteira, principalmente em Guiné. Os franceses desistem de suas reivindicações ao sul, mas mantêm as possessões ao norte, sobre assentamentos portugueses. Eles também concordam com as propostas para a fronteira entre o Congo francês e do exclave português de Cabinda. As possessões que separam Angola e Moçambique, que corresponderão, a partir da segunda metade do século XX, a Zâmbia e Zimbábue, deveriam ser de Portugal, no projeto chamado Mapa Cor de Rosa, em 1886, jamais consolidado.

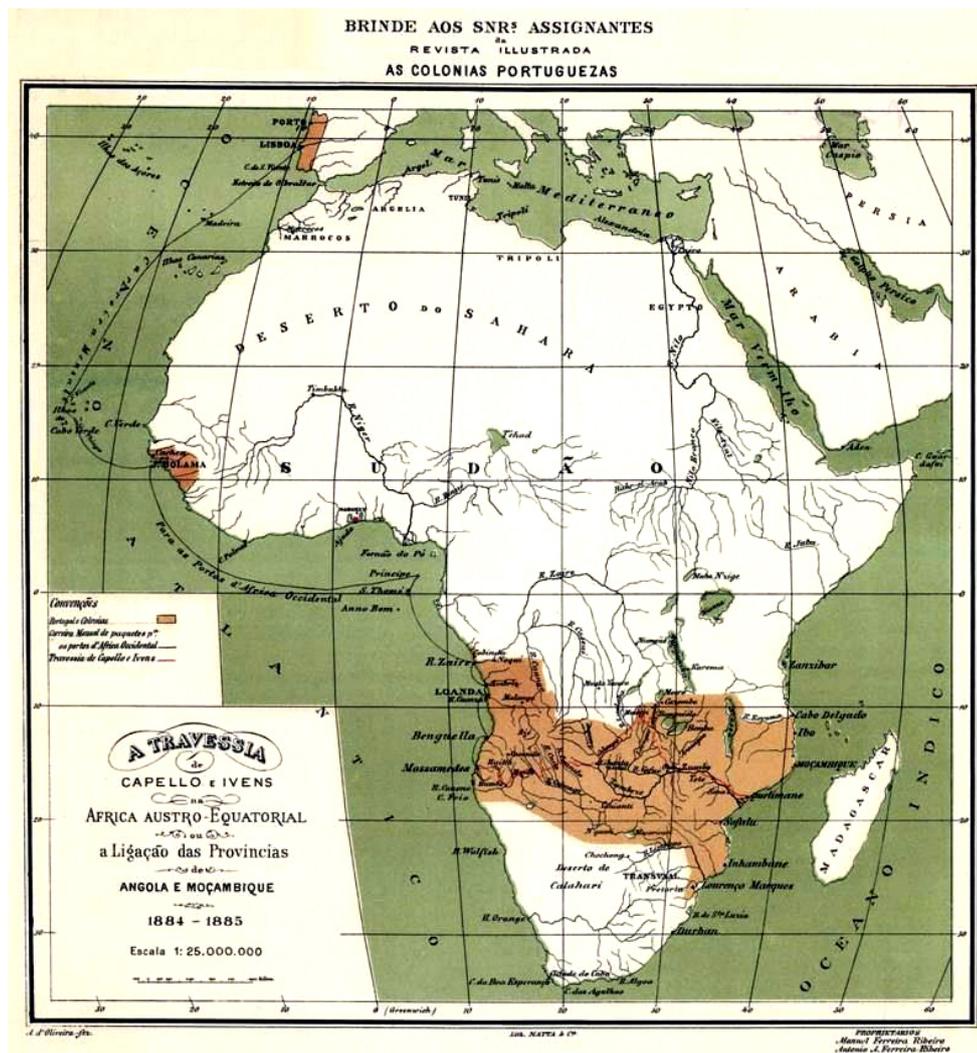


Figura 4: O Mapa Rosa, proposto por Portugal, em 1884, mas não reconhecido pela Inglaterra em 1886

Fonte: Africa Federation.

Todos os países que participam na conferência aprovam as ambições portuguesas, com exceção do Reino Unido que, em 1890, viola todos os tratados, cruzando a África do Sul e Botsuana, em direção norte. O sonho de cruzar a África de Oeste, no litoral atlântico em Angola a Leste, no litoral índico de Moçambique foi definitivamente abandonado, ante o poderio militar britânico, à decadência portuguesa em sua economia interna e na perda do prestígio internacional.

Já acentuava Eric Hobsbawm (1994) sobre o audescentamento de Portugal em relação à sua condição de colonizador: o não entender-se como tal e a insistência em sê-lo, ao passo que estende às colônias – mais ainda a Angola – o retrocesso socioeconômico que vem em gestação secular de seu feudalismo caseiro. Publvaliza a esterilidade do progresso e produz, com a névoa do conservadorismo, sujeitos afônicos, calados em seu contexto histórico incapazes de reagir à teia simbólica em que stao envoltos inoperantes diante da imposição simbólica. O respaldo dessa prática só encontra eco mesmo nos grandes e poderosos detentores de

latifúndios, na força conservadora da Igreja Católica e nos capitalistas de plantão [...] (CONTE, 2008, pp. 77-78).

Além disso, a resistência das tribos africanas aos portugueses se estende ao longo de todo o processo de colonização, sendo que:

Somente no início do século XX, os portugueses lograriam êxito completo na conquista do Planalto Central angolano, após a guerra do Bailundo, em 1902, destruindo a organização tribal existente e praticamente consolidando seu domínio sobre o país. A definição das atuais fronteiras angolanas, entretanto, não decorreu da capacidade de conquista de Portugal, na verdade um país atrasado e dependente, no fim do século XIX, e incapacitado de concorrer com as principais metrópoles europeias, como a França, a Alemanha e a Inglaterra, que disputavam o território africano (MENESES¹⁸, 1847, p. 101).

Portugal, nesse período, atrasado, já havia desfrutado de maiores prestígios em seu tempo áureo. Cabe, dessa forma entender como um pequeno país liderou séculos antes sua empreitada que colaborou para mudar a maneira com que os europeus viam o mundo.

2.6 O PRINCÍPIO DAS NAVEGAÇÕES MARÍTIMAS

Liderado por Portugal e Espanha, a expansão transoceânica inicia-se no séc. XV. Há, neste período, o descobrimento de rotas para o controle do comércio oriental, por meio da exploração da costa africana na busca de rotas comerciais em direção ao Oriente. As expedições marítimas levam à colonização das Américas e à formação dos impérios mercantilistas. O mercantilismo escravista para as colônias das Américas é um dos interesses iniciais que os europeus demonstram pela África, restritos às zonas litorâneas, já que, inicialmente, havia muitas dificuldades de acesso ao interior da África, ocasionadas por rios de difícil navegação, encostas íngremes, doenças como a febre amarelo e hostilidades das populações autóctones.

O início dessas navegações remonta ao final do Sistema Feudal, que teve seu auge na Europa entre os séculos XII e XIII. O Feudalismo surgiu com a desintegração do modo de produção escravista e do Império Romano. Houve um

¹⁸ Esses apontamentos são do tipógrafo J. A. de Carvalho e Menezes, que escreve em Lisboa, no ano de 1846 e publica seu livro no Rio de Janeiro, em 1847. O título é a Demonstração Geográfica e Política do Território Português na Guiné Inferior, que abrange o Reino de Angola, Benguela e suas dependências. Ele inicia seu relato comentando que já havia publicado em Lisboa no ano de 1834 uma Memória relativa à Província de Angola e suas dependências. Sua intenção era chamar a atenção dos portugueses “quer colocados no poder, quer na classe dos capitalistas e comerciantes”, sobre as vantagens e recursos que a Metrópole poderia recolher dos produtos que aquele território poderia oferecer a Portugal.

lento processo de divisão da Europa em células autossustentáveis, cuja população obedecia a diferentes hierarquias, cabendo ao senhor feudal a posição de maior privilégio. A sucessão hierárquica mantinha um elo de suserania, em que o suserano era o nobre detentor das terras, e vassalagem, composta por camponeses que habitavam os feudos. A Igreja exercia forte influência nessa relação, que coagia mecanismos ideológicos de submissão e obediência sobre a população.

Para o homem medieval, o referencial de todas as coisas era sagrado, fenômeno psicossocial típico de sociedades agrárias, muito dependentes da natureza e, portanto, à mercê de forças desconhecidas e não controláveis. Isso gerava, compreensivelmente, um sentimento generalizado de insegurança. Temia-se pelo resultado, quase sempre pobre, das colheitas. Temia-se a presença frequente das epidemias que não se sabia combater. Temia-se sobretudo pela vida futura [...]. Desamparado diante de uma natureza frequentemente hostil, o homem encontrava as origens disso, e as possíveis escapatórias, num mundo além (FRANCO, 2005, p. 139).

A dependência de recursos naturais cada vez mais escassos é uma das razões para o colapso desse sistema no século XIV. Desmatamentos, esgotamento de minas de metais como a prata, falta de critérios com agriculturas deficitárias e fechadas para cada sistema feudal, aumento populacionais, perda de pastagens para atividades voltadas ao comércio que começava a se desenvolver etc., levam a uma fome generalizada. Também, decorrente do crescimento demográfico sem planejamento e saneamento disseminam-se epidemias como a peste bubônica¹⁹. Paralelo a esses fenômenos, uma série de conflitos armados envolviam a Inglaterra e a França, de 1337 a 1453, na chamada Guerra dos Cem Anos.

Com isso, segundo Franco (idem, p. 141), houve o declínio populacional. Com o vazio demográfico, as novas populações urbanas e rurais reorganizaram seus sistemas, tanto econômico como de produção, tornando-os mais eficientes. À medida que as transformações ocorrem, há o progresso de economias artesanais e manufaturadas. A produtividade gera rendas, permitindo que muitos camponeses paguem dívidas, herdadas de seus antepassados, aos senhores feudais. A circulação monetária faz crescer os burgos, que se transformam em cidades, onde se formam uma nova oligarquia plutocrática, em que poucos passam a ter maior controle financeiro.

¹⁹ É inadmissível que ainda no século XXI chamem a peste bubônica de negra, com a permanente associação binária entre branco e claro como sendo algo bom, enquanto escuro e negro, algo ruim, mau.

Franco (2005, p. 142) aponta ainda o consumo de mercadorias de luxo no século XV intensificou o comércio. Burguesia, clero e cortes reais desejam, nessa época, se diferenciar do restante da população com o consumo de artigos mais requintados, desde alimentação, vestuário, residências até a obras de arte e adornos religiosos. Para tanto, existe a necessidade de metais preciosos, tecidos, especiarias que passam a ser cobiçadas, em especial as advindas do Oriente, por rotas mediterrâneas para abastecer as cidades, principalmente, italianas.

Enquanto isso, em Portugal, sua localização litorânea entre o Atlântico e o Mediterrâneo lhe proporciona a liderança das primeiras navegações. Com a expulsão dos mouros²⁰, a dinastia cristã dos Avis havia ascendido ao poder em 1385, responsável por abolir os últimos regimentos feudais de vínculo à terra e a estabelecer alianças entre o Estado e a produção mercantil. Os árabes, ao saírem, deixam para trás muitos das técnicas e instrumentações marítimas, que favorecem aos portugueses no avanço em expedições pelo mar.

Entretanto, à medida que os cristãos retomam a Península Ibérica, no extremo ocidente europeu, os turco-otomanos avançam sobre o já fragmentado e decadente Império Bizantino, até que, em 29 de maio de 1453, a capital Constantinopla viesse a ser completamente tomada. É interrompida, a partir de então, a passagem de cristãos pelo Estreito de Bósforo, acesso marítimo facilitador para o comércio com a Ásia. Esse episódio acelera o processo de navegação.

Com a instabilidade daquela região, os portugueses iniciam seus desbravamentos entre 1434 e 1444. Nesses anos iniciais, eles transitam pela faixa costeira do Marrocos ao Cabo Verde. De 1445 a 1460 avançam até Guiné e Serra Leoa. Em 1474, alcançam Gabão, Costa do Marfim e Costa do Ouro, até chegar à foz do rio Congo. A façanha de alcançar o extremo-sul do litoral africano cabe a Bartolomeu Dias, que divulga o caminho de passagem para as Índias, em 1488. Ele nomeia este local de Cabo das Tormentas, mais tarde chamado de Cabo da Boa Esperança.

A centralização dos governos, durante este momento, é importante para manter o elo entre as cidades. Burocracia, fortalecimento dos exércitos,

²⁰ Muçulmanos com origem no Norte da África, que migraram em direção à Península Ibérica desde o século VIII, assumindo a liderança do que hoje corresponde a Portugal e praticamente toda Espanha. O processo de Reconquista Cristã se inicia com as Cruzadas nos séculos XI e XIII, terminando com a expulsão total na Espanha, em 1492, pelos Reis Católicos.

consolidação de burguesias e monarquias são meios para a concentração do poder. As mudanças do panorama político exercem impacto direto na mentalidade das pessoas, que começam a rever ideias de senso comum e dogmas religiosos, assim como a desenvolver conhecimentos empíricos e filosóficos. Além disso, a soberba e os apegos mundanos da Igreja abrirem espaço para a Reforma, que também teve sua contribuição nos espaços de questionamentos e disputas ideológicas da Renascença.

O homem passa a ser parte desse mundo e seu corpo se torna percebido como parte da natureza. O otimismo da classe ascendente da burguesia se converte em uma confiança absoluta na capacidade humana de agir sobre o planeta. Como espaço de controle humano, a natureza começa a ser entendida sob nova ótica, a da observação e da pesquisa. O novo homem renascentista começa a se alfabetizar e a se dedicar às artes e à leitura. Padres progressistas financiam e protegem os artistas, que produzem suas obras inspiradas nos modelos da Grécia e da Roma antigas.

Houve também uma mudança para a visão espacial do mundo. O oceano Atlântico era um infinito de águas intransponíveis, cujas águas, povoadas por criaturas temerosas, despencavam em castas infinitas no universo. Os mapas daquele período ilustravam esse imaginário, inserindo possíveis localizações do Jardim do Éden nos três continentes conhecidos pelos ocidentais: Europa, África e Ásia. Porém, o acesso a narrativas de viajantes ao entre os séculos XIII e XIV passam a contribuir para superar esses medos.

Muitos homens, principalmente capitães de cavalaria, que, saindo de um sistema de exército com traços feudais, recrutariam outros para as marinhas mercantes sob a pretensão de reproduzir feitos de aventureiros como Ibn Battuta²¹ e Marco Polo²². Seus feitos começam a exercer profundas mudanças cultural e

²¹ Muhammad Ibn Battuta viveu entre 1304 e 1369. Ele foi um muçulmano marroquino reconhecido como um dos maiores viajantes de todos os tempos. Ele é conhecido por suas extensas viagens todas documentadas por sua autobiografia. A intenção de sua jornada era conhecer todo o mundo Islâmico, chegando a Meca. Com esse intuito, percorreu todo o Norte da África, os países do Oriente Médio e as instalações mouras na Península Ibérica. No entanto, ele foi além. Suas viagens incluíram grande parte da costa leste africana, o Sudeste Asiático, a Índia e os países do Extremo-Oriente (China e Japão).

²² Marco Polo era um viajante mercador veneziano. Ele aprendeu o ofício mercantil de seu pai Niccolò e de seu tio Maffeo. Os três saíram em uma viagem de mais de vinte anos pela Ásia. Em 1269, eles voltaram a Veneza, que estava em guerra com Gênova. Durante os conflitos, Marco foi (Continua)

intelectual aos europeus, pois lhes apresentam um mundo cosmopolita, repleto de rotas comerciais em potencial. Suas narrativas divulgam também outras religiões e modos de pensar, diferentes daqueles da filosofia cristã, cujas pessoas estariam em pecado e deveriam ser convertidas para serem salvas da perdição.

Fé, ambição, coragem. Esses são os sentimentos do infante D. Henrique de Avis, fruto desse período, que nasce em 4 de março de 1394 e vem a falecer em 13 de novembro de 1460. Seus títulos de nobreza são 1º duque de Viseu, 1º senhor da Covilha. Ele é de suma importância no início da Era das Descobertas, sendo denominado Infante de Sagres ou, simplesmente, O Navegador. Um escudeiro de sua casa é Diogo Cão, que seria promovido pelo rei D. João a capitão navegador.

Em 1484, Diogo Cão, um cavaleiro da casa do rei, trazia com ele um desses pilares de pedra, e de passagem ao Cabo Santa Catarina, o último ponto descoberto no reinado do Rei Afonso, chegou à foz de um grande rio, a sul lado da qual ele montou o pilar, e, conseqüentemente, chamado o rio, o Rio do Padrão. Os nativos chamam-no Zaire que foi posteriormente nomeado o Congo, a partir do país através do qual fluiu. Diogo Cão subiu o rio até um ponto distante, e se deparou com um grande número de nativos, que eram muito pacíficos, mas, ainda que tivesse intérpretes de várias das línguas africanas, não houve entendimento (MAJOR, 1868, p. 331, tradução nossa).

O rei D. João II de Portugal o nomeia capitão para duas viagens de descobrimento, em direção à costa sudoeste de África, em 1482 e 1486. É durante a primeira viagem, em 1482, que esse explorador chega à foz do rio Zaire (rio Congo). Ele avança pelo interior dessas águas por cerca de 150 km, até chegar às cataratas de Lelala. Esse explorador acredita chegar ao extremo-sul africano, por onde seria possível cruzar do Oceano Atlântico ao Índico. Entretanto, em 1488, Bartolomeu Dias alcançaria o chamado Cabo das Tormentas.

Ele conseqüentemente decidiu levar alguns dos nativos ele para Portugal, para aprender o idioma Português, atuando como intérpretes no futuro. Estes foram facilmente gerenciados, e sem qualquer violência, enviando reféns portugueses ao Rei do Congo, com a promessa de que em quinze meses, os negros deveriam retornar ao seu país. Ele levou consigo quatro dos nativos, sendo que, na viagem eles aprenderam português o suficiente para lhes permitir intermediar a diplomacia em seu próprio país [...]. O rei João ficou muito satisfeito, pois de fato os negros foram tratados com muito bondade e generosidade, quando Diogo Cão os levou de volta em data desconhecida. O rei ordenou-lhes com muitos presentes para seu próprio soberano, acompanhadas do desejo sincero de que ele e seu povo iria abraçar o Religião Cristã (MAJOR, 1868, p. 331, tradução nossa).

Através do Cabo da Cruz (que passaria mais tarde a ser o Zaire), Diogo Cão passa a estabelecer as primeiras relações com o Reino do Congo, em 1485. Antes (Continuação)

preso, sendo solto em 1299. Durante o período de prisão, suas viagens foram registradas no livro As Viagens de Marco Polo

em que as extensões ultramarinas portuguesas se tornam subcolônias administradas pelos reis filipinos de Espanha. A Guerra de Restauração da Coroa Portuguesa em 1641 faz com que os portugueses direcionem seus esforços ao interior da metrópole, deixando suas colônias à mercê de outros colonizadores.

Assim como no Brasil, em 1641, os holandeses ocuparam Luanda, formando alianças com populações locais contra os portugueses. No entanto, a frota liderada Salvador de Sá devolve o controle de Luanda para Portugal a partir de um cerco que se estenderá por dois anos, até 1650.

D. João IV "O Restaurador" (1604 – 1656) reestabelece a autonomia política dos portugueses, fundando a Dinastia dos Bragança. Portugal, assim, desvincula-se dos domínios da Dinastia Filipina, que, naquele momento, está sob o comando de D. Filipe III "O Grande" (1605 – 1665). À medida que Portugal reconquista sua independência, novos tratados de expansão do território de Angola são assinados em 1649 com o Reino do Congo e, em 1671, com os reinos de Matamba, Ndongo e de Njinga, sendo estas as últimas conquistas de Portugal nos arredores de Luanda.

No entanto, as tentativas de invadir o Congo e Matamba entre 1670 e 1681 falharam. Resta expandir-se para o centro de Benguela em incursões limitadas. É interessante ressaltar que se estenderia por séculos o sonho português de cruzar a África de Oeste, no litoral atlântico em Angola a Leste, no litoral índico de Moçambique foi definitivamente abandonado com a Partilha da África, a partir da Conferência de Berlim, em 1885, analisada anteriormente.

Cão presença o período áureo das conquistas de Portugal e também a decadência de seu país. A narrativa *A Sul. O Sombreiro*, de Pepetela (2012) se passa no período dessa ruína. O contexto histórico, porém, não se limita ao cenário, que seria um recurso estético comum a romances canônicos. Na verdade, personagens históricas interagem com outras ficcionais, em um processo de ficcionalização estudo no Capítulo III desta dissertação. Dessa forma, a partir do próximo capítulo desta dissertação, História e Literatura se fundem, tornando-se uma.

2.7 GOVERNADORES GERAIS DE ANGOLA

São analisados, nesta seção, alguns dos primeiros governadores de Angola, entre 1575 e 1623, que aparecem ao longo da narrativa *A Sul. O Sombreiro*, principalmente, mencionados pelo narrador-testemunha Simão de Oliveira. É, portanto, um recorte temporal de 48 anos de História de Angola, que dá uma dimensão temporal, auxiliando o leitor a se localizar em um período histórico específico. Para tanto, são estabelecidas aproximações entre essa obra ficcional com as fatuais de dois portugueses do século XIX, que recordavam o passado glorioso de seu país correspondentes às memórias escritas pelo tipógrafo João Antônio Carvalho Meneses (1848), em 1848, e às do comendador João Carlos Feo Cardozo de Castello Branco e Torres (1825).

O décimo terceiro governador é João Correia de Souza. Ele governa Angola, de 1621 a 1623. “Logo no princípio do seu Governo, tem uma memorável embaixada, digna de individual narração” (TORRES, 1825, p. 157). Contudo, ele chega em um momento turbulento. No momento em que João Correia de Souza assume, Cerveira está atacado pelas febres. Mesmo febril, recebe a carta do rei “dizendo ter ordenado ao Correia de Sousa dispensar soldados e armas para Benguela”. Contudo, o novo governador alega não ser possível enviar homens, contrariando às ordens reais, pois

Luanda estava quase despida de gente e muito ameaçada pelos hereges holandeses. Correia de Sousa ainda teve tempo, no entanto, para tentar convencer alguns subordinados do Cerveira a aproveitarem a boleia nos barcos e desertarem para Luanda, onde o clima era melhor e mais abundantes as oportunidades de negócio, como todos sabiam, além de escaparem a um déspota odiado (PEPETELA, 2012, p. 316).

Assim, o novo governador, encontrando dificuldades para administrar, gera distúrbios entre as autoridades. Ele, de fato, fracassa em suas empreitadas, uma vez que os homens ainda têm temor de Cerveira, o “governador de Benguela, mesmo doente e fraco” (loc. cit.). Em consequência desses desentendimentos e revoltas, foge de Luanda carregando consigo todas as suas riquezas, mas é preso, levado a Portugal para ser julgado e tem seus bens confiscados.

O décimo primeiro governador é correspondente ao segundo mandato de Manuel Cerveira Pereira, de 1615 a 1617, imediatamente, após seu retorno a

Luanda. A partir desta nomeação, ele recupera velhos aliados na intenção de fortalecer seu grupo com familiares trazidos da Europa: Ambrósio, seu irmão mais novo, Edmundo Ramos, seu cunhado cirurgião e soldado, e seu sobrinho Filipe Pereira Ramos, filho de Edmundo. Além desses aliados, ele traz também cento e trinta homens, para servirem-lhe de segurança. Durante sua segunda administração, funda o território de Benguela, visando às almejadas minas de prata, mas que não foram encontradas.

A guarnição da Cidade de S. Filipe de Benguela compõe-se de uma companhia de infantaria e outra de artilharia, aquarteladas na Fortaleza do mesmo nome, fundada por Manuel Cerveira Pereira, a segunda vez que foi encarregado do governo daquele Distrito em 1615, mas tão boa praça das armas, depois mandada levantar quase toda de novo pelo incansável D. Francisco Inocência, está pela maior parte destruída pelo tempo e pelo mar, vendo-se a sua excelente artilharia quase enterrada nas areias (MENESES, 1846, p. 32, tradução nossa²³).

Assim, Cerveira funda a capital do que seria o Reino de Benguela, ao aportar na Baía da Torre, também conhecida como Baía das Vacas ou de Santo Antônio. Para esse feito, ele comunica por cartas ao rei, em que argumenta o motivo de ter escolhido tal território: “salutíferos ares, fértil e abundante do mantimento da terra, com abundância de muito e diverso peixe” (PEPETELA, 2012, p. 208). Nessa narrativa, o religioso Simão de Oliveira conta que

Manuel Cerveira Pereira resolveu desembarcar e fundar cidade, para ser a capital do que ele tinha pomposamente chamado o «Reino de Benguela». São suas as entusiásticas palavras para o rei, justificando a escolha do sítio «por não achar melhor porto, terra de mais salutíferos ares, fértil e abundante do mantimento da terra, como na abundância de muito e diverso peixe que há nesta baía, estando vizinho de dois rios que correm de excelente água» (PEPETELA, 2012, p. 145).

Sua representação ficcionalizada por Pepetela (2012) surge constantemente como a de um homem irredutível. Ele traça roupas escuras, de panos grossos, que lhe faz gotejar de suor, sempre calçando botas altas que causam grandes bolhas em seus pés. A vestimenta que lhe confere status, por ser um padrão europeu não condizente ao clima quente de Angola, é um grande martírio seu:

Tinha feito mais de dois anos de campanhas militares no interior, mas era escusado, as bolhas de água não lhe largavam os pés. Bolhas que depois rebentavam em dores quase intoleráveis. Sabia, era de andar longas

²³ A guarnição da Cidade de S. Filipe de Benguela compõe-se de uma companhia de infantaria e outra d'artilheria, aquarteladas na Fortaleza do mesmo nome, fundada por Manoel Cerveira Pereira, a segunda vez que foi encarregado do governo d'aquelle Districto em 1615, mas tão boa praça d'armas, depois mandada levantar quasi toda de novo pelo incansavel D. Francisco Innocencia, está pela maior parte destruída pelo tempo, e pelo mar, vendo-se a sua excellente artilheria quasi enterrada nas arêas.

caminhadas com botas altas no calor sufocante. Os pés dançavam dentro das botas, afogados no suor acumulado no fundo delas, provocando as bolhas. [...]. O certo é que gente chegada há apenas alguns meses já não se queixava e ele continuava sempre com as bolhas a dificultarem a marcha. Ninguém notava, pois era demasiado orgulhoso para mostrar alguma fraqueza e evitava coxear [...]. As botas de montar eram signo da sua condição de cavaleiro e acima de todas as dores devia sempre ficar a insígnia de nobreza. A humildade de andar descalço ficava bem ao peregrino e ao homem atormentado pelos seus pecados. E aos negros. Nunca a um fidalgo de sua majestade Filipe de Espanha. Só o Barbeiro sabia do seu tormento, pois era também o cirurgião da tropa. O Barbeiro conhecia outra coisa, explicada com o gume de uma navalha espetada no pescoço, se espalhasse a notícia das bolhas seria um homem morto (PEPETELA, 2012, p. 11).

Dessa forma, como ele desafia o clima por uma aparência oponente, não se importa com a desaprovação dos outros por suas atitudes. Essa personalidade inflexível, simbolizada nas vestimentas que utiliza para se destacar dos demais, quando aplicada nas relações sociais, lhe produz muitos inimigos, além da população que desaprova sua administração. Alguns deles são o vigário local, o Juiz Ouvidor André Velho de Sottomaior. Não importa de fato a popularidade e sim manter o objetivo, como qualquer outro colonizador: enriquecer por meio da expansão colonial, que utiliza exploração de matérias primas locais e do tráfico negreiro. Vale frisar que esse objetivo, mascarado pela missão de salvar almas dos nativos, cabe também aos religiosos, que por ali circulam.

Apesar das vitórias, alguns membros de seu exército permanecem descontentes com o isolamento. Dessa forma, muitos de seus homens começam com tentativas de desertar. Alguns conseguem, mas o governador impede a maioria a tempo. A população portuguesa encontra apenas pântanos na região de São Filipe de Benguela, cujo nome homenageia os reis de Espanha: “com as célebres febres que derrotavam um exército antes mesmo de ele entrar em batalha” (PEPETELA, 2012, p. 209). Muitos tentam alertá-lo das adversidades do local, mas Cerveira não aceita conselhos ou alertas de outrem. Ignora, assim, as advertências sobre o clima local, não só com a fundação como também com a expansão do território de Benguela. Para ter sucesso em seu empreendimento, passa-se por aliado dos kimbos locais, na promessa de ajudar a atacar seus inimigos vizinhos. Após vencidas as batalhas, seu exército destruiria também os kimbos a quem havia se aliado.

Enquanto governador, Cerveira envia cartas ao rei, pedindo-lhe subsídios. El Rei chega a atender seu pedido, mas que nunca lhe chegaria em mãos, por já não

governar mais. Em 1617, ele parte em direção ao sul de Angola. Em seu lugar, assume Gonçalves Pita, capitão-mor no Kongo. Cerveira falece em 1626 em Luanda, ainda sendo tratado como governador do “reino de Benguela”, mesmo que já afastado do cargo. No testamento de Coutinho, fica nomeado, por poderes concedidos pelo rei, Manuel Cerveira Pereira como próximo governador.

A este famoso homem, que foi de Portugal, com a patente de Capitão de Infantaria, em companhia de João Rodrigues, e que com ele se achava no Sertão; elegeram, na sua falta, os mais Cabos do exército, para Governador: não entrou, naquele Reino, Militar de maior merecimento, nem quem fosse mais mal tratado pela inveja: todas as suas ações foram felizes, e os seus trabalhos gloriosos; tanto pela utilidade, que deles resultou aquela Colonia; como pela constância, com que superou as mais cruéis emulações. Foi-lhe conferido posse no ano de 1603; e resoluto em continuar a conquista intentada, após em execução (TORRES, 1825, p. 146, tradução nossa²⁴).

Torres, em 1825, se refere a Cerveira como um famoso homem, que foi de Portugal, com patente de Capitão de Infantaria, acompanhado de João Rodrigues (o nomeado a governador) e que com ele se encontrava no Sertão. Neste fragmento, é possível ainda perceber que Manuel Cerveira Pereira seria vítima, principalmente, de inveja.

Realmente, em *A Sul. O Sombreiro*, a personagem em primeira pessoa Simão de Oliveira denuncia Cerveira como sendo um grande criminoso e pecador. Ele alega que seu título de fidalgo era apenas de papel e não de sangue, pois ele conseguiu tomar o governo de Angola em 1603. No segundo capítulo, o religioso relata:

Quando Manuel Cerveira Pereira ascendeu, por merecimento ou intrigas religiosas, ao cargo de capitão-mor e governador interino, ainda não existia o convento de S. José, apenas uma modesta ermida, e só no ano seguinte começariam as obras do colégio e igreja dos jesuítas. Que ele ajudou a edificar, tirando dos seus cabedais e sobretudo do erário público. Todavia, tratava-se de obra meritória, acharam alguns dos mais neutros em partilhas de poder, porque os membros da Companhia de Jesus eram reconhecidos professores e homens severos (PEPETELA, 2012, p. 9).

Em 1607, Dom Manuel Pereira Forjaz prende Cerveira Pereira e o substitui no cargo de governador de Angola. O substituto envia-o para Portugal, sendo esta

²⁴ A este famoso homem, que foi de Portugal, com a patente de Capitam de lfanteria, em companhia de Joaão Rodrigues, e que com elle se achava no Sertaõ; elegêraõ, na sua falta, os mais Cabos do exercito, par Governador: naõ entrou, naquele Reino, Militar de maior merecimento, nem quem fosse mais mal tratado pela inveja: todas as suas aççoens foraõ felizes, e o seus trabalhos gloriosos; tanto pela utilidade, que deles resultou áquella Colonia; como pela constancia, com que superou as mais cruéis emulaçoens. Dêo-se lhe posse no anno de 1603; e resoluto em continuar a conquista intentada, a poz em execução (TORRES, 1825, p. 146).

decisão bem-vinda pela população angolana. Contudo, sua fortuna, por meio do desvio de impostos, tráfico negreiro e de mercadorias, não foi perdida, pois o escrivão Francisco Rocha a leva para o Brasil; depois, entrega-a fielmente a ele na prisão. Essa riqueza e mais a ajuda de algumas pessoas influentes permitem que Cerveira seja absolvido pelo rei das acusações a que ele havia sido condenado. Um dos argumentos para sua absolvição teria sido convencer a Sua Majestade de que os inimigos não queriam que ele chegasse às minas de cobre a sul do rio Kwanza, expandindo assim sua missão na África.

Desanimado com a falta da prata em quantidade suficiente, parti pois para Luanda. Levei comigo o inglês Battell, um grande oficial que me habituei a estimar. Infelizmente, a sua estadia aqui está a chegar ao fim, pois houve mudanças grandes na Europa. A rainha da Inglaterra morreu e sucedeu-lhe o rei James, o qual fez a paz com a grande Espanha. Battell automaticamente deixa de ser um prisioneiro, pois agora é cidadão de um país amigo de Espanha (PEPETELA, 2012, p. 125).

Durante o período em que esteve preso, Cerveira conhece Andrew Battell, *O Inglês Louco*. Em *As estranhas aventuras de Andrew Battell*, ambas personalidades são mencionadas logo na introdução:

Battell esteve presente na construção do presidio de Kambambe por Manuel Cerveira Pereira, em 1604; e ficou lá até 1606, quando a notícia foi recebida da morte da rainha Elizabeth, e ele foi prometido sua liberdade. A rainha morreu 24 de março de 1603 (RAVENSTEIN, 1901 p. XIV, tradução nossa²⁵).

Este episódio da prisão é mencionado pela personagem ficcionalizada de Cerveira, em *A Sul. O Sombreiro* (2012), o que mostra como a leitura anterior influenciou a construção estética de Pepetela:

Desanimado com a falta da prata em quantidade suficiente, parti pois para Luanda. Levei comigo o inglês Battell, um grande oficial que me habituei a estimar. Infelizmente, a sua estadia aqui está a chegar ao fim, pois houve mudanças grandes na Europa. A rainha da Inglaterra morreu e sucedeu-lhe o rei James, o qual fez a paz com a grande Espanha. Battell automaticamente deixa de ser um prisioneiro, pois agora é cidadão de um país amigo de Espanha (PEPETELA, 2012, p. 125).

Depois de afastado desse cargo, Cerveira vai muitas vezes a Madri para levar informações sobre metais como prata, com o objetivo de causar interesse no “rei e outros dignitários no cobre do reino de Benguela, no marfim do reino de

²⁵ Battell was present at the building of the presidio of Kambambe by Manuel Cerveira Pereira in 1604; and stayed there till 1606, when news was received of the death of Queen Elizabeth, and he was promised his liberty. The Queen died March 24th, 1603.

Benguela, nas peças do reino de Benguela” (idem, p. 150). Com isso, ele consegue receber a autorização real para conquistar e explorar esse território africano.

Bento Banha Cardoso é eleito o décimo governador do Reino de Angola. Ele administra o território de 1611 a 1615. Na narrativa de Pepetela (ibidem, p. 17), este político aparece como capitão-mor e “um hábil estratega da ocupação do território”. Após o falecimento de Forjaz, Bento Banha Cardoso administra de 1611 até 1615. Nesta ocasião, assume novamente a administração da colônia de Angola, substituindo, “antigo capitão-mor e pau para toda a obra, o qual assumira o cargo vago por uns morrerem antes de embarcarem para Luanda ou outro desistir da empreitada” (PEPETELA, 2012, p. 196).

Já João Rodrigues Coutinho governa de 1602 – 1603, sendo o sétimo governador. Ele possuía um bom preparo para o cargo de governador, mas falece por doenças da terra, menos de dois anos depois de chegar. Manuel Cerveira Pereira, que chegou a Luanda junto de Coutinho, o sucede, em 1606, sendo este seu 1º mandato.

Mortos o governador Coutinho de doença no mato e em seguida o espanhol capitão-mor na vila de Luanda, um padre da Companhia de Jesus, Jorge Pereira de seu nome, logo se pôs aos gritos em Massangano dizendo que João Coutinho, antes de ir desta vida miserável, tinha deixado no seu escritório do presídio, fechado e lacrado, o nome do sucessor. E que este era Manuel Cerveira Pereira (PEPETELA, 2012, p. 8).

D. Jerônimo de Almeida é o quinto governador, de 1593 a 1595. Seu sucessor, João Furtado Mendonça, permanece até 1602. Dom Jerônimo de Almeida chega com seu irmão, o governador anterior. A saída precipitada de seu irmão leva os Oficiais Militares e a Câmara a obrigá-lo a assumir o governo, apesar de sua recusa.

Nesse período, Diogo Cão chega à região que atualmente corresponde a Angola. Esse explorador português havia estabelecido transações comerciais com o Reino do Kongo, cuja extensão naquele momento ia do atual Gabão, mais ao norte, até o rio Kwanza, mais ao sul.

Paulo Dias de Novais traz consigo diversas famílias de colono e cerca de quatrocentos soldados, para fundar São Paulo de Luanda, em 1575. Na sequência, Miguel de Cerveira fortifica Benguela em 1587, sendo que estas fortificações são elevadas à categoria de município em 1617.

O quarto Governador de Angola, D. Francisco de Almeida, governa de junho de 1592 a 8 de dezembro de 1593. Sai de Lisboa em 9 de fevereiro de 1593,

despachado por Dom Felipe. Em 24 de Julho do mesmo ano, chega à Vila de São Paulo, levando em companhia 400 infantes e 50 africanos de cavalaria, acompanhado de seu irmão D. Jeronimo de Almeida como Almirante da Armada e Mestre de Campo de Terra. Eles, naquele momento, têm o objetivo de descobrir minas de prata a mando do rei e substituir o governador anterior:

Receberam os habitantes o Governador com grande alegria na expectativa de que ele, com o socorro que o acompanhava, dilataria a conquista, e remediaria os males que eles sofriam; porém, sucedeu o contrário: acostumados os jesuítas, desde o tempo de Paulo Dias, a terem inteligência e voto, em todas as resoluções do Governo, estranharam que D. Francisco não tivesse com eles a mesma condescendência [...] (TORRES, 1825, pp. 138-139, tradução nossa²⁶).

Esse relato apresenta que o novo governador é recebido com grande alegria pelos habitantes, pois era uma esperança para remediar os males que eles sofriam. Porém, sucede-se o contrário, pois a população estava acostumada com a participação política e administrativa dos jesuítas, o que não acontece. Esse é o motivo para uma sequência de motins e revoltas, que fazem seu governo durar apenas oito meses: aflito e perturbado, larga tudo, embarcando para Pernambuco, em 8 de dezembro de 1594 (idem, p. 139).

Paulo Dias de Novais é o primeiro governador, de 1º de fevereiro de 1575 a outubro de 1588. D. Sebastião concede-lhe poderes ilimitados para estabelecer a nova colônia. Também se demonstram as promessas de ascensão social de quem construísse e investisse nas novas colônias. Depois de entrar em acordo com o conselho dos capitães e velhos conquistadores, ele aceita o cargo, já que o rei, D. Sebastião, ambicionava tanto as minas de prata.

[...] em 1575 desembarcando na Ilha de Luanda, Paulo Dias Novais com 700 homens de guerra, e por principais cabos Pedro da Fonseca (parente do mesmo governador) Luiz Serrão, André Ferreira Pereira, Garcia Mendes Castelo Branco, Manoel João, e outros muito distintos cavalheiros, que em uma Armada de embarcações haviam partido de Lisboa em 23 de outubro do ano anterior, reinando o Rei D. Sebastião, que o nomeou Conquistador, Povoador e Governador, concedendo-lhe poderes ilimitados para estabelecimentos na nova colônia, prometendo por Provisão de 9 de abril de 1571 a todas as pessoas que levantassem nas terras conquistadas castelos de 15 braças quadradas de superfície, .50 palmos de alto, e 5 de grosso, de as liliar por seus criados nos foros e mordomias, que

²⁶ Recebêraõ os habitantes o Governador com grande alegria na expctaçã de que elle, com o socorro que o acompanhava, dilataria a conquista, e remediaria os males que eles soffriaõ; porem succedêo o contrario: costumados os Jezuitas, desde o tempo de Paulo Dias, a terem inteligência e voto, em todas as resoluçoens do Governo, estranháraõ que D. Francisco não tivesse com elles a mesma condescendência [...].

merecessem as suas qualidades, e serviços (MENESES, 1848, p. 13, tradução nossa²⁷).

No entanto, as dificuldades nos primórdios da colônia, sob a administração desse primeiro governador, eram muitas. Na narrativa *A Sul. O Sombreiro*, a personagem Simão Lopes descreve estas condições, principalmente no que condiz as doenças:

[...] dos soldados enviados para Luanda, desde Paulo Dias de Novais até aos primeiros anos do século XVII, em que eu tinha entrado na região, cerca de metade morria no primeiro ano de estadia. Os outros depois lá se iam arrastando de febre em febre. Enfraqueciam progressivamente até ficarem verdes ou amarelos e morrerem velhos aos trinta anos de idade. Mesmo assim havia conquistadores, chegados com Novais, ainda vivos, como o Furtado, António Antas, Garcia Mendes, Samuel Pestana e outros, alguns de idade avançada, como o meu amigo Gaspar Álvares, desembarcado até antes de Novais (PEPETELA, 2012, p. 69).

Os soldados, por maior exposição ao clima e contatos externos adoecem com maior facilidade. Esse é um dos motivos que, no processo de implantação da colônia, os jesuítas tiveram papel fundamental. Eles haviam vindo junto aos primeiros homens que acompanharam Paulo Dias Novais, em 1575. Logo, apoderaram-se de partes próximas dos lugares próximos às áreas portuárias. De fato,

[...] o primeiro governador só negociava com a Companhia de Jesus e deixou que ela tomasse de assalto os terrenos, perante alguns, mas fracos protestos. Aos poucos foram sendo aí construídas pequenas vivendas. As rendas, mais baratas, serviam para financiar as atividades da Companhia, sobretudo a instrução (idem, p. 106).

Trezentos anos depois, ainda havia vestígios das primeiras fundações. No século XIX, Meneses descreve que, no local mais montanhoso e repleto de sombras onde Paulo Dias Novaes fundou seu estabelecimento, ainda residiam os chefes da Província. Igualmente no século XIX, o Bispo de Angola e Titular do Congo utilizava de moradia os restos do “famoso colégio dos jesuítas, o qual conserva ainda bastantes cômodos para muitos fâmulos, e a respectiva secretaria” (MENESES, 1848, p. 17). É interessante mencionar que, na Lisboa de 1846, João Antonio Carvalho de Meneses descreve, por meio da *Demonstração geográfica e política do*

²⁷ [...] em 1575 desembarcando na Ilha de Loanda Paulo Dias Novaes com 700 homens de guerra, e por principaes cabos Pedro da Fonseca (parente do mesmo governador) Luiz Serrão, André Ferreira Pereira, Garcia Mendes Castelbranco, Manoel João, e outros mui distintos cavalheiros, que em uma Armada de embarcações haviam partido de Lisboa em 23 de outubro do anno anterior, reinando El-Rei D. Sebastião, que o nomeou Conquistador, Povoador e Governador, concedendo-lhe poderes illimitados para estabelecimentos na nova colonia, promettendo por Provisão de 9 de abril de 15711 a todas as pessoas que levantassem nas terras conquistadas castellos de 15 braças quadradas de superficie, .’50 palmos de alto, e 5 de grosso, de as liliar por seus criados nos foros e mordomias, que mercessem as suas qualidades, e serviços

território português na Guiné Inferior, que abrange o Reino de Angola, Benguela, e suas dependências, as causas da sua decadência e atrasos, suas conhecidas produções e os meios que se podem aplicar para o seu melhoramento e utilidade geral da nação. Nesses escritos, ele faz um levantamento histórico de algumas das colônias portuguesas.

Novais preparava-se para organizar uma batalha, quando recebe o aviso de chegada do novo governador João Furtado Mendonça que, acompanhado de 400 homens, o substitui em 1º de agosto de 1565. Por essa razão, o governador deposto abandona tudo e retorna para a metrópole. Em *A Sul. O Sombreiro*, o governador João Furtado de Mendonça incumbe o inglês Andrew Battell, um inglês que veio degredado do Brasil por atividades de corsário, de ir com um patacho ao reino do Kongo negociar marfim, óleo de palma e farinha, a troco de missangas” (PEPETELA, 2012, p. 37).

2.8 REIS NO CENÁRIO DE A SUL. O SOMBREIRO

Os reis não são personagens ativos em *A Sul. O Sombreiro*. No entanto, eles são mencionados ao longo de toda a narrativa. São elementos catalizadores, que servem de referencial para o desenrolar das cenas, dando sua dimensão temporal e espacial. Dentre eles, há D. Sebastião, rei português, o rei angolano Ngola Kiluange, os três reis espanhóis que governaram Portugal, do período filipino, formando a Península Ibérica.

Em 11 de junho de 1557, aos três anos de idade, inicia, em Portugal, o reinado de Dom Sebastião (1554-1578), antepenúltimo rei da dinastia de Avis. Seu pai, D. João Manuel, que teve apenas este filho, falece antes mesmo que Sebastião nascesse. Assim, cabe a sua avó, Catarina de Áustria, e a um tio-avô, Cardeal Henrique de Évora, O Casto, (D. Henrique I), assumir a regência do reino, até que o rei venha a ter quatorze anos, em 1568.

Entretanto, D. Sebastião herda um reino que começava a perder seu esplendor. O período áureo havia ocorrido durante as administrações de seu avô, D. João III, O Piedoso, (1521-1557) e de seu bisavô, D. Manuel, O Venturoso, (1495-1521). Estes seus antepassados são os responsáveis por patrocinar as expedições

marítimas em direção às Índias, à China, ao Japão e, conseqüentemente, à África e ao Brasil.

Esse jovem rei passa a arquitetar uma antiga utopia dos portugueses: conquistar o Marrocos, para, a partir desse território, cruzar o Norte da África e chegar ao Oriente, devolvendo aos cristãos as terras sagradas de Jesus Cristo, sob a posse dos muçulmanos. Uma oportunidade para o objetivo almejado seria o falecimento do sultão marroquino Al-Ghalib Billah (1517-1574), em Fez.

De acordo com Fasi (2010), o filho mais velho dentre os príncipes saadianos de Marrocos herda o trono, sob o título de Al-Mutawakkil. Porém, o tio, Mulay 'Abd al-Malik, acredita que ele deveria reinar, pois, segundo as tradições e leis antigas saadianas, o homem mais velho da família deveria preceder o título do soberano morto.

Mulay'Abd al-Malik, passa, então, pela Argélia, indo depois até Constantinopla, onde reúne reforços para lutar contra seu sobrinho, retornando à capital marroquina em 31 de março de 1576. Ele traz consigo forte exército e tem o apoio de grande parte da população. Al-Mutawakkil, depois da vitória de seu tio, foge para o sul e depois para o norte, em direção à Vélez de la Gomera, na Espanha, onde pede exílio ao rei Filipe II, que o concede, mas sem prestar-lhe auxílio para a retomada do poder. Enquanto o príncipe destronado se exila, seu tio se encarrega de reconstruir as finanças do país, reforçando as relações comerciais com a Europa. É quando Al-Mutawakki, após não ter o pedido atendido por Filipe II, pede ajuda ao rei português.

Ele fez então contato com o rei Dom Sebastião. Esperava apenas por essa ocasião, pois, tendo decidido contra a opinião de seus conselheiros iniciar a expedição com a qual sonhava desde sempre, ele encontrou na chegada do dissidente marroquino o argumento decisivo para convencer seus opositores. Quanto à opinião pública portuguesa, trabalhada pela propaganda dos extremistas (especialmente no meio do clero), ela estava entusiasmada e encorajava fortemente a louca expedição preparada pelo jovem rei (FASI, 2010, p. 247).

Mulay 'Abd al-Malik, no entanto, descobre esses preparativos. Ele, assim, desaconselha que Sebastião se envolva nesses assuntos, por meio de uma carta diplomática, cujos arquivos franceses guardam em uma versão original:

O que vós vos aprontais a fazer, ou seja, a vir-me fazer a guerra em meu país, é uma injustiça e uma agressão sem razão, porque eu não vos quero mal algum, nem o penso de vós e não empreendi contra vós nenhuma má ação. Então como vós vos permitis de me privar de meu direito e de o dar a um outro em troca de promessas ilusórias que ele é incapaz de cumprir enquanto eu estiver vivo? Vós vindes para me expulsar de meu reino, ainda

que vós não podeis, com todo o que possuíis e que se encontra em vossos Estados, realizar esse desejo. E não credes que é a covardia a me ditar essas palavras. Sabei que, ao contrário, se vós passais além dessas recomendações, vós vos exporeis a uma destruição inequívoca. Estou outrossim disposto a me entender convosco, face a face, no lugar que designareis. Faço tudo isso no desejo de vos preservar dessa destruição. Acrescento que aceitarei me apresentar convosco diante de vosso tribunal, o qual não tira nada de ninguém para dá-lo a outro de maneira ilegal e injusta. E aceito antecipadamente o julgamento desse tribunal [...] Deus é minha testemunha em tudo o que digo! E sabeis que estou informado que entre seus convivas há nobres que vos dão conselhos que vos levarão à derrota (CASTRIES, 1905 -1936, p. 383 -387 apud FASI, 2010, p. 248).

Mesmo com essa carta, que revela a intenção de um diálogo diplomático por parte de Mulay 'Abd al-Malik, Sebastião segue adiante com seus planos, aliando-se a Al-Mutawakki. Quando eles se aproximam da costa marroquina o então rei vigente tenta ainda negociar, mas não há diálogo, pois o conselho de Sebastião o alertam que estariam lhe armando uma emboscada. A conhecida Batalha dos Três Reis acontece no dia 4 de agosto de 1578, em que muçulmanos e cristãos entram em luta. "Essa batalha traz, entre os historiadores árabes o nome de Wadi al-Makhazin e, entre os historiadores espanhóis e portugueses, o de batalha de Alcácer-Quibir" (idem, p. 251).

Eles se lançaram então no rio para atravessá-lo, mas foram levados pela correnteza e pereceram afogados. Contudo, Dom Sebastião resistia, provando enormemente sua coragem. Mas isso não o salvou. Ele sucumbiu, com efeito, no campo de batalha, em meio a milhares de seus soldados e de seus servos devotos. Muhammad, o Pelado, tentou escapar, se jogou no rio onde se afogou. Seu corpo foi pescado e levado para Ahmad al-Mansur, proclamado rei após a vitória (da qual tirou precisamente seu nome: al-Mansur, o Vitorioso) (FASI, 2010, p. 252).

Esse conflito resulta em um número desconhecido de mortos. Do lado cristão, estima-se que cerca de 14.000 pessoas são mortas, de acordo com Fasi (idem). Os poucos que sobreviveram perdem-se no deserto ou foram feitos reféns pelos muçulmanos. Assim, arruina-se praticamente toda a corte portuguesa. Alguns tornam-se reféns em Marrocos, sendo que Portugal necessita pagar caro para tê-los de volta. Mesmo os corpos, incluindo o de Dom Sebastião, nunca teriam a uma negociação plena para a devolução.

Daí o mito do rei desaparecido, que teria lutado bravamente, conseguiu escapar e passou a vagar pelos desertos, cruzando os mares até chegar como indigente em Portugal, mas que ainda reestabeleceria seu reino, para vingar a morte de seus conterrâneos.

No romance *A Sul. O Sombreiro* (2012), o Capítulo VII traz Margarida, personagem ficcional em primeira pessoa, que faz algumas reflexões que remetem ao mito sebastianista. Ela pensa sobre sua mãe, Rosa Antunes, da região de Ericeira. Lá, “havia um rei ou falso rei, se afirmando D. Sebastião, escapado de Marrocos”.

O nosso bom rei D. Sebastião, ainda solteiro e sem descendentes, quase um menino de uma beleza divina mas voluntarioso, tinha organizado uma grande expedição para apoiar um rei de Marrocos que outros pretendentes queriam derrubar, ou coisa parecida, de facto era uma forma de acrescentar terras do norte de África às que tinha herdado dos antepassados. Mas foi vencido na funesta batalha de Alcácer-Quibir e aí morreu, diz-se, com o melhor da cavalaria portuguesa e a fina flor da nobreza de então. Uma versão conta ter desaparecido num turbilhão de cavalos e ventos, quando atravessavam um rio do deserto. Outra, horrível e achincalhante, afirma ter-se afogado no rio com pouco caudal, como o são os raros do norte de África, mas a armadura de cavaleiro era tão pesada que não se pôde levantar do chão e morreu na pouca água. Outra, que se volatilizou na poeira do deserto (PEPETELA, 2012, p. 74).

Este pensamento representa a formação do mito sebastianista, dando a ele muitas versões:

A Ericeira, terra de muito nevoeiro, viu aparecer, anos depois da batalha, um eremita, que se dizia o rei Sebastião. Meu pai, contrariado com a passagem do trono para os odiados castelhanos, ouviu os ditos em Lisboa, com alguns fidalgos a confirmarem a verdadeira identidade do eremita, o qual dizia ter de pagar sete anos de anonimato e provação para se redimir do mal que tinha feito a Portugal, lançando o país no desastre africano e no caos. Meu pai resolveu ir à Ericeira procurar o pretendente, ver com os seus próprios olhos para saber se era ou não o nosso soberano, tendo intenção de o apoiar se ficasse convencido da real majestade, mas não deu com o sítio onde se escondia. Foi então que se hospedou na casa dos meus avós maternos, pois conheciam os parentes dele, uma família de respeito (idem P. 74).

A mãe de Margarida lhe contava que os portugueses estavam divididos com tomada do poder pelos reis espanhóis. A maior parte se posicionava contra a entrega do trono ao rei de Espanha, mas havia quem o apoiasse. Dentre os que se encontravam contra ao domínio espanhol, existia a esperança de que o eremita fosse o rei perdido, mesmo que parecesse mais envelhecido e feio.

Os outros argumentavam, o sofrimento e o ar seco do deserto fazem envelhecer prematuramente, não há dúvidas que é o nosso rei, basta ouvi-lo. Em Lisboa, o representante de Filipe de Espanha era um tal Cardeal Alberto, nomeado vice-rei de Portugal pelo soberano espanhol. O cardeal ficou assustado com os boatos que afirmavam haver já um exército de mil homens pronto a avançar sobre Lisboa para impor o eremita no poder. E quem foi no exército do cardeal para reprimir os revoltosos patriotas? O nosso atual governador, Manuel Cerveira Pereira, um criado do duque de Alba (ibidem, p. 75).

O pai de Margarida conheceu pessoalmente o rei. Por isso, foi a Ericeira falar com o suposto rei, na intenção de evitar um conflito armado. “Quase foi

acusado de sedicioso por defender os revoltosos, os enganadores, os Conspiradores, quando afinal apenas propôs conversações”.

O facto é que as tropas do cardeal nem quiseram ouvir falar de mediações, acabaram rapidamente com a rebelião, enforcaram uns tantos apoiantes do partido português, mais de trinta, apanharam o eremita que foi degolado e ficou com a cabeça pendurada num largo de Lisboa durante o tempo suficiente para amedrontar as pessoas e prevenir futuras repetições (op. cit., p. 75).

Apesar das retaliações, o mito permaneceu. Margarida diz que as pessoas continuaram a discutir se aquele era ou não o bom D. Sebastião saindo do nevoeiro. Contudo, na opinião da personagem, não era ele, pois sua mãe lhe contava que viram depois o rei Sebastião, mais novo, em outros lugares, e que ele anda por Portugal até hoje tentando recuperar seu trono dos reis Filipes, ao mesmo tempo em que foge de lacaios como o Manuel Cerveira Pereira.

Por não deixar sucessor, uma crise política e dinástica se sucede em Portugal, principalmente por ter sua corte praticamente destruída durante a Batalha de Alcácer-Quibir. Com o desaparecimento de D. Sebastião, seu tio-avô, o Cardeal Enrique I herda o trono de Portugal. Contudo, em 1580, ele também falece sem deixar sucessor. Assim, de 31 de janeiro de 1580 a 24 de julho de 1580 um conselho de governadores de Portugal assume o poder. Membros da corte portuguesa, como D. Catarina, Infanta de Portugal, duquesa de Bragança, disputam a sucessão do trono, mas quem assume, por intervenção do exército e apoio de parte dos portugueses, é Felipe II, de Espanha. Convém mencionar que D. Catarina e Felipe II são netos do rei português D. Manuel I, que havia governado entre 25 de outubro de 1445 e 25 de outubro de 1445, o que pesa na decisão de torná-lo rei.

Diogo de Couto (1838), ao documentar os feitos dos portugueses fizeram durante a conquista e o descobrimento de terras e mares do Oriente, explica como D. Filipe elegeu D. Francisco Mascarenhas para Vice-rei da Índia. Nesses relatos de 1838, o cronista-viajante menciona a passagem do rei espanhol pela cidade fortificada na região do Alentejo, em Portugal. É um relato que mostra a recepção que os portugueses haviam dado, apoiando o novo rei:

Desbaratada a batalha de Alcântara, e desaparecido o Prior do Crato do Reino, passou-se El Rey D. Filipe a Elvas, onde acudiram os Grandes do Reino, e os Procuradores das Cidades a darem a homenagem, e ao jurarem por Rei de Portugal, conforme a sentença dada pelos Juizes Deputados, que El Rey recebeu muito humanamente, e lhe fez honras, e mercês, e de

novo lhes concedeu os privilégios e liberdades que lhes tinha mandado (COUTO, 1788, tradução nossa²⁸, p. 60).

Uma vez tomada Lisboa, Felipe II é proclamado rei de Portugal em 12 setembro de 1580. Seu nome passa a ser Felipe I de Portugal. Com isso, forma-se a União Ibérica, de 1580 a 1640, período em que o Portugal se encontra sob o controle da Casa da Áustria, também denominada Terceira Dinastia Filipina. Os reis filipinos são: Felipe II de Espanha, ou Felipe I de Portugal (1580 – 1598); Felipe III de Espanha, ou Felipe II de Portugal (1598 – 1621); Felipe IV de Espanha, ou Felipe III de Portugal (1621 – 1640).

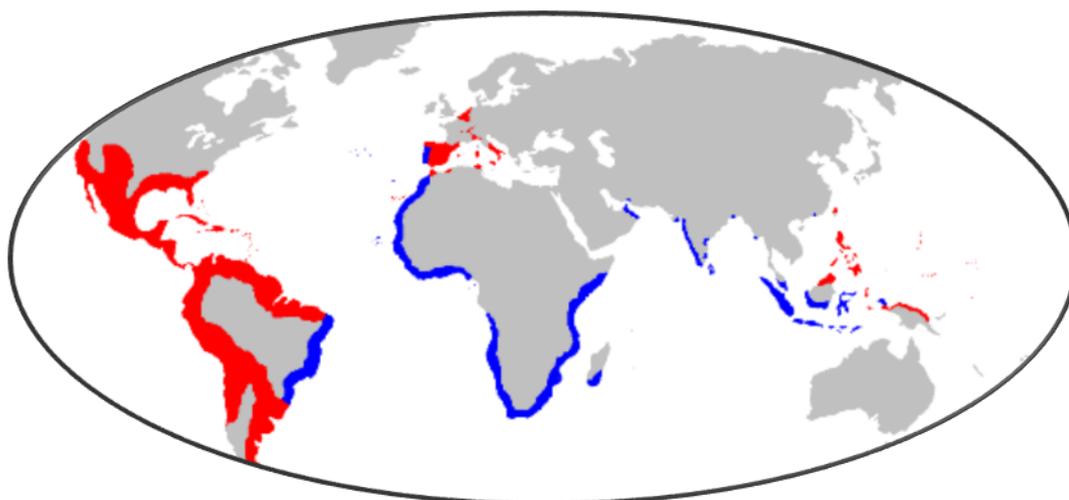


Figura 6: Mapa do Império Filipino, durante a União Ibérica, de 1580 a 1640
Fonte: o autor.

Este é o primeiro reino ultramarino, no qual o “sol nunca se põe”, na medida em que todas as colônias portuguesas, desde o Brasil, passando pela costa da África, até as Índias Orientais, tornam-se subcolônias dos reis espanhóis.

Ao longo de *A Sul. O Sombreiro*, há referências de Felipe II, e Felipe III, conforme linha sucessória da dinastia portuguesa. Um exemplo é a carta que Manuel Cerveira Pereira teria escrito ao rei espanhol, aparecendo sob a forma epistolar no romance: “[...] só há súbditos de Sua Majestade poderosíssima, o senhor D. Filipe III de Espanha e II de Portugal” (PEPETELA, 2012, p. 94). Convém salientar que o Rei Felipe II concede apoio a Manuel Cerveira para este governar

²⁸ Desbaratada a batalha de Alcantara, e desaparecido o Prior de Crato do Reyno, passou-se El Rey D. Filipe a Elvas, aonde acudiram os Grandes do Reyno e os Procuradores das Cidades a lhe darem a omenagem e ao jurarem por Rey de Portugal, conforme a sentença dada pelos Juizes Deputados e que El Rey recebeu mui humanamente e lhe fez honras e mercês, e de novo lhes concedeu os privilégios e liberdades que lhes tinha mandado.

Angola, sendo-lhe conferido alvará de conquista e exploração de Benguela, território que Felipe III o obriga a manter e administrar.

Paralelo aos conflitos anteriormente mencionados, que ocorrerem na Europa e no Marrocos, reina um dos mais fortes e temidos sobas das cercanias de Kambambe, território que hoje compreende a Angola, o grande Ngola Kiluanji. Em 1575, Ngola Kilanje (1592-1617) reina em grande parte dos territórios angolanos, quando Paulo Dias de Novais aporta em Luanda, pela segunda vez, anunciando a conquista do interior de Angola.

Em 1680, no Tomo III de “As Guerras Gerais de Angola”, Cadornega (1972, p. 433) aponta que Ngola Kilanje “[...] é, pois, o primeiro rei de Angola ou do antigo Dongo, assim chamado rei à nossa maneira, depois da entrada da conquista portuguesa”. Provavelmente, ele vive até 1617, não sendo possível precisar sua data de falecimento. Na narrativa de Pepetela, esse rei é mencionado nas confissões de Simão de Oliveira. Simão diz que o governador Manuel Cerveira tem a esperança de enfraquecer o reino dos Ngola. “Se informara de muitos detalhes dos padres tendo vivido no Konto e aí informara de muitos detalhes junto dos padres tendo vivido no Kongo e aí conspirando” (PEPETELA, 2012, p. 11).

3 A NEGAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL DO NORTE ENTRE O FACTUAL E FICCIONAL

Proponho como orientação epistemológica, política e cultural, que nos desfamiliarizemos do Norte imperial e que aprendamos com o Sul. Mas advirto que o Sul é, ele próprio, um produto do império e, por isso, a aprendizagem com o Sul exige igualmente a desfamiliarização em relação ao Sul imperial, ou seja, em relação a tudo que no Sul é resultado da relação colonial capitalista. Assim, só se aprende com o Sul na medida em que se concebe este como resistência à dominação do Norte e se busca nele o que não foi totalmente desconfigurado ou destruído por essa dominação. Por outras palavras, só se aprende do Sul na medida em que se contribui para sua eliminação enquanto produto do império. (SANTOS, 2004, p. 17-18)

A partir das atribuições de Boaventura (op. cit.), este capítulo estabelece distanciamentos e analogias entre fatos historiográficos, com ficções literárias, focados na tentativa de desconstruir as concepções epistemológicas da construção Norte-Sul. Também será explanado o diálogo entre o literário/ficcional e o histórico/fatual. Será visto também como o objeto, que a Literatura e a História se propõem a narrar, vem a se tornar um fetiche do sujeito para a reprodução de distintas realidades, na medida em que se desenvolvem os sentidos semânticos das palavras fato, ficção, feitiço, fetiche e ainda o neologismo ficcionalização.

Para tanto, serão levados em consideração relatos de navegadores e viajantes vindos da Europa ao longo de diferentes séculos, para uma compreensão do Romance *A Sul. O Sombreiro* (2012). Esta obra está organizada em vinte e sete capítulos, que não apresentam títulos. Na obra, a narração é alternada entre um narrador em primeira pessoa e outros três narradores em primeira: Simão Oliveira, Margarida Sottomayor e Manuel Cerveira Pereira que se alternam entre os capítulos. Eles representam um devir histórico uma sobreposição dialética, enquanto Carlos Rocha, o herói da narrativa, permanece em terceira pessoa, cabendo ao narrador onisciente e onipresente narrar suas ações e pensamentos, bem como descrever suas características físicas ou psicológicas. Vale ressaltar que há ainda um narrador-comentador, comumente inserido na trama, destacado em itálico e entre colchetes. Um exemplo deste tipo de inserção, ou intromissão, aparece logo no começo do Capítulo XIII, que apresenta a decisão do governador Manuel Cerveira Pereira, de designar Baltazar de Aragão, como responsável pela “descoberta da rota terrestre [...]”. O novo dirigente da conquista não terá gostado da deferência a um

futuro deportado, e da ousadia ofensiva de introduzir uma garrafa de vinho na cela do detido” (PEPETELA, 2012, P. 144).

[Lá se foi a travessia terrestre do sul de África. Só mais de dois séculos depois se concretizaria com Serpa Pinto, Livingstone, Capelo e Ivens. Claro, isto segundo a historiografia europeia, que ignora os milhares de africanos que a fizeram durante séculos e séculos, senão milénios. Alguns árabes também. Mas gente do sul não merece estar em compêndios de História, nem em coleções de Academias de Ciências, já se sabe] (loc. cit., grifos e colchetes do autor).

Em conjunto às reflexões cotidianas de Manuel Cerveira Pereira, há a trajetória de Carlos Rocha. São narrativas análogas ao longo do romance unidas pelo desafeto que todos os protagonistas nutrem por Manuel Cerveira Pereira. Ainda que Carlos Rocha não conhecesse o governador pessoalmente, temia-o, pois representava uma ameaça no sentido de ser escravizado ou explorado. Era um temor que residia no âmbito numinológico, mítico, que aproximava o inimigo ao imaginário de uma divindade maligna, do qual “o instinto lhe dizia para se conservar longe daquele governador. E não era só instinto, também N’A Gongá, uma mais velha sabedora das coisas e que tratava com os espíritos do cesto de adivinhação” (idem, p. 47). O senso comum lhe fazia respeitar o conhecimento e os saberes dos mais velhos, assimilando-os para si, sendo neste caso os “brancos vestidos de preto”.

Já Andrew Battell, por ser um britânico em meio às terras portuguesas, temia ser preso novamente ou posto em trabalhos forçados. Assim, Rocha, uma personagem ficcional, se encontra com Andrew Battell, uma personagem histórica. Esses dois protagonistas residem em um passado hipotético e ucrônico. O narrador que os apresenta é em terceira pessoa e a proximidade dos fatos nem sempre é digna de confiança. Essa alternância contribui na conexão das histórias com as outras personagens que são apresentadas e que se autorreferenciam no trâmite fenomenológico. Convém mencionar que a retomada ou a rememoração de frases e palavras no início e no final dos capítulos produz um elo que transcende a narração. Por exemplo, o segundo capítulo termina com a seguinte frase: “Jovem, mas avisados” (PEPETELA, 2012, p. 33; essa frase final dá abertura para o quarto capítulo: “Mais avisado ainda era Andrew Battell, o inglês” (idem, p. 34). Esta estratégia estilística reforça o entendimento entre os capítulos, na medida em que apresentam um tempo anacrônico entre os narradores, que se alternam.

A *Sul*. O *Sombreiro* também tem como elemento em comum, como já apontado no título, a direção sul. É para onde as personagens se direcionam e desejam seguir até a Baía da Torre, por onde Andrew Battell já havia passado. Carlos Rocha busca um refúgio de seu pai e, sobretudo, de outros caçadores de escravos; Manuel Cerveira, por sua vez, visiona metais preciosos naquele lugar; e o inglês, um meio por onde possa escapar pela costa marítima, voltando à sua terra. Enquanto o Norte dá a direção, no sentido de nortear-se, o Sul, desnorteia. Há aqui a representação de uma ironia vocabular no sentido simbólico, já que os mapas e as bússolas são sempre feitas voltas para o norte, apontando para a Europa, como a direção precisa e indubitável a ser seguida. No entanto, as personagens, encontram a salvação na caminhada ao sul, para onde se deslocam.

3.1 O FICCIONAL LITERÁRIO E O FATUAL HISTÓRICO

Fictício ou ficção. Estes dois vocábulos servem comumente para designar o que não é verdadeiro ou não correspondente à realidade. Desde suas origens no latim, estão intrinsecamente voltados ao imaginário, ao fabuloso e ao aparente, a algo criado a partir da mente humana. São muitas declinações originárias da língua motriz do Lácio: *fictiu*, *fictum*, além de *factitius*, que se referia a algo feito artificialmente. Essas variações chegaram às línguas ocidentais modernas com significado próximo ao dos significantes originários. O antônimo dessas palavras era *factu*, que originou *feito* e *fato*. Os fatos evocam aquilo que existe, as coisas verdadeiras e as ações, daquelas circunstâncias passíveis de serem comprovadas.

É da natureza da ciência assumir e buscar leis necessárias, e é da natureza dos fatos, nas ciências matemáticas e físicas, como fatos necessários. A ciência que se funde, e que não está livre de erros, tende naturalmente a ser modelada nos diferentes gêneros científicos já conhecidos, (RENOUVIER, 1976, tradução nossa²⁹, pp. VII-VIII).

Ainda que *factu* seja uma palavra de tradição latina, documentá-lo como fenômeno real é a tentativa dos historiadores, desde seus primórdios na Grécia Antiga. Como exemplo, há Heródoto e Tucídides na Grécia do século V a.C. Eles negaram a experiência mítica ao se afastarem de narrativas imaginadas, ficcionais.

²⁹ Il est de la nature d'une science de supposer et de chercher des lois nécessaires, et il est de la nature des faits, dans les sciences mathématiques et physiques, d'être des faits nécessaires. Une science qui se fonde, et qui n'est pas exempte d'erreurs, tend naturellement à se modeler sur les sciences déjà connues de genre différent [...].

Na mitologia grega, a trombeta de Clio, musa da História, que tocava para sua mãe Mnemosine, deusa da Memória, já não lhes soava mais tão sedutora e inspiradora. No entanto, é importante salientar que

Heródoto e Tucídides não são o princípio da escrita da história; são apenas os primeiros historiadores de quem possuímos os textos integrais. Tornam-se os primeiros com os quais começa a questão que nos perturba: por que não considerar pertencentes à mesma linguagem homérica? (LIMA, 2006, p. 32).

Aristóteles se preocupa em distinguir a unidade de ação da unidade poética, ambas arraigadas ao Uno. Para ele, o Uno é o mito, em sua totalidade objetiva, ao contrário do senso comum limitador de que se refira a apenas uma pessoa. A unidade poética é narrada pelo poeta, representando aquilo que poderia ter acontecido, dentro de padrões de verossimilhança que lhe conferem caráter de verdade. Aristóteles no Capítulo IX de *Poética* diz:

[...] a função do poeta é descrever, não a coisa que aconteceu, mas um tipo de coisa que pode acontecer, ou seja, o que é possível como provável ou necessário. A distinção entre historiador e poeta não está em uma prosa escrita e versada, ou seja, poder-se-ia colocar o trabalho de Heródoto em verso, que ainda seria uma espécie de história; pois consiste realmente nisto, descrevendo a coisa que tem sido, enquanto o outro, um tipo de coisa que poderia ser. Daí a poesia é algo mais filosófico e de cunho mais grave do que a História, já que as suas declarações são de natureza universais, enquanto os de história são singulares [...] (ARISTOTLE, 2013: IX tradução nossa³⁰).

Talvez os historiadores não queiram ser concebidos sob uma perspectiva homérica. Daí reside a sua recusa de não narrar conforme a Musa, mas a partir das investigações que reuniram ou do que viram, ainda que seus depoimentos sejam passíveis de contestação. A explicação fatural perde seu caráter mítico, mas o ato de narrar permanece. Assim, de acordo com Nunes (1998), as diferenças entre o a narrativa ficcional e a narrativa histórica passam a contrastar entre si a partir do momento em que a segunda se afasta do mito. Contudo, na Idade Média, o ato de

³⁰ The distinction between historian and poet is not in the one writing prose and the other verse—you might put the work of Herodotus into verse, and it would still be a species of history; it consists really in this, that the one describes the thing that has been, and the other a kind of thing that might be. Hence poetry is something more philosophic and of graver import than history, since its statements are of the nature rather of universals, whereas those of history are singulars. By a universal statement I mean one as to what such or such a kind of man will probably or necessarily say or do—which is the aim of poetry, though it affixes proper names to the characters; by a singular statement, one as to what, say, Alcibiades did or had done to him. In Comedy this has become clear by this time; it is only when their plot is already made up of probable incidents that they give it a basis of proper names, choosing for the purpose any names that may occur to them, instead of writing like the old iambic poets about particular persons. In Tragedy, however, they still adhere to the historic names; and for this reason: what convinces is the possible; now whereas we are not yet sure as to the possibility of that which has not happened, that which has happened is manifestly possible, else it would not have come to pass.

narrar retoma parte de sua visão mítica. Os ingleses deste período distinguiram a História Sagrada (History) da história profana (story).

No Medievo a História não deixava de ser história, como crônica de fatos que também podiam ser feitos legendários. Os autores desses feitos memoráveis, membros de uma mesma linhagem de gigantes, sobre cujos ombros, segundo a imagem de Bernard de Cartres, os anões do período poderiam enxergar mais longe, chamavam-se Carlos Magno e Heitor, Príamo e Salomão, homens de um passado remoto, mas indistinto da época na qual o cronista os rememorava (idem, p. 10).

Os renascentistas do século XVII mantiveram essa dicotomia da História. No século XIX, a retomada dos estudos da retórica grega abriu espaço para uma nova bifurcação: a História-arte e a História-ciência.

A História-arte é sobretudo uma narrativa de acontecimentos, que os recria como se fossem presentes. Fazendo do historiador “um contemporâneo sintético e fictício” do que ocorreu, fornece-nos imagens do passado, recuperado, tornado visível. Ela não se exime, portanto, do esforço da imaginação projetiva, que acusa a vivência particular do historiador, parente próximo do artista (loc. cit.).

Os textos literários, por sua natureza ficcional, passaram a ser distintos dos textos científicos, que são geralmente relacionados ao fatural, à realidade, a exemplo dos históricos. A oposição entre o real, fatural, e o irreal, fictício, pressupõe uma sabedoria subentendida, um conhecimento que reside na dicotomia das epistemes científica e filosófica, de um lado, e o senso comum e mítico, de outro. “A determinação nitidamente ontológica atuante neste tipo de “saber tácito” caracteriza a ficção justamente pela eliminação dos predicados que serão atribuídos à realidade” (ISER, 2002, p. 957).

Indiferentemente de a História residir no fatural, e a Literatura no ficcional, ambas são expressões da linguagem humana. Elas sintetizam e recapitulam o objeto do ser humano dotado de projeções e subjetividades. Conforme Nunes (1998, p. 16), “como o romance, a História seleciona, simplifica e organiza, resume um século numa página”. Este autor ainda afirma que os trabalhos do historiador e do romancista não diferem se pensados sob o ponto de vista da imaginação. Suas diferenças residem essencialmente no quanto o historiador pretende que sua imaginação seja verídica.

Na dimensão episódica, que é cronológica, o tempo é relativo à sucessão dos fatos ou acontecimentos da história, que tem princípio, meio e fim: dado o começo, ela se desenvolve de maneira a exigir, de acordo com a *aptidão da história para ser seguida* (2), uma conclusão. Mas esta já cabe na dimensão do todo, que é a da unidade da história, alçada à generalidade um tema, e que, não cronológica, encadeando o fim ao começo e o começo ao fim, corresponde a uma *totalidade temporal*. A síntese, que restitui a atividade configuradora, preenche, completando a *aptidão da história para*

ser seguida, a compreensão narrativa. Nas duas dimensões, o tempo é inerente a essa compreensão (NUNES, 1988, p. 13, grifos do autor).

Assim, o discurso da História, por longo tempo, reservou para si o *status* de verdade (NUNES, 1988, p. 16). Seu campo de estudo situou-se no fatural, implicando um abismo temporal e material pretensamente intransponível. Erigiu-se um discurso que tinha como objetivo central trazer à tona o passado, aquilo que já não mais é, nem virá a ser. A História negava o próprio devir histórico, naquelas tangências das coisas que poderiam ter sido ou que viriam a ser. Essa negação das possibilidades, porém, gera uma espécie de paradoxo, na medida em que a tentativa exaustiva de buscar a realidade como ela é torna-se algo excessivamente artificial, fictício, no sentido filológico da palavra latina, que será melhor analisado na seção seguinte.

Com efeito, o texto literário e o histórico fingem. É um fingimento da realidade que representam e reproduzem. A diferença é que o fictício, ou seja, o ato de fingir uma realidade, está explícito no primeiro caso; no segundo, a veracidade do fatural está legitimada por um discurso da episteme científica.

Quando a realidade repetida no fingir se transforma em signo, ocorre forçosamente uma transgressão de sua determinação correspondente. O ato de fingir é, portanto, uma transgressão de limites. Nisso se expressa sua aliança com o imaginário. Contudo, o imaginário é por nós experimentado antes de modo difuso, informe, fluido e sem um objeto de referência. Ele se manifesta em situações inesperadas e daí que de advento arbitrário, situações que ou se interrompem ou prosseguem noutras bem diversas (ISER, 2002, p. 958).

Nesse “fingimento”, o texto ficcional possui componentes do real, reproduzindo a realidade, em um imaginário mimético. Aristóteles pensa na poesia que, em suas diferentes espécies, é a expressão estética que parte da representação do mito. Na linha aristotélica, a epopeia, a tragédia, a poesia ditirâmbica e grande parte da aulética são imitações. Suas diferenças estão situadas em três aspectos diversos da imitação, quanto a meios, modos e objetos. Essas expressões poéticas imitam diferentes coisas, que, numa concepção aristotélica, exprimem em cores e figuras. Aristóteles trata da origem aparente da poesia. Ele sugere duas causas para tanto. Em uma, “o imitar é congênito ao homem (e nisso difere dos outros vivos, pois, de todos, é ele o mais imitador, e, por imitação, aprende as primeiras noções), e os homens se comprazem imitando” (1991) A outra causa se refere à experiência da contemplação prazerosa das imagens mais exatas das coisas, mesmo aquelas que, no mundo tangível e real, nos causariam repugnância.

Está claro que a origem da poesia foi devido a duas causas, cada uma delas a partir da natureza humana. A imitação é natural para o homem desde a infância, sendo esta uma de suas vantagens sobre os animais inferiores, já que é a mais imitativa criatura no mundo, aprendendo primeiro com a imitação. E também é natural a todos gozar dos trabalhos da imitação. A verdade desse segundo ponto se mostra pela experiência: ainda que os objetos em si mesmos pareçam dolorosos de serem vistos, temos prazer em ver suas mais realísticas representações na arte [...] (ARISTÓTELES, 1991, p. 2318), tradução nossa³¹).

Contudo, o ato de imitar precisa ser convincente para proporcionar prazer. Deve então haver uma estrutura que parte do modelo do mito trágico. A exemplo disso, na parte VII, Aristóteles considera “a construção adequada da fábula ou da trama” apresentando que é necessário para uma narrativa ações completas, compostas de início, meio e fim.

Uma razão por que os leitores atentam para a literatura de modo diferente é que suas elocuições têm uma relação especial com o mundo uma relação que chamamos de "ficcional": A obra literária é um evento linguístico que projeta um mundo ficcional que inclui falante, atores, acontecimentos e um público implícito (um público que toma forma através das decisões da obra sobre o que deve ser explicado e o que se supõe que o público saiba). As obras literárias se referem a indivíduos imaginários e não históricos (Emma Bovary, Huckleberry Finn), mas a ficcionalidade não se limita a personagens e acontecimentos. [...] traços de orientação da linguagem que se relacionam com a situação de elocução, [...] funcionam de modos especiais na literatura (CULLER, 1999, p. 37).

De fato, “uma trama bem construída não pode iniciar ou terminar em qualquer momento ou a bel prazer” (op. cit.). Ele alerta, no entanto, sobre o limite estabelecido pela própria natureza da história que, quanto mais longa, de maneira coerente, concomitante a seu todo, mais fina é em sua razão de magnitude. “De modo geral, uma extensão que permite ao herói passar por uma série de provações ou estágios necessários de um infortúnio à felicidade, ou da felicidade ao infortúnio, e que permita ser o limite para a magnitude da história” (ARISTÓTELES). Deve haver, com essa delimitação, uma relação de causa e efeito, em que uma coisa produz ou leva a outra, assim como a ficção leva à ficcionalização.

Anteriormente à ascensão da “história científica” do alemão Leopold von Ranke no século XIX, literatura e história estavam atreladas a ramificações de uma mesma aprendizagem. Estes ramos pertenciam a uma árvore que visava a

³¹ It is clear that the general origin of poetry was due to two causes, each of them part of human nature. Imitation is natural to man from childhood, one of his advantages over the lower animals being this, that he is the most imitative creature in the world, and learns at first by imitation. And it is also natural for all to delight in works of imitation. The truth of this second point is shown by experience: though the objects themselves may be painful to see, we delight to view the most realistic representations of them in art, the forms for example of the lowest animals and of dead bodies.

“interpretar a experiência, com o propósito de guiar e elevar o homem” (Nye, 1966, p. 123, apud HUTCHEON, 2003, p. 105). A bifurcação entre história e literatura produziu distintos estudos literários e históricos, apesar “de que o romance realista e o historicismo rankeano compartilhou muitas crenças semelhantes sobre a possibilidade de escrever factualmente sobre a realidade observável” (H. White 1976, 25, apud HUCHEON, loc. cit.).

Contudo, tanto na arte como na teoria pós-modernas, ocorre uma subversão e um questionamento da separação entre o que é literário e o que é histórico. Assim, as novas críticas da história e da ficção passam a se encontrar. Hutcheon (2003, p. 113) aponta que a metaficção historiográfica é a ficção histórica modelada na historiografia, na medida em uma noção da história como força formadora, na narrativa e no destino humano, a opera e a modifica. História e Literatura, sob uma visão pós-modernista,

[...] foram vistas como derivadas de sua força mais verossimilhante do que de qualquer verdade objetiva; são identificadas como construções linguísticas, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas e não transparentes em termos de linguagem ou estrutura; e parecem igualmente intertextuais, destacando os textos do passado dentro de sua própria textualidade complexa. Mas estes são também os ensinamentos implícitos da metaficção historiográfica. Como essas teorias recentes da história e da ficção, esse tipo de romance nos pede que recordemos que a história e a ficção são, elas mesmas, termos históricos e que suas definições e inter-relações historicamente determinadas que variam com o tempo (SEAMON, 1983, pp. 212-16 apud HUTCHEON, 2003, p. 105, tradução nossa³²).

Essas narrativas metaficcionais têm em comum o uso de marcas de referência históricas, por meio da intertextualidade, ao mesmo tempo que trazem subscritas as subjetividades e, inclusive, marcas ideológicas profundas do autor. Entretanto, não há apenas uma alteração estilística e ideológica. Em *A Sul, O Sombreiro*, Pepetela (2012), traz esses traços, cujas marcas podem ser conferidas no desenvolvimento do enredo, imediatamente, após a personagem ficcional Carlos Rocha vender como escravos os jagas que o acompanharam na caminhada até Luanda:

³² [...] history and fiction have focused more on what the two modes of writing share than on how they differ. They have both been seen to derive their force more from verisimilitude than from any objective truth; they are both identified as linguistic constructs, highly conventionalized in their narrative forms, and not at all transparent either in terms of language or structure; and they appear to be equally intertextual, deploying the texts of the past within their own complex textuality. But these are also the implied teachings of historiographic metafiction. Like those recent theories of both history and fiction, this kind of novel asks us to recall that history and fiction are themselves historical terms and that their definitions and interrelations are historically determined and vary with time (see Seamon 1983, 212–16).

O silvo do chicote era a verdadeira fala do pumbeiro. Os olhos no chão, vazios de futuro, marcharam os escravos ao longo da margem da lagoa. Magros, cansados, vencidos. Muitos morreriam durante a viagem de meses até à América, deitados num espaço de porão escuro só suficiente para o seu corpo comprimido contra os dos companheiros de desgraça, comendo, dormindo, defecando e urinando no mesmo sítio. Os escravos nem olharam para Carlos e Mulende, já não olhavam para fora do seu destino. Se foram arrastando, levantando pó com os pés. Atrás de si, permaneceu um caminho de mato, limpo de capim e de espinheiras. Cheio de dor e fantasmas (PEPETELA, 2012, p. 54).

Aqui aparece o plano temático do período escravagista, entre os séculos XVI e XVII. Entretanto, o jogo estabelecido pelo autor entre “fantasias literárias e realidades do mundo” (KLEIST, 1982, p. 12, apud HUTCHEON, 2003, p. 109) produz alterações nesse cenário, na medida em “a interação do historiográfico e do metaficcional coloca em primeiro plano a rejeição das reivindicações tanto da representação ‘autêntica’ quanto da cópia “inautêntica”, e o próprio significado da originalidade artística é tão contestado quanto a transparência da referencialidade histórica” (HUTCHEON, 2003, p. 110).

O que Hutcheon define como plano temático metaficcional, Culler (1999, p. 27) aponta como um modelo de inteligibilidade histórica da narrativa literária. Segundo este teórico, o leitor e o ouvinte têm a capacidade de perceber quando uma história faz sentido, é coerente ou se está inacabada, inverossímil. Assim, Culler (loc. cit.) afirma que não há uma necessidade urgente em distinguir narrativas literárias e históricas, na medida em que os modelos que caracterizam ambos os gêneros narrativos são aplicados para determinar se fazem sentido, ou não:

[...] os teóricos passaram a insistir na importância, nos textos não literários quer sejam os relatos de Freud de seus casos psicanalíticos ou obras de argumento filosófico –, de recursos retóricos tais como a metáfora, frequentemente, puramente ornamentais em outros tipos de discursos. Ao mostrar como as figuras retóricas conformam o pensamento também em outros discursos, os teóricos demonstram uma literalidade poderosa em ação em textos supostamente não-literários, complicando dessa forma a distinção entre o literário e o não literário (CULLER, 1999, p. 27)..

As figuras históricas, tanto aquelas amplamente documentadas, como as anônimas, interagem no mundo fictício. A interação entre elas confere um conjunto de elementos extratextuais às difusões e julgamentos do texto pelo leitor. Quem lê a obra passa a subestimar e questionar as fontes dessa validação, à medida que revela a verdadeira identidade intertextual, e não extratextual. As narrativas cumprem com essa obrigação de questionamentos, já que o processo de

narrativação vem a ser uma forma central de compreensão humana e vem a estar dotado de significados e de coerências internas ou externas.

Por fim, Hayden White (apud HUTCHEON 2003, p. 146) aponta que, na narrativa histórica os sistemas de produção de sentido próprios de uma cultura ou de uma sociedade são testados em comparação com a capacidade que qualquer conjunto de acontecimentos “reais” tem para se submeter a tais sistemas. Se esses sistemas têm suas representações mais puras, mais plenamente desenvolvidas e formalmente mais coerentes no talento “literário” ou “poético” das culturas modernas e secularizadas, isso não é motivo para excluí-los por serem construções meramente imaginárias. Tomar essa atitude implicaria negar que a literatura e a poesia têm alguma coisa de válido para nos ensinar sobre a “realidade”.

Como foi apontado anteriormente, o limite entre o histórico e o literário é objeto de devaneios, reflexões e introspecções desde a Antiguidade Clássica. Neste sentido, A Poética de Aristóteles delinea as fronteiras entre a Literatura, cujo exemplo aristotélico é a poesia, e a História, no que concerne a natureza daquilo que é narrado, seja em prosa, verso ou fábula. Aristóteles observa que a diferença entre os eventos narrados por literários e historiadores. Sua distinção não corresponde à estrutura textual das narrativas, mas na preocupação em poder legitimar ou não aquilo que é narrado.

Maria do Fialho (2004, apud REDÜ, 2015, p. 21) aponta que o uso da História pela ficção remonta à tragédia *Os Persas*, de Ésquilo, em 472 a.C., sendo o tema embasado em fatos que o escritor presenciou enquanto lutou como soldado. Este fato o difere de outros escritores da sua época, na medida em que ele havia se embasado em elementos fatuais e não míticos para elaborar sua narrativa ficcional.

Para além do seu interesse estético-dramático, *Os Persas* de Ésquilo representam o testemunho vivo de uma época, filtrados os acontecimentos históricos pela elaboração poética de um dramaturgo que viveu na carne essa ameaça inimiga, e o que ela representou, e participou, com a força do seu braço e o risco da sua vida, na luta pela liberdade e sobrevivência da Hélade (FIALHO, 2004, p. 210, apud REDÜ, 2015, p. 21).

Contudo, a vivência do autor, concomitante à confecção ficcional, não faz de sua obra um texto histórico. De fato, *Os Persas* apresenta a Batalha de Salamina, em que os gregos, liderados por Temístocles, vencem o exército de Xerxes, sendo que a perspectiva da obra busca reconstruir a perspectiva do exército inimigo. Dessa forma, Ésquilo utiliza a verossimilhança ao narrar fatos que ele imaginou terem sido possíveis de acontecer do outro lado da batalha.

Ariès aponta que “a historicidade se tornou uma nova regra do gênero romanesco quando este passou para a França”. Esse autor ainda comenta que “a história dos romances é feita de um pouco de cor local e de muito anacronismo, com este aumentando e aquela diminuindo à medida que avançamos no século” (ARIÈS, 1989, p. 139).

O historiador estadunidense Hayden White (1994) comenta que, no Ocidente, a historiografia até fins do século XVIII, ainda continha elementos ficcionais semelhantes a esse exemplo da Grécia Antiga e que produção historiográfica só se desvincula dessa retórica no período Iluminista. Nesse contexto, teóricos oitocentistas admitiam a diferença entre “fato” e “ficção”, reconhecendo a importância de abordar em relatos históricos apenas eventos reais, filtrando os fantasiosos. Porém, mesmo com esse reconhecimento, “em geral não viam na historiografia uma representação dos fatos não desvirtuada por elementos de fantasia [...] e reconheciam a inevitabilidade de um recurso a técnicas ficcionais na representação de eventos reais no discurso historiográfico” (WHITE, 1994, p. 138).

No começo do século XIX tornou-se convencional, pelo menos para os historiadores, identificar a verdade com o fato e considerar a ficção o oposto da verdade, portanto, um obstáculo ao entendimento da realidade e não um meio de apreendê-la. A história passou a ser contraposta à ficção e sobretudo ao romance, como a representação do ‘real’ em contraste com a representação do ‘possível’ ou apenas ‘imaginável’. E assim nasceu o sonho de um discurso histórico que consiste tão somente nas afirmações factualmente exatas sobre o domínio de eventos que eram (ou foram) observáveis em princípio, cujo arranjo na ordem de sua ocorrência original lhes permitisse determinar com clareza o seu verdadeiro sentido ou significação (idem, p. 139).

Essa distinção que White aponta passa a ser empregada por historiadores como norma para a compreensão da verdade. Surge, então, uma perspectiva dicotômica em que a ficção seria “um obstáculo ao entendimento da realidade e não um meio de apreendê-la” (loc. cit.). Assim, os antigos contrapontos aristotélicos se acentuam, negando-se as similaridades estruturais entre os discursos narrativos e históricos.

A lentidão do movimento da sociedade e dos costumes até o século XVIII solicitava o anacronismo. Ela não permitia essa imediata transformação do presente num passado mesmo próximo que suscita, ainda hoje, a rapidez do tempo. Os soldados traziam armaduras semelhantes às do final da Idade Média nas pinturas de batalha de Richelieu. Eles as abandonaram pouco a pouco, quase sem o perceber. Nada de revolução técnica brutal para ressaltar as mudanças da vida social: um deslizamento imperceptível. Este ritmo lento favorecia a concepção ainda frouxa do homem clássico, sempre semelhante a si mesmo em qualquer que seja a época (ARIÈS, 1989, p. 1950).

A autora porto-alegrense Redü (2015, p. 21) comenta que ocorre uma mudança significativa no tratamento entre Literatura e Histórica, a partir do início do século XX. Segundo Redü (loc. cit.), este é um período há o florescimento e a consolidação, seja do romance, enquanto gênero literário, seja da historiografia como disciplina autônoma.

O romance, gênero literário, [...] que seria caracterizado por uma abordagem realista, inovadora e individualista da sociedade, se consolidou como gênero literário da burguesia em uma sociedade marcada pela afirmação do capitalismo como o modo econômico dominante, retratando a trajetória de heróis individuais, cujos destinos casuais comovem os leitores. A historiografia se concretizou enquanto área do conhecimento mediante a identificação com o positivismo e o historicismo conservador, passando a se ocupar de grandes fatos políticos investigados com rigor científico e escritos com a pretensão de objetividade e neutralidade e renegando suas anteriores aproximações formais com a escrita ficcional [...] (idem, p. 22).

Assim, a modalidade do romance histórico dava uma releitura do passado. Sua importância residia em propor uma outra versão da História, fornecendo perspectivas alternativas àquela consolidada em meios oficiais. O ato subversivo da Literatura ao desafiar a História invade as brechas e as lacunas que fogem à alçada do discurso histórico.

Wolfgang Iser (1990, pp. 939) aponta que é comum associar o término ficção com o âmbito narrativo da literatura. No entanto, ele aponta que ambos os significados compreendem a “sobreposições”, em que a mentira se sobrepõe à verdade, enquanto o trabalho literário se sobrepõe ao mundo real incorporado. Essa premissa desde Platão, de que os poetas mentem, encontrou oposição no Renascimento, quando Sir Philip Sidney (1990, p. 29, apud ISER, 1990, p. 939) assinalou que “O *Poeta*... nada afirma, e, dessa forma, nunca mente”; tal como não fala do que é, mas sim do que deveria ser. Assim, Iser aponta o entendimento da ampla diferença que apresenta tal modo de sobreposição em respeito à mentira.

Nesse processo de mudanças dos tratamentos dados ao fato histórico e a ficção, surge a matiz da ficcionalização. De acordo com Iser (idem, p. 943) Ficção e ficcionalização³³ compreendem uma dualidade, cuja natureza depende do contexto.

³³ Wolfgang Iser utiliza o vocábulo *fictionalizing*, que foi traduzido para *ficcionalização*. O autor emprega originalmente o vocábulo como um processo contínuo, um devir que não conclui as inerências do ser humano, na configuração e, apresentação d esi mesmo ante si mesmo. Por essa razão, o tempo verbal do gerúndio em inglês proporcionaria essa ideia de continuidade. Em Língua Portuguesa, poder-se-ia traduzir perfeitamente como *ficcionalizando*, mas por questões de fluidez textual e diálogo com outros trabalhos concomitantes a este assunto, optou-se pelo neologismo *ficcionalização*, que vem a corresponder à ação contínua da ficcionalidade.

Esse processo de duplicação resulta na literatura, tem as fronteiras da sua realidade contextual seus próprios modos e precede suas formas de realização. Iser destaca que esse cruzamento de fronteiras pode ser concebido como a característica principal do processo de ficcionalização, pois o mentiroso precisa ocultar a verdade, mas de modo que a verdade esteja potencialmente presente na máscara que a disfarça. Nas ficções literárias, os mundos existentes se sobrepõem e, apesar de que são ainda individualmente reconhecíveis, estão postos no contexto que os causa estranhamento.

Se os textos ficcionais não são de todos isentos de realidade, parece conveniente renunciar a este tipo de relação opositiva como critério orientador para a descrição dos textos ficcionais, pois as medidas de mistura do real com o fictício, neles reconhecíveis, relacionam com frequência elementos, dados e suposições. Aparece, assim nesta relação algo mais que uma oposição, de modo que a relação dupla da ficção com a realidade deveria ser substituída por uma relação triplica. Como o texto ficcional contém elementos do real sem que se esgote na descrição deste real, então o seu componente fictício não tem o caráter de uma finalidade em si mesma, mas é, quanto fingida, à preparação de uma imaginário (di *Zurüstung eines Imaginären*) (ISER, grifos do autor, 2002, p. 957).

Iser (1990, p. 940) ainda destaca que, se as ficções possuem, em primeira instância, uma carga antropológica, parece difícil desvinculá-las de uma base ontológica para sua inevitabilidade epistemológica. Esta pode ser uma das razões pelas que não é possível falar de uma ficção como tal, porque só pode ser descrita mediante suas funções. As manifestações de seu uso e os produtos resultantes disso aparecem evidentes inclusive para uma observação superficial. De fato, na epistemologia encontram-se as ficções como pressuposições; na ciência elas são hipóteses: as ficções proveem os fundamentos para imagens do mundo (word-pictures). Inclusive, os supostos que guiam nossas ações são, a sua vez, ficções. Em cada um desses casos, a ficção tem uma tarefa diferente a realizar: com as propostas epistemológicas é uma premissa; com as hipóteses é uma prova (test); com as imagens de mundo é um dogma, cuja natureza ficcional deve permanecer oculta se as bases não forem prejudicadas; e com as ações humanas é antecipação.

Há uma forma particular de literatura na qual a ficcionalização é graficamente retratada em si mesma; esta é a poesia pastoril, que encontrou sua expressão mais elaborada no Romance Pastoril do Renascimento. Já na *Arcádia* de Virgílio, um mundo inventado pela poesia era emparelhado com um mundo político³⁴. No Romance Pastoril são

³⁴ Rainer Warning, "Der inszenierte Diskurs. Bemerkungen zur pragmatischen Relation der Fiktion," in *Funktionen des Fiktiven*, pp. 183-206. William Shakespeare, *As You Like It*, ed. Agnes Latham (London, 1975), p. 80.

enfocados dois mundos racialmente diferentes: o artificial e o sociopolítico. O grau, no qual o Romance Pastoral enaltece estas duas realidades divergentes, pode ser medido desde a existência de uma aguda linha divisora entre elas, e se os personagens principais desejam cruzar esta linha fronteira, devem *duplicar-se* – devem disfarçar-se de pastores para poder atuar, e devem usar e disfarçar para esconder quem e o que são. Tal divisão dos protagonistas, na personagem e disfarce, mostra a importância da fronteira que separa os dois mundos. Uma vez mais, o cruzamento de fronteiras se evidencia como epitome da ficcionalização, posto que dois mundos divergentes são reunidos para expor dinamicamente sua diferença (ISER, 1990, p. 941, tradução nossa³⁵).

A partir desta observação, Iser (1990, pp. 941-942) deriva a fórmula básica da ficcionalização, o que a mentira, em troca, não pode permitir. Portanto, as ficções literárias contêm toda uma série de marcas convencionalizadas, que indicam ao leitor que sua linguagem não é discurso, mas sim “discurso espetacularizado”³⁶ (encenado, feito espetáculo), indicando assim, que o que é dito ou escrito só deve ser tomado *como se estivesse sendo referido a algo*, no qual fatidicamente todas as referências estão suspensas, só servindo como guias para o que deve ser imaginado.

Iser (idem, p. 943), neste sentido, usa o exemplo dos pastores, que pertencem a este tipo de sinalizações governadas convencionalmente, assim como todos os gêneros literários em si mesmos. Em *A Sul. O Sombreiro*, de Pepetela (2012), Carlos Rocha, personagem ficcional, um negro que diz ter sangue português, que representa os arreios para espetacularizar algo cuja referência já não é dada e, portanto, deve ser concebida. A literatura vem a ser, neste processo, uma forma de espetáculo, já que, em sua fase mais elaborada, tematiza o processo de ficcionalização em si mesmo.

Pepetela demonstrou preocupação em legitimar os cenários da narrativa, tanto que intervém na narração em primeira pessoa de Cerveira, no capítulo IV:

³⁵ There is one particular form of literature in which fictionality itself is graphically depicted; this is pastoral poetry, which found its most elaborate expression in the Pastoral Romance of the Renaissance. Already in Virgil's *Arcadia*, a world invented by poetry was coupled with a political world.¹ In the Pastoral Romance two radically different worlds are telescoped: the artificial and the socio-political. The degree to which the Pastoral Romance highlights these two diverging realities can be gauged from the fact that there is a sharp dividing line between them, and if the main characters wish to cross this borderline, they must themselves be doubled—they must disguise themselves as shepherds in order to act, and they must use the disguise in order to hide who and what they are. Such a division of the protagonists into character and disguise shows the importance of the boundary that separates the two worlds. Once again boundary-crossing comes to the fore as the epitome of fictionalizing, by means of which two divergent worlds are brought together in order to act out their difference.

³⁶ William Shakespeare, *As You Like It*, ed. Agnes Latham (London, 1975), p. 80.

[Aviso desinteressado aos leitores: inútil procurar os nomes num mapa, pois nem eles estão bem escritos, vindos todos de tradição oral e corrompidos pela péssima audição dos portugueses para as nossas línguas, nem fazem parte da paisagem há muito tempo.] (PEPETELA, 2012, p. 159).

Esta intromissão ocorre, enquanto Cerveira narra alguns fatos pessoais seus, no momento em que conhece o inglês Andrew Battell: “estávamos ainda em Massangano com o governador Coutinho, nos preparando a rumar para Kambambe, onde se encontram as montanhas de prata, quando ele nos apareceu, meio esgazeado, carregando o mosquete e quase sem pólvora” (loc. cit.).

O significado manifesto da intromissão do escritor neste trecho da narrativa deve ser entendido como um significado diferente, por revelar uma realidade oculta. Aparece de forma nítida a ficcionalização, capaz de se manifestar em si mesma.

Com isso, sob a perspectiva de Iser (op. cit., p. 955), a ficcionalidade literária pode tomar-se como uma indicação de que os seres humanos não podem estar presentes para si mesmos – uma condição que os faz criativos (inclusive em seus sonhos), porém que nunca lhes permite identificar a si mesmo com os produtos de sua criatividade. Esta constante posta em cena de sua modelização do Uno nunca encontra restrições, ainda que o preço a ser pago por esta liberdade de extensão seja a falta de definição e permanência de todas as formas assumidas. Se a ficcionalização provém à humanidade com possibilidades da extensão de Uno, também expõe a deficiência dos seres humano, em sua inacessibilidade fundamental a si mesmo.

Portanto, a mentira e a literatura sempre contêm dois mundos: a mentira incorpora a verdade e o propósito pelo qual a verdade tem que se esconder, enquanto as ficções literárias incorporam uma realidade identificável, sujeita a um ato que se remodela de forma imprevisível. Assim, quando se descreve a ficcionalização como um ato de sobreposição, deve-se ter em mente que a realidade sobreposta não fica atrás: se mantém presente, pelo que incute à ficção com uma dualidade transferível a diferentes propósitos.

3.2 FETICHE, FEITIÇO E ORIENTALISMO

Quantas coisas, em um maravilhoso livro, seriam escritas, narrando a vida e as aventuras de uma palavra! Sem dúvida uma palavra recebeu várias

impressões dos eventos para os quais foram utilizadas; dependendo dos locais que foi empregada, uma palavra despertou diferentes tipos de impressões em diferentes pessoas, mas isto não é mais grandioso ainda do que considerar uma palavra em seu triplo aspecto de alma, corpo e movimento? (BALZAC, apud SAID, p. 131, tradução nossa³⁷).

As relações entre o fatural e fictício, estudadas anteriormente, fazem parte desse amplo processo de desenvolvimento da palavra. À medida que elas se desenvolveram, em um devir histórico, vieram a ser feitiço e fetiche. No entanto, ao longo deste processo consolidam-se estigmas e arquétipos que passam a servir de discursos legitimadores para a dominação do outro. Um exemplo disso é o feitiço: à medida que os portugueses avançaram pela costa africana no séc. XV, entraram em contato com tribos animistas que incorporaram fictício e ficção a suas línguas. As línguas ocidentais, como o português, reincorporaram-na agora com o sentido mítico e religioso de feitiçaria, sinônimo para bruxaria. O geógrafo anglo-germânico Ravenstein (1901) esclarece em uma nota de rodapé de *As estranhas aventuras de Andrew Battell* a origem dessa palavra:

Os chamados fetiches (de feitiço, uma palavra portuguesa que significa feitiçaria) não se referem a ídolos, mas a encantos e amuletos, geralmente conhecidos como nkisi, nkisi ou mukishi. Há nkisi peculiar a um distrito, aldeia ou a família; encantos e amuletos para proteger o utente ou possuidor (op. cit., p. 25, tradução nossa³⁸).

Em um trecho dessa biografia do viajante Andrew Battell, há uma descrição do rei da etnia bakongo de Loango. Como explicado em diferentes momentos nesta dissertação, Battell é um mercenário que sai de Essex, na Inglaterra, em 1589. Ele parte em viagem pelo Atlântico, passa pelo Brasil, até chegar à Foz do Rio da Prata, na Argentina, chega ao Reino de Angola, adentra pelo Rio Kwanza, até que, entre 1590 e 1591, chega à região de Loango, que atualmente compreende a República Democrática do Congo.

[...] o rei também é um bruxo, e crê em dois ídolos que estão em Longo. Um é chamado de Mokisso à Longo, o outro é chamado de Checocke. Este último é uma imagem de um preto pequeno, e se detém em uma pequena casa em um vilarejo chamado Kinga, que se detém na pista de aterragem de Longo. Esta casa de Checocke permanece na estrada, e os que andam pelo caminho batem palmas, que é a cortesia do país. As que estão artesãos, como pescadores, caçadores e bruxas, oferecem a este ídolo,

³⁷ What a marvelous book one would write by narrating the life and adventures of a word! Undoubtedly a word has received various impressions of the events for which it was used; depending on the places it was used, a word has awakened different kinds of impressions in different people; but is it not more grand still to consider a word in its triple aspect of soul, body, and movement?

³⁸The so called fetishes (from feitiço, a Portuguese word meaning sorcery) are not idols, but charms and amulets, generally known as *nkissi*, *nkishi*, or *mukishi*. There are *nkissi* peculiar to a district, village, or family; charms and amulets to shield the wearer or possessor.

para que tenham boa sorte [...]. [Ele] às vezes vem no meio da noite, para se incorpora em alguns de seus adoradores: às vezes em um homem, às vezes em um menino ou em uma mulher. E então eles entram em frenesi pelo espaço de três horas; e tudo o que a pessoa freneticamente fala é a vontade de Checocke. Então, eles fazem um grande banquete e dança em sua casa (RAVENSTEIN, 1901, pp. 48-49, tradução nossa)³⁹.

O caráter mágico da palavra *fetish* seria incorporado pelo Ocidente de tal forma que, no século XIX, os franceses passam a utilizá-la no âmbito científico como fetiche. Freud e Marx empregam-na em seus estudos ao buscarem a compreensão de objetos geradores de ideologias e de desejos sobre o sujeito.

Para explicar o espectro real e a realidade do antagonismo, sob um viés marxista, Žižek (2010), aponta uma tensão que leva a certo distanciamento da noção de ideologia. Nesse interim, entre “espontaneidade” e imposição organizada, ele pretende afirmar que os traços ideológicos são universais, sendo o indivíduo submetido às ideologias sem ter a capacidade por si mesmo de perceber que está inserido nelas. Dessa forma, a negação ou aceitação da matéria ficcional, ou seja, a incorporação do fetiche, seria um artifício para levar a doutrinações ideológicas, em que “fetichismo” passa a ser um termo religioso que designa a idolatria “falsa”, antagônica à crença verdadeira:

[...] para os judeus, o fetiche é o Bezerro de Ouro; para um partidário do espiritualismo puro, fetichismo designa a superstição “primitiva”, o medo de fantasmas e outras aparições espectrais etc. E a questão, em Marx, é que o universo da mercadoria proporciona o suplemento fetichista necessário à espiritualidade “oficial”: é bem possível que a ideologia “oficial” de nossa sociedade seja o espiritualismo cristão, mas sua base real não é outra senão a idolatria do Bezerro de Ouro, o dinheiro. Em suma, o que Marx frisa é que não há espírito sem fantasmas dos espíritos, não há espiritualidade “pura” sem o espectro obscuro da “matéria espiritualizada” (ROSE, 1989, pp. 25-39, apud ŽIŽEK, 2010, p. 25.).

Slavoj Žižek também problematiza um apontamento lacaniano sobre como Marx inventou o sintoma. Para tanto, ele sugere uma homologia entre os métodos interpretativos de Marx e de Freud, no que tange ao fetichismo como mercadoria e o sonho. Entende-se, aqui, fetichismo da mercadoria como “uma relação social

³⁹ [...] the king also is a witch, and believeth in two idols which are in Longo. The one is called *Mokisso à Longo*, the other is called Checocke. This last is a little black image, and standeth in a little house at a village called Kinga, which standeth in the landing-place of Longo. This house of *Checocke* standeth in the highway, and they that go by clap their hands, which is the courtesy of the country. Those that be craftsmen, as fishermen, hunters, and witches, do offer to this idol, that they may have good luck. This Checocke doth sometimes in the night come and haunt some of his best beloved: sometimes a man, sometimes a boy or a woman. And then they be frantic for the space of three hours; and whatsoever the frantic person speaketh, that is the will of Checocke. And they make a great feast and dancing at his house.

definida entre os homens, que assume aos olhos deles a forma fantasiosa de uma relação entre as coisas” (MARX, p. 132, apud ŽIŽEK, 2010, p. 54).

Barthes (1987, p. 37) refere-se ao texto como um objeto de *fetichê* que escolhe seu autor e leitor. “O texto me escolheu, através de toda uma disposição de telas invisíveis, de chicanas seletivas: o vocabulário, as referências, a legibilidade etc.”. O autor não estaria por trás dessa produção textual, mas imerso a ela, da necessidade de sua figura, “que não é nem sua representação, nem sua projeção” (loc. cit.).

Os sistemas ideológicos são ficções (fantasmas de teatro, diria Bacon), romances – mas romances clássicos, bem providos de intrigas, crises, personagens boas e más (o romanesco é coisa totalmente diversa: um simples corte instruturado, uma disseminação de formas: o maya). Cada ficção é sustentada por um falar social, um socioleto, ao qual ela se identifica: a ficção é esse grau de consistente que uma linguagem atinge quando pegou excepcionalmente e encontra uma classe sacerdotal (padres, intelectuais, artistas) para a falar comumente e a difundir (BARTHES, op. cit., p. 37).

O fetichê, por sua origem na ficcionalização do objeto, tornaria a interpretação da realidade dúbia. Por isso, entre a análise freudiana do sonho e a interpretação marxista da mercadoria, é necessário se afastar do deslumbramento fetichista do “conteúdo” supostamente oculto pela forma. A diferença entre esses dois estudos é que no marxismo, o olhar ideológico é imparcial, já que lhe escapa a totalidade de relações sociais, na medida em que, no viés lacaniano, a ideologia designa a totalidade voltada a apagar os sinais de suas próprias contradições. Em outras palavras, a ideologia estaria voltada ao esquecimento e à memória apenas daquilo que lhe convém nas relações sociais. “No marxismo, o fetichê oculta a rede positiva de relações sociais, ao passo que, em Freud, o fetichê oculta a falta (“castração”) em torno da qual se articula a rede simbólica” (ŽIŽEK, 2010, p. 327).

Kristeva (1989), ao se utilizar da psicanálise para compreender o processo criativo do escritor, contrapõe depressão e melancolia, apontando um paradoxo entre os dois termos: a perda, o luto e a ausência não apenas impulsionam e sustentam o ato imaginário de forma permanente, como também o ameaçam e o comprometem, de tal forma que “ao renegar-se essa mágoa mobilizadora erija-se o fetichê da obra” (FREUD, 1969, apud KRISTEVA, 1989, p. 48).

Assim, a negação da melancolia pelo autor leva ao fetichismo daquilo que ele produz. Em contrapartida, aquele que se deixa consumir pelo sentimento melancólico é quem melhor combate a “demissão simbólica que o envolve”

(KRISTEVA, op. cit., p. 48). Para tanto, a recusa, segundo entendimento dessa autora, é a negação do significante, bem como dos “representantes semióticos das pulsões e dos afetos” (loc. cit.).

Segundo Freud, a recusa ou desmentido (Verleugnung) aplica-se à realidade psíquica que ele considerava como sendo da ordem da percepção. Essa recusa seria coisa usual na criança, mas torna-se o ponto de partida de uma psicose no adulto, pois aplica-se à realidade externa. Entretanto, e posteriormente, a recusa encontra o seu protótipo na recusa da castração e se especifica constituindo o fetichismo! Nosso alargamento ao campo da Verleugnung freudiana não muda a sua função de produzir uma clivagem no sujeito: por um lado, ele recusa as representações arcaicas das percepções traumáticas, por outro reconhece simbolicamente o seu impacto e tenta tirar as suas consequências (KRISTEVA, 1989, pp. 47-48).

No entanto, a concepção humana transforma o objeto que recusa. É um fetichismo que substitui a recusa da dor psíquica consecutiva à perda de equilíbrio biopsíquico, após a perda de um objeto, pela atuação de novos significantes. Esta negação está voltada para um registro intrapsíquico – semiótico e simbólico – da falta que acarreta, “seja ela fundamentalmente uma falta de objeto ou, posteriormente, erotizada como uma castração da mulher” (idem, p. 48). Dessa forma, “o valor recusado do significante depressivo traduz uma impossibilidade de realizar o luto do objeto e que, em geral, [...] é acompanhada por um fantasma de mãe fálica” (loc. cit.).

A recusa do significante apoia-se numa recusa da função paterna que, precisamente, garante a imposição do significante. Mantido em sua função de pai ideal ou de pai imaginário, o pai do depressivo é despojado do poder fálico atribuído à sua mãe. Seduzindo ou sedutor, frágil e atraente, esse pai mantém o sujeito na paixão, mas não lhe prepara a possibilidade de uma saída pela idealização do simbólico. Quando esta intervém, ela se apoia no pai materno e toma o caminho da sublimação (ibidem, 1989, p. 48).

A recepção dessa experiência imaginária, ficcional, não ocorre como um simbolismo teológico ou numinoso⁴⁰, mas como uma catarse por um excesso de sentido. Para os ocidentais, a aptidão geradora tem a potencialidade de se transferir ao momento e local onde se perdeu, sem a necessidade de interferência do pensamento cristão. Residem, portanto, traços da gênese mítica grega e romana não apenas no processo criativo, como também nas construções ideológicas, sejam

⁴⁰ Segundo Mircea Eliade, “o numinoso singulariza-se como qualquer coisa de *ganz andere*”, expressão empregada a partir das formulações do livro *Das Heilige* (1917), teólogo protestante Rudolf Otto (1869-1937). Seu sentido está direcionado para essência grandiosa das coisas, não semelhante ao humano ou mesmo ao cósmico.

utópicas (voltadas ao futuro desejado), sejam ucrônicas (voltadas a um passado hipotético).

Preconcepções canonizadas a partir de arquétipos axiológicos de sensualidade, esplendor e crueldade, ou até mesmo a incorporação de conceitos filosóficos, míticos e do senso comum orientais pelo Ocidente legitimam generalizações sobre um Oriente aparentemente vulnerável e subjugável. Neste âmbito, Mircea Eliade afirma que “é a tendência de toda a «forma histórica» para aproximar-se o mais possível do seu arquétipo, mesmo quando foi realizada num plano secundário, insignificante: este fenômeno verifica-se em todo o lado na história religiosa da humanidade” (ELIADE, 1979, p. 118).

Os arquétipos externos, de modo mais específico do Ocidente para o Oriente são denominados de orientalismo por Edward Said (2003). De modo geral, este autor define que o conceito de “orientalismo” vai além de um ingênuo ou inocente discurso epistêmico voltado a estudar civilizações e costumes orientais. A práxis por trás de sua construção discursiva se encontra na dominação econômica do outro, depois de conhecer suas estruturas culturais e sociais. Dessa forma, o Ocidente domina de forma contínua o oriente, sob pontos de vista políticos, sociológicos e psicológicos. O orientalismo é, dessa forma, uma disciplina que compõe um conjunto de instituições compostas por ocidentais especialistas em “orientais”.

Mircea Eliade (idem, p. 11), para apontar como o Simbolismo é assimilado na Europa Ocidental, aborda o contato cultural europeu com o Oriente. Ele afirma que o simbolismo coincide com o aparecimento da Ásia no horizonte da História ocidental. Até determinado momento, havia grupos étnicos que não tinham seu espaço na história oficial, “senão fugazmente e por alusões (como os Oceanianos, os Africanos, etc.) preparam-se por sua vez para entrar nas grandes correntes da história contemporânea, e sentem-se já impacientes por fazê-la”.

Não que exista qualquer relação causal entre o aparecimento do mundo «exótico» ou «arcaico» no horizonte da história, e o renovo de favor verificado na Europa, em relação ao conhecimento simbólico. Mas acontece que este sincronismo foi particularmente feliz; estranha-se o fato de a Europa positivista e materialista do século XIX ter conseguido sustentar o diálogo espiritual com culturas «exóticas» quando estas, sem exceção, se pretendem seguidoras de vias de pensamento que não o empirismo ou o positivismo. Aí está pelo menos uma razão para esperar que a Europa não fique paralisada perante as imagens e os símbolos que, no mundo exótico, ocupam o lugar dos nossos conceitos ou os veiculam e os prolongam. É extraordinário como de toda a espiritualidade europeia duas mensagens apenas interessem *realmente* aos mundos extra-europeus: o cristianismo e

o comunismo. Ambos, de maneira diversa, é certo, e em planos nitidamente opostos, são soteriologias, doutrinas da salvação e portanto misturam «símbolos» e «mitos» a uma escala que não tem semelhante senão na humanidade extra-europeia (ibidem, 1979, p. 11.).

“O nexo de conhecimento e poder que cria “o Oriental” e, ao mesmo tempo, o anula como uma criação humana é [...] uma questão acadêmica [...]” (idem, p. 29)⁴¹. De fato, “para falar de espacialização acadêmica como um “campo” geográfico é, no caso de Orientalismo, um tanto revelador, já que é pouco provável imaginar um campo simétrico que se possa chamar de Ocidentalismo” (SAID, 2003, p. 50).

Said estabelece seus apontamentos para denunciar a rede de racismo, estereótipos culturais, imperialismo político e ideologia desumanizada que se ergue sobre o árabe ou o muçulmano. Porém, estes estudos são passíveis de serem ampliados a outras sociedades igualmente subjugadas cultural e economicamente. A intenção do autor com o *Orientalismo* é, dessa forma, romper com esse círculo vicioso, para formar uma nova relação que elimine definições de “Oriente” e “Ocidente”.

Parece que, habitualmente, o conceito de “Oriente” se direciona ao orientalismo. Este fenômeno ocorre em diferentes esferas, sejam acadêmica, de cunho científico, ou popular e mítica, de cunho imaginativo, sendo uma ideia formada por “Ocidente” com a intenção de dominá-lo. No entanto, Said assina que “Oriente” vem a ser uma ideia da qual não se possa estabelecer correspondentes plenos pelo Ocidente, pois a dita realidade será sempre mais rica do que os ocidentais possam conceber.

Para ilustrar a ideia de que a cultura pode ter uma função dominadora, Said utiliza uma distinção gramsciana entre sociedade política e sociedade civil. Segundo Gramsci, a sociedade política está formada por instituições coercitivas (exército, polícia, burocracia central) nas quais a dominação se dá de maneira direta, enquanto que a sociedade civil, quando não se trata de uma sociedade totalitária, está formada por associações voluntárias (imprensa, associações, grupos de estudo), onde a dominação ocorre de maneira indireta, mediante o “consenso” e o discurso “supremacia cultural” ou “hegemonia”.

Gramsci produziu uma útil distinção analítica entre sociedade civil e política em que a primeira é formada por afiliações voluntárias (ou, pelo menos,

⁴¹ The nexus of knowledge and power creating "the Oriental" and in a sense obliterating him as a human being is therefore not for me an exclusively academic matter. Yet it is an intellectual matter of some very obvious importance.

racionais e não coercitivas) como escolas, famílias e uniões, a segunda por instituições de Estado (o exército, a polícia, a burocracia central), cujo papel na política é a **dominação** direta. Cultura, obviamente, deve ser encontrada operando dentro da sociedade civil, onde a influência de ideias, de instituições, e de outras pessoas, funcionando não por dominação, mas o Gramsci chama de **consentimento**. Em **qualquer sociedade** não totalitária, então, **certas formas culturais** predominam sobre outras, assim como certas ideias são mais influentes do que outras; a forma desta liderança cultural é o que Gramsci tem identificado como **hegemonia** [...] (SAID, 2003. p. 6, grifos do autor, tradução nossa⁴²).

O Orientalismo é, portanto, a hegemonia das ideias europeias sobre oriente. Ideias “que reiteram a superioridade europeia sobre um Oriente atrasado. Assim, normalmente anulam a possibilidade de que um pensador mais independente possa ter diferentes pontos de vista sobre a matéria.” Said considera um erro tratar o discurso cultural ocidental no Oriente como “meramente decorativo ou “superestrutural”. Sua esperança seria ilustrar “a formidável estrutura da dominação cultural e, especificamente para povos antes colonizados, o perigo e as tentações de empregar esta estrutura em si mesmo ou em outros⁴³” (idem, p. 25).

O *Orientalismo* de Said permite compreender que, à medida que algo aparentemente estranho e distante se torna mais familiar, surge a dominação do exótico. Ao invés de parar de julgar as coisas, porque são completamente estranhas ou completamente conhecidas, surge uma nova categoria intermediária que permite ver novas realidades, vistas pela primeira vez como versões previamente conhecidas da realidade.

E, assim, definitivamente, está a atitude Orientalista, em geral. Isto vem acompanhado de magia e de mitologia, sendo que o autoconteúdo autolegitima o carácter de um sistema fechado [...], por uma vez, por todo o tempo, por razões ontológicas, que nenhum material empírico pode desalojar ou alterar (idem, p. 70, tradução nossa⁴⁴).

⁴² Gramsci has made the useful analytic distinction between civil and political society in which the former is made up of voluntary (or at least rational and noncoercive) affiliations like schools, families, and unions, the latter of state institutions (the army, the police, the central **bureaucracy**) whose role in the polity is direct **domination**. Culture, of course, is to be found operating within civil society, where the influence of ideas, of institutions, and of other persons works not through domination but by what Gramsci calls **consent**. In **any society** not totalitarian, then, **certain cultural** forms predominate over others, just as certain ideas are more influential than others; the form of this cultural leadership is what Gramsci has identified as **hegemony**.

⁴³ My hope is to illustrate the formidable structure of cultural domination and, specifically for formerly colonized peoples, the dangers and temptations of employing this structure upon themselves or upon others.

⁴⁴ And so, indeed, is the Orientalist attitude in general. It shares with magic and with mythology the self-containing, self-reinforcing character of a closed system [...], for once, for all time, for ontological reasons that no empirical material can either dislodge or alter.

Assim, o “Oriente” não apenas passa a ser adaptado às exigências axiológicas (morais, éticas e estéticas) do cristianismo ocidental, como também tem sua formação epistemológica (conhecimentos míticos, filosóficos e de senso comum) reinterpretados pelo cientificismo do “Ocidente”. Com a reinterpretação espacial, quando um orientalista viajava ao país, ao se especializar naquele espaço, transportava decisões abstratas e imutáveis sobre a “civilização” estudada.

Como já observado, Said aponta que é preciso distinguir entre a tendência universal de todas as culturas para impor "algumas correções na dura realidade, transformando uma soma de objetos mal definidos em unidades de conhecimento", um processo "perfeitamente natural" pelo qual o mente humana resiste ao assalto que produz o estranho; e a tendência especial de certas culturas para impor "transformações completas sobre outras culturas, recebidas não como elas são, mas como eles devem ser para beneficiar o destinatário" (SAID, 2003, p. 67).

Neste sentido, estudo filológico tem fundamental importância na concepção do Oriente pelo Ocidente. Isso porque, enquanto surgir a consciência no Ocidente sobre o peso das palavras, as designações de Oriente assumem-se um vasto campo de significados, associações e conotações que não estão relacionadas a um significado real do Leste, mas a associações mentais circunspectas ao significante da palavra.

A Filologia problematiza – em si mesma, seu praticante, o presente. Encarna-se, com isso, uma condição peculiar de ser moderno e europeu, uma vez que nenhuma destas duas categorias tem verdadeiro significado sem haver relação com uma cultura anterior estrangeira [...]. O que Nietzsche também vê é a filologia como algo carregado, feito no sentido viciniano como um sinal de empreendimento humano, criado como uma categoria de descoberta humana, autodescoberta, e originalidade (BALZAC, p. 4, apud SAID, p. 133, tradução nossa⁴⁵).

É neste âmbito filológico do orientalismo que se incluem alguns dos estudos freudianos e marxistas. Um deles é o emprego da palavra “fetiche”, analisada anteriormente para designar fenômenos, até certa ordem, negativos da relação entre subjetividade e objetividade ou entre sujeitos e objetos que os cercam. De fato,

[...] a linguagem brutal de Freud e dos seus discípulos mais ortodoxos irritou muitas vezes os leitores bem-pensantes. De fato, esta brutalidade de linguagem resulta de um mal-entendido: não era a sexualidade em si que

⁴⁵ Philology problematizes—itself, its practitioner, the present. It embodies a peculiar condition of being modern and European, since neither of those two categories has true meaning without being related to an earlier alien culture and time. What Nietzsche also sees is philology as something born, made in the Vicinian sense as a sign of human enterprise, created as a category of human discovery, self-discovery, and originality.

irritava, era a ideologia construída por Freud sobre a «sexualidade pura». Fascinado pela sua missão — ele pensava ser o Grande Esclarecido, quando afinal não passava do Último Positivista — Freud não podia dar-se conta de que a sexualidade jamais foi «pura», que ela foi sempre e em todo o lado uma função polivalente cuja valência primeira e talvez suprema, foi a função cosmológica; que traduzir uma situação psíquica em termos sexuais não é de modo algum humilhá-la, pois, exceto para o mundo moderno, a sexualidade foi em todos os tempos uma hierofania e o ato sexual um ato integral (ELIADE, 1979, p. 15).

Dessa forma, o Sistema de ficções ideológicas faz o Orientalismo. Esse processo tem sérias implicações, pois transcende a esfera intelectual em direção à política. De fato, o “Leste” é uma entidade constituída e sua noção de realidade torna-se muito mais ampla do que a percepção espacial e temporal que o Ocidente possa compreender.

O orientalismo forma, assim, uma tessitura de referências culturais que impede orientais de pensarem sobre si mesmos. Paradoxalmente, essa construção discursiva impediria não apenas os orientais como também os próprios ocidentais de pensar com liberdade sobre o Oriente, segundo Said (2011, p. 20). Graças a este processo de incorporação cultural, exemplificada aqui com o fetiche, a cultura europeia adquiriria a força e a identidade ao sobressair de si mesma em detrimento do Oriente, representado como uma forma inferior.

3.3 PEPETELA E O TRÂMITE INTERTEXTUAL

Os contrapontos históricos latentes na literatura são evidenciados com uma compreensão dos elementos intertextuais presentes nas obras de escritores engajados na história e na memória coletiva. Para tanto, são consideradas as realizações materializadas entre os textos, a partir do conceito de Kristeva (2009).

Para esta autora, a intertextualidade envolve o sujeito com sua ideologia, em seu contexto, ao mesmo tempo que denuncia as relações de poder subjacentes. Estas considerações permitem uma análise imanente do texto, em que se preza o contexto histórico-social, propondo que o texto é passível de ser analisado de fora. Assim, as condições mais amplas de produção do sujeito oriundo nas narrativas demonstram a realidade social dentro da qual se dá o processo criador, em que autor materializa o imaginário de seu contexto em diferentes esferas: social, regional, histórica etc.

Para Kristeva (2009, pp. 9-10), enquanto a História se objetiva para vir a ser ciência, a Literatura está próxima e ao mesmo tempo estranha à matéria dos discursos e dos sonhos. O estranhamento e a aproximação simultâneos do ato literário recebem o nome de magia, linguagem poética, literatura, mito etc. Tal prática sobre o significante produz uma abstração que, ideologicamente ao longo da História, ora é valorizada, ora tem lugar quase nulo.

Ademais, o intertexto ocorre a partir da absorção de outros textos por meio de citações, referências, menções e outros modos de retomada em uma prática textual. Barthes (1987, p. 45), neste sentido, afirma que retomar os textos de origem acarreta um deslocamento contínuo do sentido original de passagem, já que há uma transposição desses textos a outro universo textual. É um retorno a outros textos intrínsecos à literatura, formando algo semelhante a uma “membrana circular” (loc. cit.), que atualiza seu discurso, ao passo que marca com traços do passado sua obra literária.

[...] o escritor é um leitor de textos (em sentido lato) antes de ser um criador de textos, e, portanto, a obra de arte é, inevitavelmente, atravessada por referências, citações e influências de todo tipo. [...] Esta repetição do passado ou de textos contemporâneos pode variar, de uma elaboração mais consciente e sofisticada de trabalho de outros poetas a um uso erudito de fontes, ou a citação (com ou sem o uso de aspas) de trechos de conversas típicas de um determinado meio social em um determinado momento histórico. As relações dominantes de produção e do contexto sócio-político que poderiam ser incluídas dentro de uma definição ampla de texto - são, naturalmente, uma grande força que influencia todos os aspectos de um texto (WORTON; STILL, 1990, p. 1, tradução nossa⁴⁶).

Em uma entrevista, Pepetela é perguntado sobre o motivo de ter inserido uma personagem fictícia, referindo-se ao negro angolano Carlos Rocha, em um livro basicamente histórico. Ele responde que gosta de “fazer coisas assim para acordar o leitor. Esse personagem traz algumas armadilhas. A história real e a fictícia correm paralelas, assim como havia os africanos de um lado e os europeus de outro. Quando se encontravam, era sempre perigoso” (PEPETELA apud PASCOAL, 2012: 09).

⁴⁶ Firstly, the writer is a reader of texts (in the broadest sense) before s/he is a creator of texts, and therefore the work of art is inevitably shot through with references, quotations and influences of every kind. [...] This repetition of past or of contemporary texts can range from the most conscious and sophisticated elaboration of other poets' work, to a scholarly use of sources, or the quotation (with or without the use of quotation marks) of snatches of conversation typical of a certain social milieu at a certain historical moment. The dominant relations of production and the socio-political context-which could be included within a broad definition of text - are of course a major force influencing every aspect of a text.

Quanto ao leitor, muitas referências só emergem a partir do momento em que ele tenha tido algum processo de leitura atrelado àquilo que ele está lendo. Essa produção ocorre por meio do cruzamento de informações que passam a estabelecer um diálogo entre si. Por essa razão, algumas leituras tornam-se complexas sem a alusão ao material motriz do escritor.

[...] um texto só está disponível através de algum processo de leitura; o que é produzido no momento da leitura é devido à fertilização cruzada do material textual formada por todos os textos que o leitor traz a si. A delicada alusão a um desconhecido de trabalho para o leitor, que, portanto, passa despercebido, terá uma existência dormente em que a leitura. Por outro lado, a experiência do leitor de alguma prática ou teoria desconhecido para o autor pode conduzir a uma interpretação fresco (WORTON; STILL, 1990, p. 2, tradução nossa⁴⁷).

Assim, há a composição da intertextualidade, termo de Kristeva. Para esta pesquisadora, o assunto é composto de discursos, sendo um sistema de significação, um texto, entendido em sentido dinâmico. Os textos passam pela produção do escritor, que é, em primeiro lugar, escritor, para depois atingir o leitor, que vem a ser um coprodutor, no momento em que estabelece sua interpretação. Contudo, nesse processo, é impossível que não haja atravessamentos políticos e emotivos por ambas as partes, seja pelo escritor, seja pelo leitor, pois não existe sujeito neutro.

Worton e Still (1990, p. 47) afirmam que, na medida em textos literários significam o “real” ocorre um processo de significação. De fato, só se torna disponível para o conhecimento por meio de um sistema de representações, cuja forma não possui uma referência definitiva, mas de um devir infinito, ou seja, um (in)constante vir a ser. Esta cadeia de *semiosis* pode ser rompida, no entanto, para fins pragmáticos isolados. Neste sentido, a “realidade”, seja social, seja natural, é um texto semelhante a uma textura de significações, uma integração de materiais heterogêneos. Entende-se, dessa forma, que, à medida que textos literários representam o real, ocorre um processo significante através de um sistema de representações em uma relação sem fim. Isso permite uma heterogênea tessitura de significações, em especial no romance.

⁴⁷ [...] a text is available only through some process of reading; what is produced at the moment of reading is due to the cross-fertilisation of the packaged textual material (say, a book) by all the texts which the reader brings to it. A delicate allusion to a work unknown to the reader, which therefore goes unnoticed, will have a dormant existence in that reading. On the other hand, the reader's experience of some practice or theory unknown to the author may lead to a fresh interpretation.

Esse processo de significação do real, para o escritor, pode ser entendido por meio da análise de entrevistas feitas com Pepetela. Por exemplo, à Rita Silva Freira (2012), o escritor trata sobre o lançamento do romance *A Sul. O Sombreiro*. A jornalista aborda o fato de o livro trazer mais uma vez em pauta elementos sobre religião e religiosidade. Ela questiona, então, se ele se considera um homem religioso. Pepetela diz acreditar apenas no homem, tornando-se mais cético, à medida que ele envelhece. As decepções fizeram-no perder parte de seu otimismo em relação à humanidade. Isto fica claro em uma de suas respostas, na qual afirma que “repetimos os mesmos erros. Parece que a humanidade não aprende. Quando me perguntam como vai ser o futuro, respondo: o futuro vai ser como foi hoje ou como foi ontem” (PEPETELA a FREIRA, 2012:04). Nessa mesma conversa, ele conta que viveu sua infância em Benguela:

[...] é uma cidade muito particular. Metade da população era mestiça, estabelecia relações. Na escola tinha companheiros de todas as cores. Havia racismo, claro, mas havia uma maior integração da população. As outras cidades eram piores. A maioria da população do Lubango era branca. Passava férias no Huambo e íamos em grupo para a piscina. Não nos deixavam entrar. Diziam: ‘Tu e tu podem, os outros não. Eram mestiços ou negros (idem: 14).

De Benguela, capital da província de Benguela, em Angola, havia partido um número considerável de escravos em direção ao Brasil. É nesta cidade histórica onde nasce Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, em 29 de outubro de 1941. A segregação e o racismo tornam-se evidentes ao ir a Lubango para estudar, onde percebe o tratamento dado aos colegas negros. Depois disso, chega a Portugal aos 17 anos e as diferenças passam a ser cada vez claras; nesta idade, a sociedade angolana já lhe parecia um tanto injusta, devido aos problemas de racismo. A partir deste momento, mantém contato com pessoas politizadas, momento em que inicia a luta armada, levando-o a ser um dos guerrilheiros durante os levantes contra Portugal, na “Guerra de Independência de Angola”, também denominada de “Luta Armada de Libertação Nacional”, iniciada em 4 de fevereiro de 1961.

É no ano de 1969 que o escritor é nomeado Pepetela, cujo significado em vocabulário umbundo significa “pestana”, um trocadilho ao seu sobrenome, servindo de codinome a ele, ao ingressar no MPLA – “Movimento Popular de Libertação de Angola”⁴⁸. No entanto, seu pseudônimo, após a independência alcançada em 11 de

⁴⁸ Os movimentos da Libertação Nacional de Angola que merecem destaque: FNLA: Frente Nacional de Libertação de Angola, apoiada pelos EUA e mais tarde pela China. MPLA: Movimento Popular de (Continua)

novembro de 1975, prevalece. Agora o nome de guerra não serviria mais para portar armas, mas sim para cunhar palavras escritas. Em Luanda, Pepetela havia permanecido ao lado de seu camarada Agostinho Neto, que, ao mesmo tempo médico, poeta, guerrilheiro, vem a ser o primeiro presidente de Angola. Configuraram-se, assim, os primeiros horizontes da utopia de Angola.

Pepetela publica *Mayombe* em 1980, cinco anos após a independência do país angolano. Antes disso, ele havia lançado dois romances, *As aventuras de Ngunga* (1976) e *Muana Puó* (1978), escritos durante a guerra de libertação, e uma peça de teatro denominada *A corda* (1978). Com o tempo, Pepetela passa a receber prêmios por seus escritos. Dentre suas premiações, há o prestigiado Prêmio Camões, em 1997. Sua obra começa a servir de parâmetros críticos para seu país, convindo também como referencial para compreender parte de suas convicções.

Para exemplificar os debates sobre seu trabalho, trazem-se apontamentos de Piñon e González (2007). Inicialmente, tratam sobre o romance *A Gloriosa Família*, cujo escritor comenta que havia explorado o imaginário para “cobrir os vazios existentes”, sendo este “um problema de todo o romance histórico”. Também abordam a obra *A geração da Utopia*, escrita entre 1991 e 1992, que apresenta a trajetória de personagens envolvidos num projeto revolucionário: a libertação de Angola. De acordo com Pepetela, “é uma estória sobre uma geração que fez a independência de Angola e não soube fazer mais”. O engajamento desse escritor torna-se latente em prover os hiatos deixados pela oficialidade histórica. A o ato ficcional seria um meio de prover tais apanhados, na medida em que “a literatura ajuda as pessoas a refletir, a pensar, a sentir, a transformar-se em pessoas livres”.

O conceito de intertextualidade, de acordo com Kristeva (2009.), exige uma compreensão sobre o texto como um elemento moldado em épocas diferentes, por meio da repetição e da transformação de suas estruturas. As regras determinam o processo de referência intertextual para a forma discursiva, cuja representação de estruturas intertextuais varia entre o explícito e o implícito, sendo feita de normas culturais e ideológicas. No caso de textos literários (e de leituras de textos literários) a relação para o campo discursivo geral é mediada pela estrutura de seu sistema e pela autoridade do cânone literário.

(Continuação)

Libertação de Angola, apoiado principalmente pela União Soviética. FNLA: Frente Nacional de Libertação de Angola. UNITA: União para a Independência Total de Angola, apoiado pela China, que nasceu apenas em 1965 de uma dissidência da FNLA (MENEZES, 2000).

3.4 UCRONIAS NO ÂMBITO DAS DIVAGAÇÕES FATUAIS E FICCIONAIS

E se Dom Sebastião não tivesse desaparecido no verão marroquino de 1578, durante a *Batalha de Alcácer-Quibir*? E se os portugueses tivessem ganho dos ingleses o território africano que separou Angola de Moçambique, no idealizado Mapa Rosa, durante a Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885? São questionamentos de um pretérito no subjuntivo, com respostas que residem no futuro do pretérito, daquilo que poderia ter acontecido, nas denominadas são ucronias.

Ucronia vem de *Uchronie*, um neologismo elaborado em 1857 pelo francês Charles Renouvier. Ele se utiliza dos vocábulos gregos *U* (não) e *Krónos* (tempo), para designar seus estudos, em uma série de artigos, até publicar seu livro em 1876, *Ucronia (A Utopia da História): Esquema Histórico Apócrifo do desenvolvimento* (2013). Sobre este tema, desenvolve-se uma perspectiva que abre espaço para a história fantasiosa, o devaneio histórico e a história alternativa. Entretanto, essas expressões não se referem a uma negação de modo simplista da História, em sua ausência absoluta no sentido que alguns historiadores ingleses atribuíam ao anistórico ou a-histórico – *unhistorical* –⁴⁹. O que ocorre é a licença não apenas poética, mas histórica de reconhecimento das mentalidades que se indagam de como um determinado evento teria sido se tivesse ocorrido de outra maneira, ou até mesmo, como teria sido interagir com personalidades históricas em seu tempo e espaço de atuação.

Ao abordar uma série de fenômenos contemporâneos, que acercam o espírito da ucronia, Gavriel D. Rosenfeld (2005, p. 4) apresenta como um gênero de representação narrativa, história alternativa são difíceis de classificar. Isso ocorre

⁴⁹ É interessante mencionar que há uma comum confusão vocabular entre estudiosos das Ciências Humanas, especialmente, tratando-se de interpretações a partir de obras traduzidas de diferentes idiomas. Neste sentido, acronia e anacronia e seus derivados, acrônico e anacrônico, seriam variações ortográficas para narrativas despreocupadas com o tempo cronológico vigente, muito presente nas correntes históricas de cunho cientificista com o marxismo e o positivismo. O mesmo problema vocabular está presente em a-histórico e anistórico, que serviam para designar a ausência de uma História, um passado oficializado e igualmente cientificista. Esta dissertação, para fins de padronização, segundo as normas vigentes desde o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que vem sendo implantado desde 2009, adotou os termos anistórico e anacrônico para seus estudos.

porque seus limites transcendem categorias culturais tradicionais, sendo, simultaneamente, um subcampo da história, um subgênero da ficção científica, e um modo de expressão que pode facilmente assumir formas literárias, cinematográficas, dramáticas ou analíticas.

No nível mais básico, no entanto, contos de história alternativa - ou o que foram chamadas de "histórias alternativas" ou narrativas "ucrônicas" - investigam as possíveis consequências de "e se", com perguntas dentro de contextos históricos específicos. E se Jesus tivesse escapado crucificação? E se Colombo nunca tivesse descoberto o Novo Mundo? E se o Sul tivesse vencido a Guerra Civil norte-americana? (Jdem, p. 4, tradução nossa⁵⁰).

Rosenfeld (loc. cit.) comenta que histórias alternativas assumem uma variedade de formas narrativas para responder a essas perguntas. As narrativas de historiadores demais estudiosos, que visam ao pensamento científico, costumam assumir análises sóbrias, enquanto que as produções de escritores, cineastas e dramaturgos têm a liberdade de adquirir uma forma mais abertamente ficcional por meio do uso de dispositivos narrativos familiares, como o desenvolvimento de enredo, cenário, e retrato personagem.

O que traz esses e histórias alternativas "fictícios" "analíticos" é a sua exploração de como a alteração de algumas variáveis no registro histórico teria mudado o curso geral dos acontecimentos históricos. A inclusão deste elemento - muitas vezes chamado de "ponto de divergência" - é o que distingue história alternativa de outros gêneros relacionados, tais como ficção histórica. [...] Sem encalhar por distinções taxonômicas complexas, no entanto, histórias alternativas são essencialmente definidas por um "estranhamento" em vez de uma relação mimética com a realidade histórica (ROSENFELD, p. 4, tradução nossa⁵¹).

A pesquisadora italiana Alma Studiorum (2013, p. 8), ao tratar das origens da uchronia, aponta algumas de suas vertentes: a história alternativa e a história contrafactual. Em sua tese de doutorado, ele comenta que, no mundo de fala inglesa,

⁵⁰ At the most basic level, however, tales of alternate history – or what have been termed “allohistorical” or “uchronian” narratives – investigate the possible consequences of “what if” questions within specific historical contexts. What if Jesus had escaped crucifixion? What if Columbus had never discovered the New World? What if the South had won the American Civil War?

⁵¹ In posing and answering such questions, alternate histories assume a variety of different narrative forms. Those produced by historians and other scholars usually take the form of sober analytical essays, while those produced by novelists, filmmakers, and playwrights assume a more overtly fictional form through the use of such familiar narrative devices as plot development, setting, and character portrayal. What links such “analytical” and “fictional” alternate histories is their exploration of how the alteration of some variable in the historical record would have changed the overall course of historical events. The inclusion of this element – often called a “point of divergence” – is what distinguishes alternate history from other related genres, such as historical fiction. [...] Without getting bogged down by complex taxonomical distinctions, however, alternate histories are essentially defined by an “estranging” rather than a mimetic relationship to historical reality.

há uma distinção rígida entre história alternativa e histórica contrafactual, para indicar um exercício historiográfico com base na formulação de hipóteses de "e se?"; em outras palavras, o que teria acontecido se um determinado evento no passado tinha feito em contrário da maneira como é concebido e conhecido. Assim, Studiorum considera, ao longo de seu trabalho, a história alternativa como um conteúdo textual incompatível com o conhecimento histórico consensual, enquanto uchronia seria uma espécie de ficção, na medida em que a história contrafactual significa um tipo de especulação apresentada em forma hipotética, presente no senso comum.

Dessa forma, Studiorum (idem, p. 320) aponta que há interpretações da Uchronia, que não estão embasadas no neologismo de Renouvier. Além disso, alguns conceitos não coincidem nem com a definição original de *'utopias dans l'histoire'*, ou pelo uso que dela foi feito como sinônimo de alternativa da história. Neste sentido, Studiorum comenta que, etimologicamente, a palavra *u-chronos* pode ser entendida não apenas como "nenhum momento", mas também como "um melhor tempo", quer dizer, um passado imaginado de uma época em que a vida seria melhor do que o presente. Remove-se, assim, a referência específica à história que é o título do texto de Renouvier. A uchronia então, sob este outro ponto de vista, seria uma utopia deslocada da dimensão espacial que Thomas More havia apontado para esse tempo, seja do passado ou do futuro.

Esta segunda interpretação tem o mérito de trazer a evolução ucrônica ao conceito de utopia, aplicando-a não apenas na literatura, mas também voltando-a para a teoria política. Na Europa, esta mudança ideológica pode ser percebida nos séculos XVIII e XIX, quando o adjetivo "utópico" foi contratado por autores como Saint-Simon a Karl Marx (STUDIORUM, 320, p. 10, tradução nossa⁵²).

Constituir-se-ia, assim, um ideal hipotético, incorporado em uma história alternativa, e não em um futuro hipotético, ou ideal. A imaginação ucrônica redime o que, por definição, seria impossível em fatos tangíveis ou numa realidade mensurável. Dessa forma, a realidade mensurável se aplicaria também a níveis psicológicos do indivíduo e não apenas a âmbitos macrossociais.

Segundo aponta Studiorum (2013, p. 321), as origens da "uchronia" devem levar em conta dois textos. Um é de Louis Geoffroy, que, em 1836, escreve um

⁵² Questa interpretazione ha il merito di ricondurre l'ucronia all'evoluzione del concetto di utopia non solo all'interno della letteratura, ma da questa al campo della teoria politica; un passaggio che ha avuto luogo tra il XVIII e il XIX secolo, quando l'aggettivo "utopistico" fu assunto da autori come Saint-Simon a Karl Marx.

apócrifo de Napoleão, em uma situação histórica hipotética. O outro é a *Uchronie*, publicada em 1876 por Charles Renouvier. No entanto, essa autora italiana salienta que, se olhar para a história hipotética ou contrafactual, as origens são muito mais distantes e remontam quase à formação da mesma literatura ocidental. História e contrafactual e história alternativa diferem consideravelmente na forma como não teriam acontecido os fatos históricos, respectivamente, na forma da realidade (indicativo) e no de irrealidade (hipotético, do Terceiro Grau).

Assim como a intertextualidade, a ucronia precede o leitor uma cooperação, concedendo a ele uma hermenêutica específica, fundada sobre a capacidade de distinguir o falso do real e do imaginário através do conhecimento histórico. A introdução da categoria do falso em uma força literária uma teoria estética que remonta, em parte, para Aristóteles, que distinguiu entre história (ou histórias da realidade, o verdadeiro alcance) e poesia (ou narrativas ficcionais, campo de verossimilhança) e, mais recentemente, tem sido desenvolvido ao postular um status de soberania dos mundos ficcionais no que diz respeito à "nossa realidade mais ampla". Em uma inspeção mais próxima, olhando para a história e teoria literária, a relação entre a verdadeira e crível (ou fictícia), ou entre o real e realista, nunca foi mais fácil de resolver. Também não é possível liquidar a relação entre ucronia e história contrafactual através de uma distinção lógica entre discursos denunciando o que seria falso, através de pressupostos e histórias apresentados como verdadeiros, deixando o leitor com o reconhecimento de sua natureza. Em princípio, uma representação literária e especulação sobre "o se" da história deve ter diferentes meios e fins, e certamente não pode combiná-los: no entanto, na prática, há muitos aspectos em comum, bem como as intersecções entre os dois tipos. Apenas raramente, no entanto, críticos literários têm considerado seriamente a história contrafactual.

[...] a nova proeminência da história alternativa reflete o descrédito progressivo das ideologias políticas no Ocidente desde 1945. Ao insistir que tudo no passado poderia ter sido diferente, destacando o papel da contingência na história, e ao enfatizar a caráter aberto da mudança histórica, a história alternativa é inerentemente anti-determinista. Não é por acaso que o surto de "história alternativa" ocorreu em uma época onde as ideologias políticas determinísticas estiveram sob ataques políticos sem precedentes a partir da direita, esquerda e centro. O surgimento de nossa era pós-ideológica começou no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, quando os intelectuais de direita, ansiosos para distanciar-se do fracasso do fascismo, proclamaram o início de uma nova era de "posthistory." No final dos anos 1960, intelectuais de esquerda, punidos pelo fracasso do radicalismo socialista na Europa Oriental, ajudaram ainda mais a corroer a autoridade de ideologias políticas, estabelecendo a base para a rejeição do

movimento pós-moderno de todos os totalizando "metanarrativas" na década de 1970. Finalmente, o fim da Guerra Fria e o colapso do comunismo no final dos anos de 1980 legitimaram o mito entre os liberais de que a humanidade tinha chegado ao ponto final da sua evolução ideológica e, na verdade, tinha alcançado "o fim da história" em si (ROSENFELD, 2005, p. 6, tradução nossa⁵³).

A história contrafactual, como se percebe, em alguns momentos se torna tão verossímil que sua interpretação se funde à memória tanto coletiva como individual.

Daniel Percio (2013) aponta que a aparente similaridade morfológica entre Ucronia e Utopia esconde uma diferença conceitual. De fato, não se produz uma mera mudança de espaço e tempo, já que, ademais, ambos elementos são ontologicamente muito diferentes. O espaço a que se refere a Utopia está fortemente vinculado com a ideia da viagem, "é um espaço cuja verossimilhança vem dada por um relato de viagem que o prefigura e faz possível" (PERCIO, 2013, p. 161).

Em toda aproximação a esse objeto onipresente e multiforme que chamamos de "realidade", a ficção costuma nos mostrar um forte caminho. Muitas vezes negligenciamos ou esquecemos a medida em que poderíamos afirmar, sem entrar em concepções platônicas ou gnósticas, do que é o imaginário, o que determina o horizonte do real, o que delinea sua forma e, de alguma maneira, permite pensar seus limites no tempo (PERCIO, 2013, p. 157, tradução nossa⁵⁴).

Em *História, Memória e Esquecimento* (2010), Paul Ricoeur desenvolve sua teoria fenomenológica-hermenêutica voltada à memória dos fatos, geradora de um futuro utópico. Seus estudos voltam-se também ao esquecimento e à memória anacrônica, de um tempo não linear, que permite as divagações da História, as

⁵³ [...] the new prominence of alternate history reflects the progressive discrediting of political ideologies in the West since 1945. In insisting that everything in the past could have been different, in stressing the role of contingency in history, and in emphasizing the open-endedness of historical change, alternate history is inherently anti-deterministic. It is no coincidence that the upsurge in allohistorical thinking has taken place in an era where deterministic political ideologies have come under unprecedented attack from the political right, left, and center. The emergence of our post-ideological age began in the immediate aftermath of World War II, when rightwing intellectuals, eager to distance themselves from the failure of fascism, proclaimed the dawning of a new era of "posthistory." By the late 1960s, leftwing intellectuals, chastened by the failure of socialist radicalism in Western Europe, helped further to erode the authority of political ideologies by establishing the foundation for the postmodern movement's rejection of all totalizing "metanarratives" in the 1970s. Finally, the end of the cold war and the collapse of communism in the late 1980s prompted the belief among liberals that humankind had reached the end point of its ideological evolution and, indeed, had reached "the end of history" itself.

⁵⁴ En toda aproximación a ese objeto ubicuo y proteico que llamamos "realidad", la ficción suele mostrarnos un camino firme. Frecuentemente, desdeñamos u olvidamos hasta qué punto de que podríamos afirmar, sin necesidad de entrar en concepciones platónicas o gnósticas, de que es lo imaginario lo que determina el horizonte de lo real, lo que dibuja su forma y, de algún modo, permite pensar sus límites en el tiempo

possibilidades do que poderia ter acontecido. Neste sentido, enquanto a utopia vai ao encontro de um não lugar, idealizado num futuro distante, a ucronia volta-se para um passado que não aconteceu, que poderia ter sido diferente.

Com isso, não importa se o espaço físico existe realmente, mas sim importa a coerência semântica do discurso que o refere. Para a Utopia, é fundamental o estabelecimento de um Umbral que, visto a partir da teoria dos mundos possíveis, equivale a um critério de acessibilidade: marca o horizonte do mundo fatural, do mundo de referência. Este horizonte é o que permite a possibilidade de que aquele espaço se carregue, imediatamente, de uma qualidade simbólica diferente. O estranhamento que isto implica funda as possibilidades de um Mundo Outro. A História, em suas fases científicas, em especial aquelas do século XIX, legadas do Iluminismo, como as antagônicas linhas positivista e marxista, tentou negar essas possibilidades. No entanto, a mentalidade ucrônica se funde e se confunde com a memória, tornando-se parte constitutiva da história, sendo, portanto, objeto analisável da História.

Para compreender como ocorre a interpretação dos fatos do mundo, Ricoeur (2010) replica duas dimensões da memória: cognitiva e pragmática. Estas duas dimensões correspondem às noções gregas de *mneme* (memória) e *anamnese* (processo de recordação ou de falsas memórias), respectivamente. Na memória cognitiva, a noção de representação inclui o problema de relação que, entre presença representada e ausência, fornece a dimensão temporal do passado, de acordo com Ricoeur (*idem*). Isto é exemplificado por meio do diálogo platônico de *Teeteto*. Platão constrói a noção de representação (*eikon*) utilizando a metáfora de um bloco de cera, onde são gravadas as memórias de discursos políticos centradas no traço.

Para esses contrapontos, Ricoeur (*op. cit.*) estabelece uma analogia entre as ideias platônicas e aristotélicas. Para ele, enquanto Platão defende a problemática da memória envolvida na imaginação, com uma dimensão temporal implícita, Aristóteles defende a problemática da imagem atrelada às lembranças em um tempo explicitado. A memória aristotélica marca o acesso ao único passado disponível, mas que se torna problemático na medida em que as memórias e os vestígios de algo ausente não são confiáveis. De fato, traços podem ser apagados, levando-nos a um tipo de esquecimento, que configuram os aspectos da memória. No entanto, Ricoeur acrescenta que essa prática conduz à possibilidade de seu abuso em três

diferentes níveis no contexto da memória: no nível patológico, há o fenômeno da memória bloqueada; no plano prático, a memória manipulada; e, no plano ético-político, a memória forçada.

Um exemplo claro de três níveis no contexto da memória pode ser trazido por meio dos pensamentos da personagem Carlos Rocha, através de um discurso direto livre, logo no início do Capítulo XIV de *A Sul. O Sombreiro*:

Carlos Rocha tinha medo de brancos e feitiços, mas também de alguns negros. Sobretudo os que trabalhavam como pumbeiros dos brancos a conversa de Zala Nkundu sobre a amizade com o pai e a estória de Diogo Cão podiam ser apenas cortinas de fumo para atingir o principal objetivo, apanhá-lo como escravo. Em Luanda não aconteceria facilmente, sua condição de homem livre sendo demonstrada como muitas testemunhas. Mas a uma légua da cidade a situação podia mudar. Também a situação do pai continuava a inspirar alguns temores. Devia pois abreviar sua estadia na cidade (PEPETELA, 2012, p. 125).

Neste excerto, percebe-se elementos que movem a imaginação, com uma aristotélica da imagem conectada às memórias de um tempo explicitado. Essa memória da personagem Carlos Rocha conduz ao seu passado, acessado por meio de experiências próprias de outrem, cujos vestígios nem sempre são confiáveis. Esse movimento alternado de memórias conduz Carlos Rocha ao medo de branco e de feiticeiros negros, principalmente, aqueles que trabalhavam como pumbeiros, ou seja, caçadores de escravos. Assim, em um nível patológico, sua memória bloqueia as religiões animistas anteriores à colonização portuguesa em Angola, entre os séculos XVI e XVII. Isso ocorre porque, no plano prático, sua memória é manipulada pelo colonizador, por meio do pensamento cristão, desfocando o medo que deveria ser exclusivamente de brancos, levando a um plano ético-político de memória forçada.

No Capítulo II de *A Sul. O Sombreiro* (2012), Carlos Rocha retorna a Luanda, trazendo consigo dentes de marfim e mais dois escravos além de Mulende. No entanto, Rocha precisa tomar a decisão de vender os dois escravos a um pumbeiro, negociante de escravos, chamado Zala Nkundu. Enquanto os dois negociam, Zala Nkundu toca no assunto sobre o passado da família de Carlos Rocha:

Carlos Rocha estava desesperado pela insistência do pumbeiro em lhe relatar factos que o incomodavam. Estranhamente, tinha de reconhecer, esse relato incomodava-o. tocava em fibras perdidas na memória? Ligava os pontos e tentava recordar conversas muito antigas. Não estabelecia conexões, mas ficava perturbado, muito perturbado. Tinha alguma coisa ligada ao contato por Battell? (PEPETELA, 2012, p. 140).

A verdade é que Zala Nkundu tinha uma dívida de gratidão em relação ao pai de Carlos Rocha. O pumbeiro insistiu no assunto, remexendo o passado, pelo fato de o arquétipo das linhagens familiares terem peso sobre as tradições. Entretanto, este episódio incomoda Carlos:

Também, para quê remexer no passado? Informação útil? Não via como usar esse mujimbo para tirar proveito. Já se foram mais de cem anos desde a chegada de Diogo Cão. Cem e muitos. E nesta terra as coisas abandonadas apodrecem depressa, os corpos se corrompem, as ideias ainda mais. Da mesma maneira, a lembrança do que aconteceu não é muito importante, porque quem volta a contar distorce a estória. Talvez seja a razão de ninguém querer saber do passado, cada um vive o presente, de preferência a dançar e a beber (idem, p. 142).

Quanto ao esquecimento, este se torna constitutivo para a busca da anamnese. É exatamente a perda de memória, que impulsiona a procura e apela para o ato de lembrar. As diferentes formas de esquecimento estão relacionadas com os tipos de abuso anteriormente mencionados: na memória bloqueada, é a repetição como a dinâmica da repressão que equivale a esquecer; na memória manipulada, o carácter seletivo da narrativa faz esquecer o que foi deixado de fora das narrativas; e a memória obrigada encontra equivalência no esquecimento ordenado, cujo exemplo mais marcante é a instituição de anistia, que exige um exercício de memória e de perdão com o passado para não cair na amnesia anistórica, ucrônica ou anacrônica:

Até quando a lenda de Diogo Cão ia perseguir a sua família? Porquê a sua bisavó, que sabia muito bem dos mambos, pelo menos com quem se deitara, não contou ao filho a identidade do pai? Teria ficado tudo resolvido. E se o avô Xavier tivesse sido de facto informado e sempre evitasse transmitir a verdade aos descendentes, por uma razão só dele? Também podia ser. De qualquer forma, não percebia em quê isso agora podia ter importância (PEPETELA, 2012, pp. 141-142).

Seriam estes pensamentos uma recordação freudiana que Ricoeur (2010) apresenta como oposição à dinâmica da repressão que consiste na compulsão e na repetição. No segundo caso, no plano prático, o abuso consiste na manipulação de memórias por meio da narrativa, pois esta é seletiva e variável: sempre se pode contar a mesma história de forma diferente. Assim, o abuso, neste caso, eleva a manipulação da memória por meio da narrativa primária. O terceiro nível de abuso corresponde ao dever de memória, que pode ser expressa em termos de esquecimento. Tais possibilidades de abuso ameaçam a pretensão da verdade da memória, a sua fidelidade para com o passado e a práxis da anamnese, afetando diretamente a dimensão cognitiva da memória.

3.5 ANACRONIAS NO ATO DE NARRAR

Anacronia vem do grego antigo *anakhronikós*, palavra formada da derivação de *ana-* (contra) e *-kronikós* (temporâneo). Genette (1983) utiliza este vocábulo para denominar as diferentes discordâncias entre história (*story*) e narrativa. Conforme este autor, no momento em que as divergências são identificadas, é possível perceber a existência implícita de “um marco zero” (*kind of zero degree*) que seria uma condição da perfeição temporal correspondente entre narrativa e história. Este autor aponta que a narrativa folclórica habitualmente traz para si a ordem cronológica, mas que a literatura ocidental contrasta esta ordem com efeitos conscientes de anacronia. Para legitimar seu apontamento, ele utiliza como exemplo a *Ilíada*, cujo narrador, na oitava linha, depois de invocar a disputa entre Aquiles e Agamenon, remonta a uns dez dias para a revelar a causa da disputa ocorrida uns dez dias antes. Convém mencionar que é comum haver um retorno expositivo de um período anterior do tempo, comum tanto nas narrativas clássicas como nas realistas do século XIX.

Gérard Genette (1983, p. 112) ressalta, com isso, o aspecto dualista do tempo narrativa. Esse autor retoma, para tanto, o conceito saussuriano do tempo do significado e o tempo do significante. Neste sentido, há um duplo tempo, em relação àquele narrado e àquele do ato de narrar. Ambas dimensões supõem que uma delas deve ressignificar a temporalidade da outra, de tal modo que uma dimensão lúdica ofereça toda narrativa pelo simples fato de sua existência.

Para estudar a ordem temporal narrativa, Genette (op. cit. p. 35) compara a sequência em que eventos ou seções temporais estão dispostos no discurso narrativo. Este autor se preocupa com a ordem de sucessão dos eventos ou segmentos temporais presentes na história, na medida em que a ordem histórica é explicitamente indicada pela própria narrativa ou inferente por uma ou outra pista indireta.

No entanto, a reconstituição temporal nem sempre é possível, na medida em que vem a ser inútil para certos casos de anacronia extrema. Nas narrativas clássicas, por exemplo, o discurso narrativo nunca verte a ordem dos eventos sem sua menção: quando um segmento narrativo começa com uma indicação como “Três meses antes,...”, é preciso levar em conta que esta cena começa depois da narrativa, e que se supõe que se repita na história. Assim, a relação de contraste ou

de dissonância entre si é básica para o texto narrativo, suprimindo esta relação pela eliminação de um destes membros que não apenas se mescla ao texto, como também o anula.

Genette (idem, p. 35) destaca, então, que seria falacioso afirmar que as anacronias seriam uma invenção das narrativas contemporâneas, já que elas, como recurso, remontam a tempos antigos. Ele salienta também que a distinção entre anacronias subjetivas e objetivas não é uma questão de temporalidade, mas sim proveniente de outras categorias que, posteriores a essas formulações estruturalistas. Neste sentido, Terry Eagleton comenta estes estudos de Genette:

[...] em seu *Dicours Narratif* (1972) estabelece uma distinção entre *récit*, considerada com a ordem real dos sucessos do texto, *histoire* ou sequência em que esses sucessos “realmente” ocorreram e narração, para referir-se propriamente ao ato de narrar. As duas primeiras categorias equivalem à clássica distinção formalista russa entre “argumento” e “história” [...] (EAGLETON, 1988, p. 67, tradução nossa⁵⁵).

Genette (1983) classifica o ato de narrar em cinco categorias, quanto ao tempo anacrônico, sendo que Eagleton (1988) também traz comentários a respeito deste recurso narrativo. A *ordem temporal do relato* pode ocorrer por antecipação (prolepse), retomada (analepse) ou pela complexa discordância entre entre “história e argumento”. A *duração* refere-se ao modo como o relato omite ou estende as passagens, bem como cria pausas entre si. A *frequência* permite perceber se um fato ocorre uma ou várias vezes, considerando fatos que se repetiram, mas que foram mencionados apenas uma vez. A *disposição* está subdividida em dois focos de análise: “distância”, preocupada com a relação entre a narração – que leva em conta se o relato ocorre em estilo direto, indireto ou indireto livre – e seus materiais – que servem para uma referência (diegese) ou representação (mimesis) da história.

A *perspectiva* ou *ponto de vista* divide-se em: “relato não focado”, quando um narrador onisciente, alheio à situação, apresenta a história, equiparando seus conhecimentos ao das personagens; “relato bem focado internamente”, quando uma personagem está situada, em posição fixa, posições variáveis ou no ponto de vista de vários personagens, tendo maior conhecimento da história do que as demais; e “relato com enfoque externo”, em que o narrador sabe menos do que as

⁵⁵ En su *Discours narratif* (1972) establece una distinción entre *récit*, al cual considera como el orden real de los sucesos del texto, *histoire* o secuencia en que esos sucesos “realmente” ocurrieron y narration, la cual se refiere propiamente al acto de narrar. Las dos primeras categorías equivalen a la clásica distinción formalista rusa entre “argumento” e “historia” [...].

personagens. A voz é a última categoria, apontada por Genette, do ato de narrar, referida ao próprio ato de narrar e à classe do narrador e do narrado; na voz, há várias combinações possíveis entre o “tempo do relato” e o “tempo narrado”, os acontecimentos podem ser referidos antes ou depois de acontecerem ou, ainda, simultâneas aos acontecimentos, fenômeno típico do gênero epistolar.

Na narrativa de *PePETELA*, a personagem ficcionalizada, Cerveira Pereira, ao expor suas lóstimas e seus rancores, prepara ao leitor sobre as adversidades que outras personagens viriam a sofrer:

Olhei para o guarda, na esperança de que conseguisse memorizar tudo o que ouvia. Eu estava a falar para o novo governador, como era óbvio, Gaspar servindo só de pretexto. Humilhou-me, mandando prender à frente de todos. Pois ficava a saber do meu desprezo e da praga que lhe rogava. Mal sabia ele, verde nos mistérios desta terra, como as pragas se realizam facilmente em chão angolano. Basta ouvir as histórias das velhas, como me contaram. Gaspar Álvares tinha agora o rosto mais desanuviado, pois percebeu a minha intenção e também o divertia enriquecer o relatório oral do chefe da guarda (PEPETELA, 2012, p. 128).

No momento em que o narrado expõe a expressão “mal sabia ele que”, adianta que algo negativo ou trágico irá ocorrer. Eis uma anacronia denominada prolepse. Neste sentido, os estudos pós-estruturais de Genette permitem uma maior compreensão temporal da narrativa. Esse entendimento é aplicável desde narrativas épicas, passando por romances históricos do século XIX até as narrativas contemporâneas, cujos autores utilizam combinações estilísticas de narrativas anacrônicas com ideológicas de ucronias, distopias e ficcionalização de personalidades registradas pela História.

3.6 UM HERÓI DE PELE NEGRA E MÁSCARA BRANCA

Para análise das características psicológicas deste herói, levam-se em conta estudos sociais do negro antilhano Fanon (2008), que atuou como psiquiatra na Argélia ao final da colonização francesa no Norte da África, durante a década de 1960. Também serão trazidos apontamentos do indiano radicalizado na Inglaterra Bhabha (1998), leitor de Fanon, citando-o diretamente em seus trabalhos sobre cultura e identidade.

Carlos Rocha é uma personagem negra, com ascendência mestiça de colonizadores portugueses. Ele tem a oportunidade de ser alfabetizado entre os missionários jesuítas, assimilando sua religiosidade cristã. Seu pai é traficante

negreiro, o que confere certo *status* à família Rocha na sociedade luandina da primeira metade do século XVII. A partir da situação inicial, há um conflito com seu pai, Sebastião, como será visto mais adiante. O herói, então, deixa sua mãe, inonimada na narrativa, e leva consigo a arma e o escravo que seriam propriedades paternas. Não há planejamento para sua fuga, apenas parte em direção ao sul. Nessa jornada, Carlos e Mulende vão encontrando várias pessoas, como Andrew Battell, o inglês louco, que, apesar do estranhamento inicial, se torna amigo de Carlos. Battell lhe conta suas façanhas, seus feitos, causos que parecem inverossímeis, mas alguns que Rocha vem a ver serem verdade, como os jovens jagas e os dados referentes à Baía da Torre, rica em minérios.

Nzuzi, bisavó de Carlos, vinha de uma família de ferreiros, cuja profissão era “de estirpe importante, pois detentora de poderes sobre o fogo e o ferro, ambos possuídos pelo espírito da poderosa cor vermelha, como as armas e a guerra” (PEPETELA, 2012, p. 23). Esse status dentro da sociedade lhe conferia histórias de senso comum e boatos de que ela tinha origem nobre e que havia mantido um relacionamento com Diego Cão. No entanto,

Carlos Rocha não sabia se seu bisavô era o Cão ou outro navegador qualquer, mas uma coisa sabia, sua bisavó nunca fora princesa nenhuma, antes filha e sobrinha de ferreiro, profissão aliás de estirpe importante, pois detentora de poderes sobre o fogo e o ferro, ambos possuídos pelo espírito da poderosa cor vermelha, como as armas e a guerra. De cores entendia, sobretudo da sua, o vermelho (idem, p. 23).

A verdade é que o avô de Carlos Rocha era um mulato chamado Xavier, que nasceu em Soyo e cresceu em Mbanza-Kongo:

[...] depois de se tornar capitão-mor e governador em exercício, avançara contra o soba Kafuxi, um dos mais fortes e temidos nas cercanias de Kambambe, onde estavam as minas de prata. Derrotou-o em batalhas sucessivas. Com essa vitória, não só se aproximou das montanhas da prata, como fez milhares de escravos. E, importante consequência, mereceu o respeito do grande Ngola Kiluanji, pois o Kafuxi há muito recusava obediência ao rei do Ndongo. Agora os homens do governador construíam a fortaleza em Kambambe, para onde voltaria em breve, depois de despachar os assuntos que requeriam a sua presença em Luanda. Em seguida, era só apanhar prata. A maior parte para ele, uma pequena parte para o rei (ibidem, p. 13).

Já o pai de Carlos, Sebastião ou Mbaxi, era muito calado e teimoso, desde criança. Por essa razão, deram-lhe o apelido de Rocha, que veio a ser seu sobrenome. Coordenado por um português chamado Mexia, ele saiu de casa jovem em direção ao interior do país, com a função de cambiar sal por escravos. Porém, este português o explorava, assim como fazia com seus outros subalternos. Então,

Sebastião lidera uma revolta que tem o apoio de seus companheiros. Nessa rebelião, conseguiram abandonar Mexia no mato, à própria sorte, e vender os escravos, cujo lucro foi dividido entre os revoltosos.

Quem olhasse para Carlos Rocha não diria, este homem tem sangue de branco. Escuro e de cabelo carapinha. Os lábios menos grossos talvez servissem de pista. Mas há negros de lábios finos. Carlos Rocha, querendo, poderia se vangloriar de ascendência europeia, no caso de isso servir para alguma coisa, na altura dos factos narrados e ainda agora. Com efeito, o seu bisavô era um dos capitães de Diogo Cão, na primeira viagem de europeus à foz do rio Kongo, em 1482. À boca pequena se dizia ter sido, não um oficial, mas o próprio navegador Diogo Cão que pusera barriga numa princesa do reino, princesa do Soyo. (idem, p. 22) MAJOR [...] uma ponte onde o “fazer-se presente” começa porque capta algo do espírito de distanciamento que acompanha a relocação do lar e do mundo – o estranhamento – que é a condição das iniciações extraterritoriais e interculturais. Estar estranho ao lar não é estar sem-casa; de modo análogo, não se pode classificar o “estranho” (BHABHA, 1998, pp. 29-30).

O herói, assim, se desloca em direção ao estranho. No entanto, esse mundo que lhe é externo o abriga; não o deixa à deriva, pois ele estabelece novas relações extraterritoriais e interculturais. Durante sua relocação territorial, Carlos conhece sua amada Kandalu, forma novas amizades com os jagas e com Andrew Battell, conhecido como “Inglês Louco”. Seus espaços sociais e privados, no momento em que conhece kandalu, fundem ou confundem-se, tornando-se parte essencial um do outro. Esse momento “do estranho relaciona as ambivalências traumáticas de uma história pessoal, psíquica, às disjunções mais amplas da existência política” (BHABHA, 1998, p. 32). Ressalta-se que essa é uma reflexão estabelecida entre a análise da personagem, ponderando os estudos de Bhabha, sobre vidas estranhas e a literatura do reconhecimento:

Embora o “estranho” seja uma condição colonial e pós-colonial paradigmática, tem uma ressonância que pode ser ouvida distintamente – ainda que de forma errática – em ficções que negociam os poderes da diferença cultural em uma gama de lugares trans-históricos (BHABHA, 1998, p. 30).

Esta é uma situação que é estranha a Carlos Rocha, pois a fuga lhe força uma visão divisora e desnorteadora. Pepetela cria essa personagem que, ironicamente, não se desloca para o norte, e sim, para o Sul, pois nortear-se seria sinônimo de encontrar-se. Logo, seus antônimos seriam perder-se, desnortear-se, ir à direção contrária. À medida que há o deslocamento,

[...] privado e público, passado e presente, o psíquico e o social desenvolvem uma intimidade intersticial. É uma intimidade que questiona as divisões binárias através das quais essas esferas da experiência social são frequentemente opostas espacialmente. Essas esferas da vida são ligadas através de uma temporalidade intervalar que toma a medida de habitar em

casa, ao mesmo tempo em que produz uma imagem do mundo da história. Este é o momento de distância estética que dá a narrativa uma dupla face que, como o sujeito sul-africano de cor, representa um hibridismo, uma diferença “interior”, um sujeito que habita a borda de uma realidade “intervalar”. E a inscrição dessa existência fronteiriça habita uma quietude do tempo e uma estranheza de enquadramento que cria a “imagem” discursiva na encruzilhada entre história e literatura, unindo a casa e o mundo (BHABHA, 1998, p. 35).

Por meio de Carlos Rocha, Pepetela reconstrói a História de Angola no período inicial da colonização portuguesa. Centrado nessa personagem, o autor apresenta o sofrimento do colonizado e a destruição de sua cultura proporcionados pela subjugação econômica e política do sistema mercantilista que ainda estava em suas primeiras configurações.

Nesse contexto, Carlos Rocha precisa fugir ao longo de toda narrativa. Ele foge por medo de que o governador português Manuel Cerveira ordene sua venda como escravo, assim como faria seu próprio pai. Esta é uma representação do medo dos africanos ante à escravidão, do medo de ser escravizado não apenas pelo colonizador branco, mas também por chefes locais e comerciantes igualmente negros. Convém ressaltar que os portugueses seduziam os africanos com a venda de armas fogo, para incentivá-los a ingressarem na caça de seus conterrâneos:

“Aqui tem gente de mais (sic) [...]. Se eu puder ter armas boas a troco de escravos, porquê [sic] não vou vender? Só comer? A carne de pessoa é boa para certos momentos, não deve ser a comida de todos os dias” (PEPETELA, 2012, p. 182).

Dessa forma, as armas eram empregadas como aparelhos de sedução. Em muitos episódios, o comércio ocorria por meio do provimento produtos manufaturados, como tecidos, espelhos e missangas que os navios portugueses vindos de Luanda traziam:

[...] os portugueses entram de mansinho, com os padres, as missangas, alguns panos e muitas promessas de amizade e boa vizinhança. Depois compram muito barato os escravos e o marfim e mandam tudo para o outro lado do mar. Verás, o que eles te dão são missangas.
- Preciso de armas.
- Esquece. Nunca te vão dar. Não deram no Kongo, não deram no Ndongo, não deram nos jagas... as armas são a força deles contra nós (idem, p. 292).

As considerações de Carlos Rocha apontam para a inserção dos africanos num campo de dominação econômica e cultural. Ele relata a Ebo-Kaluna, personagem que é chefe da aldeia Ambuela, a *modus operandi* da colonização portuguesa em África. Os portugueses, nesse processo, proporcionavam-lhes a sensação de autonomia, poder e liberdade, cujo preço era a submissão e subjugo

político, social e cultural. No entanto, Carlos Rocha traz incorporados símbolos da cultura ocidental europeia, como a língua portuguesa falada e escrita, a religiosidade cristã e as vestimentas ocidentais, como calças e botas. Essa personagem pode ser considerada, assim, uma representação das novas identidades negras que se formavam logo nos primórdios da colonização em Angola. A explicação que Fanon (2008, p. 33) traz para isso é que “O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial”.

O pensador antilhano se aprofunda nesta questão, alegando que todo povo colonizado toma posição diante da linguagem da cultura metropolitana, que se diz civilizadora. No entanto, o colonizado sepulta sua originalidade cultural, produzindo em si um complexo de inferioridade em relação à cultura do colonizador. Assim, “quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será (FANON, 2008, p. 34). Esta incorporação cultural tornou a compreensão de si e do outro um tanto confusas para o entendimento para aqueles que vivenciaram esse processo:

- Como faço para ficar com Kandalu? Pago o quê ao tio dela ou à família? Tenho de a pedir a Imbe Kalandula?
- Queres Kandalu para mulher?
- É isso que estou a dizer.
- [...]
- Fizeste bem em falar comigo. Primeiro tens de saber se ela te quer para marido. Pode só querer experimentar como é um branco...
- Não sou branco, sou da tua cor.
- Está bem, és da minha cor mas és branco, até andas de botas. Não interessa. Fala com ela. Se quiser, então deves falar com a família. Tens de pagar alembamento (PEPETELA, 2012, p. 179).

Vale destacar que Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas* estabelece um estudo a partir de suas experiências de contato entre a colonização francesa sobre as Antilhas e Argélia. No entanto, seu método de análise é aplicável a diferentes processos de dominação por meio da subjugação cultural. Neste sentido, “o negro que viveu na França durante algum tempo volta radicalmente transformado. Geneticamente falando, diríamos que seu fenótipo sofreu uma mutação definitiva, absoluta” (FANON, 2008, p. 35).

É o que acontece com a personagem de Pepetela, Carlos Rocha, que tem formação na cidade, que o transformou em “quase branco”. Essa personagem

corresponde ao neto de um mestiço entre um português e uma negra. Sua formação se dá entre os jesuítas que não apenas lhe ensinaram a Língua Portuguesa, como também a religiosidade, os valores cristãos e as roupas e ações ocidentais. Fanon leva à compreensão desse processo, em que o negro não mais se satisfaz com seu isolamento:

[...] a preocupação permanente em atrair a atenção do branco, esse desejo de ser poderoso como o branco, essa vontade determinada de adquirir as propriedades de revestimento, isto é, a parte do ser e do ter que entra na constituição de um ego. [...] A atitude revela a intenção. A retração do ego como processo bem-sucedido de defesa não é viável para o negro, pois ele precisa da sanção do branco (idem, p. 60).

O narrador apresenta essa preocupação de Carlos Rocha em agradar aos brancos. “António Dias Mossungu, comandante-geral das guerras pretas, quase tão importante como um capitão branco, um dia dissera [...] vou levar o seu filho Carlos comigo, pode dar um bom soldado” (PEPETELA, 2012, p. 28). Ele estudou a possibilidade de ser soldado, mas escolheu estudar com os jesuítas, pois seria padre “era uma boa profissão, se fizesse parte de uma casa respeitável como era a Companhia de Jesus. Claro, havia alguns jesuítas que também traficavam, pelo menos se dizia na cidade” (PEPETELA, 2012, p. 29). Outra possibilidade era caçar elefantes, já que ele tinha um mosquete, arma utilizada pelos brancos. As intenções de Carlos, ao projetar sua profissão a partir do que o branco traz, revelam o discurso, que diz: “ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente” (FANON, 2008, p. 60). Além disso, ser como branco é ter um escravo, no caso de Carlos, Mulende.

Ao deslocar-se, ou desnortear-se, que o acompanha é Mulende. O acompanhante é, na verdade, “um escravo que lhe pertencia por oferta do Mbaxi, nos tempos de fartura e generosidade” (idem, p. 31). Sobre a escravidão,

[...] a desgraça do homem de cor é ter sido escravizado. A desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o homem em algum lugar. Consiste, ainda hoje, em organizar racionalmente essa desumanização (FANON, 2008, p. 190).

Contudo, na relação entre Carlos Rocha e Mulende, não há como estabelecer um discurso de superioridade racial. De fato, os dois eram de cor negra, mas, como visto anteriormente, Carlos possuía como arma primordial o discurso branco, que justificaria a posse de um escravo. Assim, o primeiro exigia tratamento de submissão e respeito do segundo e que, mesmo assim, esse fato não impedia que mantivessem uma relação de lealdade e sinceridade entre si, na qual

ambos se consideravam amigos. Mulende havia aprendido durante a vida que escravo só deveria perguntar ao seu senhor o extremamente necessário, pois tinha a consciência de que “os donos de escravos, mesmo os melhores cristãos, têm reações imprevisíveis, geralmente violentas. E a cor do dono não significa nada” (PEPETELA, 2012, p. 32).

Mulende fugiu com seu dono, que era cerca de cinco anos mais velho, de Luanda. A relação entre eles estava mais para amigos do que senhor e escravo. Apesar do vínculo de amizade entre ambos, o servo mantinha seu comportamento típico de um subalterno, na medida em que se revelava tímido, discreto e obediente, como um escravo deveria ser. Dessa forma, ele seguia seu dono “parecendo muito infeliz, mais calado que o fruto de maboque, fechado como ele na dureza da sua casca” (idem, p. 48).

Esse rapaz se encontrava em Luanda há mais de três anos. No entanto, ele não se sentia seguro no meio do mato, de onde havia sido capturado. Talvez isso ocorresse porque, conforme Fanon (2008, p. 34), “há a cidade, há o campo; há a capital e a província. Aparentemente o problema dessa relação é o mesmo em toda parte”. A região de onde Mulende viera provavelmente era mais no centro do território de Angola, pois compreendia Kimbundo, ao contrário da mãe de Carlos Rocha, que veio do extremo-leste. Ele também aprendeu Língua Portuguesa depois de escravizado e era com esta língua que conversava com Carlos Rocha, que lhe contava seus segredos e suas dúvidas. Apesar da fidelidade e amizade entre eles, havia também a relação de senhor e de escravo, sendo que

[...] o homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana (FANON, 2008, p. 180).

Assim, convém recordar que, por ser escravo, Mulende se demonstrava inseguro e pessimista ante às decisões de seu amigo e dono Carlos, de quem discordava muitas vezes. Apesar das discordâncias, ele o acompanhava em diferentes momentos e lugares, inclusive ao embrenhar em território dos jagas, temidos por serem considerados canibais. E é justamente neste espaço hostil onde ele se apaixona por uma jovem chamada Muhongo, mas cujo relacionamento, pelas adversidades da fuga, não é possível ser levado adiante. Ao final, ele conhece outra

moça com quem se casa e tem uma filha, passando a viver com ela, sendo vizinho de Carlos, ao Sul, região do Sombreiro.

Na margem sul do rio Cuvo, havia um acampamento jaga liderado por Imbe Kalandula. Os jagas eram temidos por sua formação guerreira. Eles eram “hordas de guerreiros que se aliavam por vezes aos portugueses, outras vezes aos reis do Ndongo ou do Kongo, ou eram pura e simplesmente hordas independentes” (PEPETELA, 2012, p. 32). Sua fama era tanto, que “povoavam os piores pesadelos dos brancos e mesmo dos chefes aliados aos portugueses” (idem, p. 29). Além dessa formação guerreira, eles eram canibais: “atacavam quem mexesse. Diziam que para os comer, pois praticavam o canibalismo (loc. cit.).

Por essas características, Carlos Rocha demonstra grande desconfiança e temor ao povo jaga, cujas fronteiras étnicas se tornavam dúbias, de difícil definição:

[...] outros chamavam yakas ou imbangala ou benguelas ou... ou... Tantos nomes, todos para significarem o mesmo terror de gente cortada às postas e cozida numa panela enorme [...], As mulheres tinham um sítio em separado e os relacionamentos eram abertos, pois “os jagas não eram ciumentos” (idem, p. 179).

Para os casamentos, os homens deveriam oferecer um alembamento, em que um escravo de outra tribo deveria ser sacrificado em cerimônia antropofágica:

Falei com Kandalu, uma noite. Tinha de partir e não queria deixá-la. Mas não dava para casar de repente, falta de alembamento, falta de tempo para arranjar alembamento [...] Ela estranhou, então não tens bens para oferecer? E não és capaz de caçar uma pessoa? Sim, podia, mas não tinha tempo, já íamos partir (PEPETELA, 2012, p. 182).

Assim como os homens, as mulheres “também aprendiam a combater para servirem em caso de alguma emergência. E eram todas bravias quando se zangavam” (p. 178). Dentre essas mulheres, havia Kandalu, com quem Carlos Rocha tem um filho, após se apaixonar por ela:

[...] a jovem de mamas redondas e duras seios sempre à mostra, como era tradição, pois lhes bastava uma saia curta de ráfia ou de pele de animal e alguns colares ou braceletes [...]. Na barriga, Kandalu tinha uma escarificação representando um lagarto estilizado (idem, p. 177).

Seu nome significava “«fogo pequeno»», um fogozinho, um foguinho” (p. 179). Igualmente ao espírito de formação guerreira, Kandalu adquire o gênio de sua tribo: “virava onça, dentes e olhos a faiscar de raiva. [...] Era destemida para saltar de rochedo em rochedo, atravessar rios, caçar animais perigosos, subir às mais altas árvores. Não tinha dúvida, poderia combater com várias armas” (IBidem, p. 178).

A sobreposição cultural fica clara em seu pensamento, enquanto planeja o futuro com Kandalu: “mais tarde, devagarvagar (sic), haveria de lhe ensinar a ser contra o hábito de comer carne humana, porém ainda era cedo para utilizar o argumento moral” (ibidem, p. 182). À medida que Carlos Rocha, acompanhado de Mulende, dribla as aparentes hostilidades dos jagas, estabelece muitos vínculos de amizades nesta tribo. Um deles é Undu, que:

[...] aparecia como um ser muito curioso aos olhos de Carlos. Não escondia o fascínio por ele exercido e sobretudo pelo mosquete. Preferia a sua companhia à dos próprios parentes. Revelava porém constantemente tremenda discordância com os gestos e opções de Rocha. Discordância muda, mas real. Um crítico implacável. Em caso de cisão iria para o lado de Mbombe e dos outros jagas, não devia haver ilusões (op. cit., p. 297).

A princípio, Rocha desconfiava que esse jovem o acompanhava seguindo ordens de seu líder. Contudo, Kandalu lhe conta que ele o seguia apenas por admiração aos jeitos da cidade, como o modo de agir, falar e se vestir. Havia também Muhongo, a das mamas pontiagudas e escarnificação em losangos, que era como uma irmã de Kandalu. Ela se relaciona com Mulende. Carlos relata que os dois amigos passam então pelo mesmo dilema: “eu estava pronto para a partida, apenas com um senão: Kandalu. E o mesmo mambo afetava Mulende, apaixonadíssimo por Muhongo” (idem, p. 182). No entanto, Muhongo não aprendeu a demonstrar afeto por ninguém, diferente de Kandalu. Isto se torna evidente quando Carlos reflete sobre as duas amigas, comparando os relacionamentos:

Kandalu [...] não fora bem-educada, pois gostava de ser amada por mim, coisa quase impossível para uma jaga, como Muhongo ou Kafeka, ambas com a mesma trajetória dela e comportamentos diferentes [...] Muhongo, segundo confidências de Mulende, não gostava sequer de conversar com ele, aceitava fazer sexo, tratava da comida, pronto, parava aí o relacionamento (PEPTELA, 2012, p. 193).

Por essas diferenças temperamentais, Kandalu acompanha Carlos Rocha em sua jornada, mas Muhongo escolhe ficar entre os jagas, deixando Mulende. Além disso, ela reprovava a forma como Carlos e Kandalu se relacionavam e, sobretudo, como lidavam com o filho que esperavam. Na verdade, praticamente todos do grupo não concordavam com essa relação, principalmente durante a gravidez de Kandalu, pois as mulheres da tribo aprenderam que “uma mulher jaga anda sempre sozinha, mesmo se está prestes a parir” (idem, p. 297).

Durante a ida para o sul, o líder Imbe Kalandula arranjou vinte guerreiros para acompanhar Carlos e Mulende. “O grupo seria liderado por um chefe chamado Mbombe, o qual tinha privilégios especiais e por isso obtido consentimento de levar

a mulher, Kafeka” (ibidem, p. 182). Kafeka, amiga mais velha de Kandalu, a acompanhou por ter experiência com a gravidez, para ajudá-la na gestação e durante o parto. Contudo, sua função não era apenas dar à luz a criança, mas também matá-la por sufocamento, pois era tradição entre os jagas não estabelecer vínculo genético entre si, e sim por criação de crianças raptadas de outras tribos. Esse ensinamento aparece no diálogo entre Carlos e Kandalu, que lhe explica o ritual de sacrifício do filho:

- Ele nunca será da minha família. Quase nem vai respirar, só um pouco. Ou eu ou Muhongo ou Kafeka, uma de nós aperta-lhe logo o pescoço quando ele nascer e deixa de respirar. Assim deve ser. A minha família não aumenta. Carlos Rocha se afastou dela num repelão. Horrorizado, entendeu o que lhe tinham ensinado, os jagas não guardam os próprios filhos, são mortos à nascença. Se quiserem uma prole, atacam aldeias, matam os pais e ficam com as crianças. Naturalmente, Kandalu reagia como lhe ensinaram durante toda a vida. Por isso a sua indiferença ao ser que trazia na barriga (ibidem, p. 250).

Ravenstein, em 1901, compila as trajetórias do britânico Andrew Battell. Convém mencionar que esta personagem histórica aparece ao longo de grande parte da narrativa e será analisada mais adiante. O que interessa aqui é que, nos relatos de Battell, o infanticídio dentre os jagas é mencionado:

As mulheres são muito férteis, mas eles não gostam de nenhum de seus filhos: pois assim que a mulher tenha dado seu filho à luz, este é imediatamente enterrado [vivo], de modo que não haja uma criança criada por toda esta geração. Mas, quando tomam qualquer cidade, eles raptam os meninos e as meninas de treze a quatorze anos, para tê-los como seus filhos. Mas os homens e as mulheres eles matam e comem. Quanto ao pequenos meninos, estes são treinados para a guerra, pendurando um colar em seu pescoço para uma desgraça, que nunca é retirado até que se confirme ser um adulto, trazendo a cabeça de um inimigo para o general. Em seguida o colar é retirado, tornando-se um homem livre [...] em todo acampamento havia somente doze jagas naturais que eram seus capitães, e quatorze ou quinze mulheres. Há mais de cinquenta anos que eles vieram de Serra Loa, seu país natal. Mas seu acampamento chega a dezesseis mil fortificados, às vezes mais (RAVENSTEIN, 1901, pp. 32-33, tradução nossa⁵⁶).

⁵⁶ The women are very fruitful, but they enjoy none of their children: for as soon as the woman is delivered of her child, it is presently buried quick [alive], so that there is not one child brought up in all this generation. But when they take any town they keep the boys and girls of thirteen or fourteen years of age as their own children. But the men and women they kill and eat. These little /boys they train up in the wars, and hang a collar about I their necks for a disgrace, which is never taken off till he proveth himself a man, and bring his enemy's head to the General: and then it is taken off and he is a freeman, and is called Gonso or soldier. This maketh them all desperate, and forward to be free, and counted men : and so they do increase. In all this camp there were but twelve natural Gatjas that were their captains, and fourteen or fifteen women. For it is more than fifty years since they came from Serra de Lion, which was their native country. But their camp is sixteen thousand strong, and sometimes more.

Contudo, Carlos acompanha o nascimento de seu filho, consciente do que viria a ocorrer. Ele o pega no colo e impede que a parteira Kafeka o mate. Ela se irrita, alegando que precisa cumprir as regras. No momento em que é interrompida de cumprir sua função, deixa a gruta onde estava sendo realizado o ritual de nascimento e morte. Carlos Rocha, então, com o tempo consegue mudar as tradições a que Kandalu fora submetida, afastando-a do infanticídio e do canibalismo, práticas culturalmente condenadas pelo pensamento ocidental cristão.

Kafeka e Kandalu representam a resistência cultural, pois não aceitam ou não concordam com pensamentos e ações trazidos pelos brancos. Contudo, assim como Carlos, Kandalu se ocidentaliza ao acompanhá-lo em direção ao Sul, em um afastamento não só territorial, mas também cultural. Eles tornam-se negros sob uma máscara branca.

No quinto capítulo, o narrador apresenta os pensamentos de Carlos Rocha, confuso quanto a seu nacionalismo, devido à conjuntura política naquele momento:

Era tudo muito complicado. O mais próximo de uma pátria, no sentido dos brancos, que Rocha reconhecia, seria talvez o reino do Ndongo. Mas não lhe pertencia, até podia ser considerado inimigo dos Ngola, mesmo se involuntariamente. E o mais certo era ser feito escravo por algum português ou pumbeiro de português tendo autorização de negociar nas terras de Ngola Kiluanji ou por algum soba ou sobeta com necessidade de dar um presente ao rei (PEPETELA, 2012, p. 45).

Essa falta de uma referência nacional nos primórdios da colonização é retratada, assim, por Pepetela. O escritor apresenta personagens que sofrem por uma espécie de crise de identidade, pois, como viu-se nesta seção, havia uma série de reis e governantes de diferentes origens, tribais ou europeias, que disputavam o território africano. Havia um rei português fortemente católico, mas que desapareceu. Substituiu-o um rei espanhol, fazendo com que as colônias portuguesas, dentre elas Angola, viessem a ser subcolônias da Espanha. Com a decadência do Império Português e as dificuldades encontradas pelos espanhóis para administrarem território tão vasto, fez emergir novas potências marítimas, como os mercenários holandeses e a expansão inglesa, liderada por Elizabeth I, cujos conterrâneos começaram a também circular por diferentes zonas africanas, dando início a sua exploração, que duraria séculos.

Mas havia também outros elementos, além dos políticos, que tornavam dúbias a identidade sobre o território angolano entre os séculos XVI e XVII. Um dos elementos que garantiu a dominação dos portugueses sobre territórios africanos foi

a dominação indireta. Essa dominação ocorreu por meio da imposição religiosa, sendo seus líderes de fundamental importância para a integração territorial. Pepetela (2012) os insere, por essa razão, entre as personagens ficcionais, possibilitando a construção de um discurso que visa à representação da mentalidade daquela época.

A saga de Carlos Rocha, se levar em conta sua trajetória, corresponde ao gênero romanesco de aventuras. O herói precisa se deslocar de seu local de origem e, conseqüentemente, de seu cotidiano, por um conflito, neste caso, com seu pai, para enfrentar uma série de desafios ao longo do desenvolvimento da narrativa. É necessário, de sua parte, astúcia, perspicácia e coragem, para solucioná-los. A exemplo disso, depois de que o Governador Cerveira foi preso, Carlos decide vender os bens que usurpou de seu pai, para voltar a Luanda, utilizando-se de informações fornecidas por Andrew Battell. O ponto de maior tensão é a partida da tribo de jagas, quando negocia com o líder do grupo, Imbe Kalanduga, que lhe forneceria homens para acompanhá-lo. É o momento em Carlos se apaixona por Kandalu, em que os dois enfrentam o dilema anteriormente mencionado de sacrificar o filho, ou não, conforme as tradições. A solução, ou o desfecho, está no exílio ao Sul, em lugar seguro, ainda que próximo dos domínios de Cerveira.

3.7 SIMÃO DE OLIVEIRA: O TESTEMUNHO DE UM RELIGIOSO

O livro começa com a narração do Padre Simão de Oliveira que, no primeiro capítulo, conta sua história para denunciar governadores e ordens religiosas envolvidos em lutas pelo poder nos princípios da colonização de Angola. Ele declara logo nos primeiros versos, para demonstrar sua ojeriza ao capitão do exército Manuel Cerveira Pereira, que subiu de posto a capitão-mor até chegar, em 1603, ao cargo interino de governador de Angola.

Seguindo na classificação de Friedman, o NARRADOR-TESTEMUNHA dá um passo adiante rumo à representação do narrado sem a mediação ostensiva de uma voz exterior. Ele narra em 1ª pessoa, mas é um “eu já interno à narrativa, que vive os acontecimentos aí descritos como personagem secundária que pode observar, desde dentro, os acontecimentos, e, por tanto, dá-os ao leitor de modo mais direto, mais verossímil. *Testemunha*, não é à toa esse nome: apela-se para o testemunho de alguém, quando se está em busca da verdade ou querendo fazer algo parecer como tal (CHIAPPINI; LEITE, 1985, p. 37).

Neste sentido, o depoimento de padre Simão permite posicionar o leitor à contextualização narrada. Sua narração traz também críticas aos governadores e

aos padres, representantes da monarquia e da Igreja, que são igualmente criticadas. Essa manifestação de rebeldia contra o sistema em que vive o narrador pode ser esclarecida por sua origem judaica, cuja repressão e perseguição era estimulada pela Igreja Católica:

Sou sacerdote. De rito católico. A vida perigosa me fez assim. Talvez não o coração, mais de judeu. Entretanto, nestes pesados tempos dos bons reis Filipes de Espanha, quem quer ser judeu? Pior ainda, quem pode ser judeu? O meu prudente bisavô, de nascimento Jacob, mesmo antes de ser obrigado, mudou o nome de família para Oliveira e por isso me chamo Simão de Oliveira. Cristão novo, marrano, pois claro. Mas poucos o sabem. E a minha ordem aceitou o ingresso e formou-me despachadamente, iam fazer como?, dada a falta de vocações religiosas entre as linhagens peninsulares, todas atraídas pela fortuna das Índias e do Brasil, para aí enviando os rebentos mais prometedores, os outros vegetando pelos paços. Ou nas ruas (PEPETELA, 2012, p. 03).

Neste fragmento, Simão ironiza ao se considerar um cristão-novo e que, mesmo assim, foi aceito entre os franciscanos. Esta compreensão, contudo, torna-se difícil ao leitor na medida em que ele não tem pleno conhecimento do contexto histórico angolano. Não é possível em primeiro momento saber que foi Cerveira Pereira e o que ele fez de tão odioso durante sua permanência em Angola. O parágrafo seguinte dá uma dimensão de que Manuel Cerveira, fundador de Benguela, cometeu com aqueles que lhe estavam em desacordo: “[Manuel Cerveira Pereira foi] O maior filho de puta que pisou esta miserável terra. Pisou no sentido figurado e no próprio, pisou, esmagou, dilacerou, conspurcou, rasgou, retalhou” (idem, p. 03). A integridade desse conquistador é questionada em diferentes momentos:

“[...] Manuel Cerveira Pereira, ter nascido em Ponte da Barca, seja isso onde for no pequeno território junto da grande Espanha. Não tem real importância, mas mesmo esse detalhe, por mais insignificante que seja, pode ser falso. Tudo nele soa a falso” (ibidem, p. 04).

As exposições do Padre Simão continuam. Ele relata como Manuel Cerveira ascendeu ao poder, em 1603, a partir da morte do governador João Rodrigues Coutinho e de um capitão-mor espanhol que seria seu sucessor e que “apareceu apunhalado num ermo escuro, na subida da barroca, abraçado ao cato-candelabro, em Luanda” (op. cit., p. 7).

Simão de Oliveira retorna a dar seus relatos no Capítulo 23. Tanto no primeiro como no segundo momento, ele recorda com certa frequência os massacres que Cerveira Pereira havia cometido, ainda com o mesmo ódio inicial: “um miserável fidalgo de fraca linhagem, mas [com] ambição desmedida” (ibidem, p. 282). Convém salientar que esse recurso de retomada é uma anacronia que

Genette classifica como analepse, em que são trazidos elementos anteriores ao fato narrado para situar o leitor no contexto em que se desenvolve a narrativa⁵⁷.

Nessa segunda parte, Simão aponta as condições da Igreja Católica em Benguela e justifica os motivos que o levaram a fugir para o Brasil, dentre os quais está Cerveira:

Conclui seu “relato visceral, odiento, vingativo”, amaldiçoando o lugar: Considero terminada a minha missão nestas terras da Etiópia ocidental, do Kongo até aqui, onde só contraí doenças, não enriqueci como os meus pares mais afortunados, e até falhei em dar cabo do meu inimigo mortal, Manuel Cerveira Pereira, aliado do demônio. [...] Parto [...]. Se houver navio. Nos tempos livres hei de escrever cartas e relatórios para todos os lados, contando as malvadezas desse filho de Satanás com uma porca. Mesmo se for necessário ocultar o remetente, para não sofrer perseguições e vinganças mesquinhas, como só ele sabe inventar. Para terminar, eu, Simão de Oliveira proclamo S. Filipe de Benguela amaldiçoada para a eternidade, pois uma cidade (ou o que lhe queiram chamar) criada por tal criatura da corte do demo só pode ser azarada e enfeitiçadora. Todos os gafanhotos, lagartos, vermes, abutres e onças hão de cair sobre ela, dizimando a terra e os seus desgraçados habitantes. A praga está lançada (PEPETELA, 2012, p. 283).

Simão de Oliveira esclarece que, ao desertar para o Brasil, estaria livre da opressão da Igreja em território angolano. Apesar de possuir título de vigário, com essa fuga, se encontra livre do trabalho que lhe era imposto. Ele, com isso, acredita que poderia se libertar a batina sem temores ou remorsos, pois, no início de seu primeiro relato, ele era um sacerdote porque a vida perigosa o tinha feito assim, não o seu coração.

Um de seus colegas é o Frei António de Santos Estêvão, que atuara como bispo do Kongo de 1604 a 1608. “Frei António de Santo Estêvão, ainda muito recente em África, franciscano, era feroz inimigo dos jesuítas” (idem, p. 14). Assim como Simão de Oliveira, Estêvão considera que Manuel Cerveira Pereira não teria capacidade para assumir o poder de Luanda:

Aquele frei António também não é nada maleável nas suas posições, andou a falar [...] contra o Manuel Cerveira Pereira, toda a gente ouve tudo, além de ter escrito vários relatórios para a Europa sobre as tropelias deste traste (ibidem, p. 17).

Já Frei Manuel Batista é um franciscano que sucede a função do bispo Frei António de Santo Estêvão, permanecendo no cargo entre 1609 e 1620. Ele está em Luanda quando viria a falecer o nono governador, D. Manuel Ferjaz, em 1611: “e também ele suspeitou de algo estranho, pois declarou a um seu acólito franciscano

⁵⁷ Conferir o capítulo 4.3 – Anacronias no ato de narrar, nesta dissertação, p. 109.

que o cadáver. Cheirava a mandioca estragada” (PEPETELA, 2012, p. 198). Manuel Cerveira conhece o atual bispo do Kongo e de Angola, ao recebê-lo em seu gabinete. Alguns dias depois, é o governador quem visita o religioso, pois

[...] queria melhorar as relações com os franciscanos, embora estes até devessem estar gratos por lhes ter oferecido o terreno para o convento. Mas eram outros tempos e talvez ninguém se lembrasse da transmissão, ou até a atribuíssem a outra personalidade mais presente, portanto era importante estabelecer novas ligações e sólidas. Já sabia da preferência do bispo em ficar por São Salvador do Kongo, mas um dos objetivos era insistir com ele na mudança para Luanda (idem, p. 201).

Entretanto, as relações entre os dois não é boa. Há diferentes problemas que tornam incompatíveis as relações entre o bispo e os governantes, inclusive, com o rei do Kongo “e por isso frei Manuel Batista nunca mais pôs o pé em São Salvador, do que se queixou, amargo, ao rei Filipe, quando regressou de sua teimosa iniciativa a Portugal, anos depois” (ibidem, p. 204).

A propósito, o bispo, já no recato de Lisboa, atirou todas as responsabilidades para cima da figura detestada de Manuel Cerveira, o qual fazia perigar todas as boas intenções de Sua Majestade católica em África, mentindo nos relatórios, jogando as pessoas de bem umas contra as outras, beneficiando apenas os jesuítas e alguns comparsas de negócios, intrigando constantemente contra o rei do Kongo, um fiel irmão de Filipe III (loc. cit.).

Outro religioso é o padre Jorge Pereira. Este padre jesuíta, da Companhia de Jesus, é quem anuncia o oitavo governador de Angola: “logo se pôs aos gritos em Massangano dizendo que João Coutinho, antes de ir desta vida miserável, tinha deixado no seu escritório do presídio, fechado e lacrado, o nome do sucessor. E que este era Manuel Cerveira Pereira” (idem, p. 8). Este mesmo governador, em visita ao vigário bispo do Kongo, fala sobre o Padre Jorge Pereira, que se encontrava cego:

- Tenho um pedido a fazer-lhe, senhor vigário. Sobre o padre Jorge Pereira. Como sabe, ele tem acompanhado sempre as guerras. Está cego, totalmente cego. Se diz missa é porque sabe toda ela de cor. Não pode ler nada. E fica em grande perigo, cego por aqueles matos. Peço que acelere o seu regresso para Lisboa. É um ato de piedade cristã (op. cit., p. 15).

A conversa segue e o vigário comenta:

- Pobre padre Jorge Pereira, como tem sofrido. Agradeço a Sua Excelência preocupar-se com ele. É sem dúvida um dos nossos mais queridos e melhores companheiros. Já escrevi de facto para a Mesa da Consciência em Lisboa, com cópia para o senhor bispo e para a Companhia de Jesus. Aguardava apenas a autorização. Mas se o senhor governador acha haver até perigo de vida, e, portanto, urgência, seria melhor para ele vir já para Luanda e embarcamos-lo logo que tenhamos transporte e a saúde dele permita. Eu assumo a responsabilidade perante a Igreja (idem, p. 16).

O Superior dos Jesuítas é o Padre Pedro de Sousa, “o verdadeiro senhor da cidade, pelo menos no sentido espiritual e das finanças” (PEPETELA, 2012, p. 146). Este padre faz uma visita a Simão de Oliveira, que conta sobre a conversa que tiveram:

À despedida, o bom padre disse num sussurro que os meus amigos tinham sido impedidos de me ver. Ia pedir autorização para vir receber a minha confissão antes da viagem e então poderíamos conversar melhor. Tive vontade de rir, ao pensar no guarda, impedido de assistir à conversa. Se até os escravos eram obrigados ao batismo coletivo antes da travessia, para não morrerem em pecado, como me negariam o direito à confissão, a mim, católico de nascimento e tradição ancestral de linhagem? Sendo as confissões conversas exclusivamente entre padre e confesso, o guarda tinha de sair da sala, deixando-nos livres para trocar opiniões. Pedro de Sousa, além de um bom padre e meu amigo, era um astuto estratega (idem, p. 130).

O Jerônimo Vogado é o Reitor do Colégio dos Jesuítas, “superior a João Domingos na hierarquia da ordem, mas este não se deixava intimidar quando se considerava com a razão” (ibidem, p. 30). João Correia de Souza também pertence à ordem dos jesuítas, “que antes andava pelos matos a converter almas, bem como o reitor Vogado e demais eclesiásticos, todos muito animados com as notícias que lhes trazia da nova conquista” (op. cit., p. 292). Ambos são presos pelo décimo terceiro governador, João Correia de Souza.

Para compreender esses governadores ficcionalizados, apresentam-se alguns deles mencionados ao longo de *A Sul. O Sombreiro*.

3.8 MARGARIDA: UMA FLOR DA SAVANA

Margarida vem do latim *Margarita*. Seu significado original era o globo calcário que algumas ostras especiais produziam, sendo usada para designar a Pérola. Talvez por associação à delicadeza, margarida passou a nominar as flores do campo, principalmente as Compostas que brotam originalmente na Europa, Ásia e África. Chamada de *Daisy*, em inglês, de “Day’s Eyes”, ou seja, “Dia dos Olhos”, a mais comum no solo europeu é a *Chrysanthemum leucanthemum*. Dentre suas variações botânicas, há uma margarida em especial. Seu nome científico é *Osteospermum Muricatum*. É uma pequenina flor de múltiplas cores que germina apenas em zonas desérticas ao Sul de Angola, Namíbia e África do Sul; mas ela também recebe outros nomes, como *margarida-do-cabo* e, em idiomas africanos, *Kapokblommetjie*. Por ser uma planta desértica, possui cabos resistentes para

suportar ventos secos, sejam frios ou quentes, o que contrasta com sua leveza e aparente fragilidade. Ela destoa da paisagem árida que a circunscreve, chamando para si pequenos insetos que delas se alimentam, em troca de serem polinizadas.

Margarida. Este é o nome de uma personagem que, em primeiro momento destoa das demais na obra *A Sul. O Sombreiro*. De fato, é uma flor num deserto de personagens centrais masculinos. Ela floresceu em Angola, mas suas sementes são de Portugal, de onde seus pais saíram. Suas raízes a unem à história narrada não apenas pelo tempo e pelo espaço dos primórdios da Luanda colonizada por portugueses, mas também a um inimigo em comum às demais personagens ao longo da História: Manuel Cerveira Pereira.

No sétimo capítulo, esta é a única personagem feminina em primeira pessoa. Ela demonstra grande angústia ao descobrir que havia um segredo entre seus pais Rosa Antunes e André Velho de Sottomayor, Juiz e Ouvidor de Luanda:

[...] desse segredo, nunca partilhado com mais ninguém, nem com a Nelinha, a irmã que me segue na idade, dificilmente me desembaraço. Talvez outra qualquer não lhe desse tanta importância e até justificasse as ações dos intervenientes. Mas eu não consigo esquecer ou sequer mitigar a dor infligida por tal descoberta [...]. Dói muito mesmo. No entanto, ficaria mais aliviada se o partilhasse com alguém? Um dia terei de o fazer, presumo, mas ainda estou para conhecer a pessoa merecendo tal confiança. Tem de ser muito especial, capaz de tudo deitar para trás só por amor de mim. Os meus irmãos são seres especiais e amo-os muito, como se deve, mas contar-lhes seria não partilhar um segredo, apenas passar-lhes a dor que sinto, sem a diminuir em mim. Que fiquem pois na ignorância, felizes, alegres, descuidados (PEPETELA, 2012, p. 72).

A narração de Margarida é gradual e catalizadora. Ela parece desviar do assunto a fim de não dizer aquilo que soube durante a discussão de seus pais. Porém, aos poucos, desfia a história de sua família, apresentando fatos importantes que permitem compreender assuntos já mencionados sem maiores detalhes anteriormente. Um desses fatos é a causa da ojeriza que seu pai, André Velho, sentia por Manuel Cerveira Pereira. Ela também demonstra desafetos por esse governador local. Esse desagrado transparece no momento em que relata como o tratou com indiferença quando ele a saudou com uma serenata. A narradora pressupunha que tal declaração era apenas para desonrá-la, com o objetivo de atingir a seu pai:

Cerveira, este bandido sem escrúpulos nem vergonha que ontem à noite veio com músicos tocar debaixo da minha janela. Debaixo também é exagero meu, pois ficou do lado de fora do muro. Chegou a declamar um poema de um seu tio, Diogo Bernardes, numa voz roufenha e quase a gaguejar. Os guardas perguntavam ao meu pai, que fazemos? E que podiam fazer? O meu pai disse, gozem da música, embora ele diga que é

música para a nossa querida Margarida, desfrutamos todos da música e a Margarida nem aparecerá para lhe agradecer (idem, p. 75).

A personagem segue seu relato, dizendo que não apareceu, sob a alegação de que Cerveira teria “nas mãos sangue de gente da Ericeira”, a terra que ela não chegou a conhecer, mas de onde sua querida mãe havia saído. Ela fala da contemplação da música tocada a sua janela, que se revelou mal tocada, pois o declamante “nem soube escolher os tocadores mais duros de dedos que os arcabuzeiros”.

Se me pretendia impressionar, só o fez pela negativa. Continuo a considerar esse homem sinistro, puramente sinistro. Sei, deveria respeitar o cargo que tem, o mais importante da colônia. Mas nisto estou com o meu pai, só respeito quem se dá ao respeito (ibidem, p. 76).

A verdade é que Margarida testemunhou o que Cerveira fez contra seu pai e contra todos que interferiam nos seus planos. Por essa razão, igualmente ao padre Simão de Oliveira, ela também questionava a integridade do governador: “[...] pois tudo o que dele venha mentira pode ser” (ibidem, p. 79).

O tempo de seu ato de narrar é essencialmente psicológico:

É o nome que se dá ao tempo que transcorre numa ordem determinada pelo desejo ou pela imaginação do narrador ou das personagens, isto é, altera a ordem natural dos acontecimentos. Está, portanto, ligado ao enredo não linear (no qual os acontecimentos estão fora da ordem natural (GANCHO, 2006, p. 25).

As confissões, ou desabafos, de Margarida começam extremamente formais e recatados, como toda mulher de “classe” deveria se portar. Porém, à medida que ela ganha intimidade e desabafa por escrito, em uma carta para si mesma, sua escrita se torna mais intensa, adquirindo um fluxo de consciência em que as frases passam a ser cada vez mais extensas, com pontuações e vocabulários menos elaborados. A certeza de que queimaria estes escritos depois lhe faziam escrever cada vez com mais intensidade, apontando as traições da mãe, a relação fálica do pai ausente, os desafetos com o governador e a saudade de Portugal que ela não chegou a conhecer.

Neste capítulo, ela é uma narradora-testemunha, vindo a ser uma personagem principal. De acordo com Ganho (2006, p. 33), “primeira pessoa ou narrador-personagem é aquele que participa diretamente do enredo como qualquer personagem, portanto, tem seu campo de visão limitado, isto é, não é onipresente, nem onisciente”.

[...] a performativa traz para o centro do palco um uso da linguagem anteriormente considerado marginal - um uso ativo, criador do mundo, da linguagem, que se assemelha à linguagem literária - e nos ajuda a conceber a literatura como ato ou acontecimento. A noção de literatura como performativa contribui para uma defesa da literatura: a literatura não é uma pseudo-declaração frívola mas assume seu lugar entre os atos de linguagem que transformam o mundo, criando as coisas que nomeiam (CULLER, 1999, p. 97).

A performance de Margarida demonstra grande sofrimento, à medida que se desenvolve. Isso é perceptível nas duas últimas páginas, uma vez que, a partir deste ponto, ela não demonstra mais se preocupar com a pontuação, escrevendo em parágrafo único. Nesse novo estilo de escrita, ela desabafa as traições de sua mãe e que seu pai biológico é outro, pois o juiz André Velho é estéril, compreendendo a razão de ela possuir olhos verdes, enquanto sua família paterna possuía apenas olhos escuros.

Além disso, qual é o homem, mesmo pai, que fala a sério com uma mulher, mesmo filha? Somos seres incapazes de grande reflexão, por isso eles preferem para conversas sérias os amigos das tabernas, ou os companheiros de guerra [...]. Talvez [meu pai] tenha razão e a minha educação seja deficiente, é bacharel e, pelo meu lado, só aprendi a ler e escrever toscamente algumas frases com a minha mãe (PEPETELA, 2012, p. 73).

O motivo de incluir um ente feminino como narrador-testemunha talvez seja dar voz às mulheres da colônia no século XVII. A forte religiosidade e a sociedade patriarcal marcavam aquele momento histórico, em que elas eram silenciadas em seu meio social e político que estava em plena formação. Este seria então o registro que catalisa uma típica família patriarcal de origem europeia em Angola que relega à mulher um papel inferior. Convém ressaltar que uma mulher, para ser considerada de família, deveria permanecer submissa ao pai e, depois, ao marido. Além disso, a educação feminina na Angola Colonial era limitada, principalmente, para as mulheres. Dentre as poucas que tinham o privilégio de serem alfabetizadas, a educação ocorria em espaços informais de ensino, graças a mães que estudaram na Europa, antes de residir na África:

A minha mãe, Rosa Antunes, tinha tido outras oportunidades, pôde estudar um pouco na sua juventude de Portugal, sobretudo música e costura. Também escrever e ler. Até aprendeu danças de corte, não apenas as dos bailaricos de largos nos dias santos. Talvez por ser de boa família, na região da Ericeira, terra onde meu pai a foi desencantar (PEPETELA, 2012, p. 73).

O que é possível inferir por meio dessa personagem é a expressão da resistência das mulheres brancas na Colônia. Elas estavam conscientes de que

corriam riscos ao buscar instrução e de instruir suas filhas, uma vez que a mulher estava fadada a aprender apenas afazeres domésticos, para cuidar do lar. A mãe de Margarida, Rosa Antunes, demonstra essas relações em que o letramento era restrito ao ambiente familiar.

Um mundo exterior hostil é interiorizado na personagem. Ela o despe aos poucos, transcendendo os absurdos da existência. O estilo, a linguagem e o discurso deste capítulo, assim, destoam dos demais, causando determinada estranheza ao leitor, ao passo que rompe com a expectativa de encontrar uma sequência narrativa pronta e clara, que reside na obviedade.

A personagem, ante este quadro demonstra uma depressão objetal, implicitamente agressiva, enquanto Cerveira lhe produz uma depressão narcísica, que está logicamente anterior à relação libidinal de desejo por Margarida. Esta relação de afetividade transcendental compete com os signos, modificando-os. Por este âmbito,

[...] a criação estética e notadamente literária, mas também o discurso religioso na sua essência imaginária, ficcional, propõem um dispositivo cuja economia prosódica, a dramaturgia dos personagens e o simbolismo implícito são uma representação semiológica muito fiel da luta do sujeito com o desmoraonamento simbólico. Essa representação literária não é uma elaboração, no sentido de uma "tomada de consciência" das causas inter e intrapsíquicas da dor moral; nisto ela difere da via psicanalítica que se propõe a dissolver esse sintoma. Entretanto, essa representação literária (e religiosa) possui uma eficácia real e imaginária, que depende mais da catarse do que da elaboração; é um meio terapêutico utilizado em todas as sociedades, em todas as idades. Se a psicanálise considera que ela o ultrapassa em eficácia, notadamente reforçando as possibilidades ideatórias do sujeito, ela também se obriga a se enriquecer, prestando mais atenção a essas soluções sublimatórias de nossas crises, para ser não um antidepressivo neutralizante, mas um contra-depressor lúcido (KRISTEVA, 1989, p. 30).

Para compreender como é representado o pensamento de Margarida, são trazidos alguns apontamentos de Ligia Chiappini e Moraes Leite:

O MONÓLOGO INTERIOR implica um aprofundamento maior nos processos mentais, típicos da narrativa deste século. A radicalização dessa sondagem interna da mente acaba deslançando um verdadeiro fluxo ininterrupto de pensamentos que se exprimem numa linguagem cada vez mais frágil em nexos lógicos. É o deslizar do MONOLOGO INTERIOR para o FLUXO DE CONSCIÊNCIA.

O FLUXO DE CONSCIÊNCIA, na acepção de Bowling, é expressão direta dos estados mentais, mas desarticulada, em que se perde a sequência lógica e onde parece manifestar-se diretamente o inconsciente, um "desenrolar ininterrupto dos pensamentos" das personagens ou do narrador" (CHIAPPINI; LEITE, 1985, pp. 66-67).

À medida que o leitor compreende que o cenário é o mesmo do restante da história e que há um inimigo em comum, o enigma é desvendado e o mundo

apresentado vem a ser compreensível dentro de uma realidade recortada no tempo e no espaço de Luanda da virada na primeira metade do século XVI. De igual modo, a experimentação linguística de Margarida direciona o leitor a um devir transcendental, em que a linguagem possui forma inconstante e efêmera. A reorganização das ideias se faz e se desfaz a cada enunciado, como margaridas ao vento, em campos primaveris com nuvens dispersas, que se movem sobre as flores.

4 CONCLUSÃO: A LITERARIEDADE DA OBRA

Muitas vezes se diz que a "literariedade" reside, sobretudo, na organização da linguagem que torna a literatura distinguível da linguagem usada para outros fins. Literatura é linguagem que "coloca em primeiro plano" a própria linguagem: torna-a estranha, atira-a em você - "Veja! Sou a linguagem!" - assim você não pode se esquecer de que está lidando com a linguagem configurada de modos estranhos. Em particular, a poesia organiza o plano sonoro da linguagem para torná-lo algo com que temos de ajustar contas (CULLER, 1999, p. 33).

A organização entre vários narradores e perspectivas de personagens produz uma polifonia de vozes que constituem uma realidade múltipla e anacrônica. As variantes temporais e os espaços da narrativa tornam-se difíceis de serem mensurados, semelhante às versões de uma história contada por diferentes pessoas. Com isso, há diferentes saberes, opiniões e interações ambientados em uma Angola Colonial regida por espanhóis. No entanto, a obra vai além dos romances realistas que utilizavam cenários históricos como mero panorama, sem que as personagens imaginárias intervissem de forma direta com personalidades registradas na História.

Vozes que se cruzam e entrecruzam, garantindo através de tal "movência"⁵⁸ a democratização do espaço narrativo, ou melhor, a oportunidade não apenas para aqueles já canonizados historicamente, como a personagem histórica Manuel Cerveira Pereira, mas para os que vivenciaram a história e não foram contemplados com suas perspectivas na escrita do discurso histórico hegemônico e assertivo (MARTINS, 2014, p. 121).

Convém recordar que a obra possui vinte e sete capítulos, sendo que dez são em primeira pessoa. Em dois desses capítulos, o político Manuel Cerveira Pereira toma a voz, para se defender das acusações que as outras personagens faziam de sua pessoa. Os demais capítulos, cujo foco narrativo está em terceira pessoa, contrapõe as ações e os pensamentos de Carlos Rocha e de Cerveira Pereira. Neste sentido, em entrevista com Pepetela, Raissa Pascal pergunta a ele se foi difícil criar a personagem do governador. Ele lhe responde:

Difícil mesmo foi não cair na facilidade de tratar como verdade tudo aquilo o que diziam dele. É claro que é um personagem, no mínimo, antipático, mas tentei não retratá-lo com a mesma má vontade dos registros deixados pelos inimigos dele. A forma foi, sobretudo, não pôr o narrador a contar os feitos dele, só de vez em quando. É uma forma para que ele se explique, defenda-se um pouco e torne-se uma personagem mais espessa. (PEPETELA. In: PASCOAL, 2012, p. 02, apud MARTINS, 2014, p. 122).

⁵⁸ Termo engendrado por Paul Zumthor (1993), apud MARTINS, 2014.

Esse jogo entre personagens de inspiração fatuais inseridos entre outras de cunho ficcional exige atenção do leitor. Deveras, é comum associar definições de *ficção* como uma mentira, distante do verídico. No entanto, uma interpretação rasa dessa premissa deixa a entender que os textos ficcionais são isentos da realidade incompreensível por esse meio. Na verdade, é pertinente abdicar da relação totalmente adversa e dicotômica dessas concepções como critérios norteadores para compreensão circunspecta aos textos ficcionais.

De acordo com Iser (1990), se hoje em dia as ficções literárias não são culpadas de mentir, de todo modo estão estigmatizadas como irrealis, sem levar em conta a função vital que jogam na experiência diária. De acordo com Nelson Goodman⁵⁹, as pessoas não vivem em apenas uma realidade, mas sim que em muitas, e que cada uma destas realidades é o resultado de um processo que nunca pode ser rastreado até “algo sólido e subjacente”. Não há nenhum mundo subjacente, mas o ser humano, em sua recolocação, cria novos mundos desde o vivenciado, e todos eles existem ao mesmo tempo em um processo que Goodman descreve como “fatos da ficção”. Assim, as ficções não são o lado irreal do real, o oposto à realidade que o “conhecimento tácito” as leva ser, se não que, elas são, melhores condições que permitem a produção de mundos, cuja realidade, em troca, não vem a ser questionada.

Percebe-se que houve uma preocupação de Pepetela ao reconstruir a imagem de Cerveira Pereira, para não produzir o efeito de aversão autoral ao personagem histórico que fora ficcionalizado. A mesma preocupação parece existir na divisão simétrica do romance, ou seja, a intencionalidade talvez esteja baseada em não se mostrar a favor ou contrário às personagens ou aos fatos que ele vai ressuscitando do passado e pondo em cena no universo diegético da narrativa (MARTINS, 2014, p. 122).

Essa reconstrução da imagem de Cerveira como um inimigo catalizador das outras personagens sintetiza algumas das abstrações da ideia do Estado empregadas para justificar determinadas ideologias. O meio utilizado, para isso, seriam armadilhas, seduções e subversões, apresentando-se “como uma forma inusitada e revigorada de política, e como um substituto atraente de energias políticas bloqueadas, um simulacro de iconoclasmo numa sociedade politicamente quiescente”, segundo Terry Eagleton (1996, p 9). Esse autor trata de tais ilusões que se refletem na produção discursiva das narrativas, sejam de cunho científico da

⁵⁹ Nelson Goodman, **Waysof Worldmaking** (Hassocks, 1978), esp. pp. 6-10; hereafter cited in text, apud ISER, 1990, p. 954.

História, sejam ficcionais da Literatura, apontando que a linguagem torna real calúnias raciais sexistas, dentre outras, como parte do discurso civilizado aparentemente essencial para a sociedade. O meio utilizado pela linguagem para transformar operações mentais e conceitos abstratos em realidades tangíveis vem a “figurar como um fetiche — tanto no sentido marxista de ser reificada, investida de um poder excessivamente numinoso, como no sentido freudiano de substituir algo no momento indefinidamente ausente” (EAGLETON, 1996, p. 3).

Há que alertar, contudo, que as noções de fetiche são perigosas. Ainda que permitam compreender muitas das relações psicanalíticas das personagens, enquanto sujeitos, com os objetos, o fetiche traz consigo implicitamente incorporações orientalistas, na medida em que tomam a palavra do Outro para designá-la em sentido pejorativo. Convém mencionar que Said estabelece uma distinção duas formas de orientalismo. Neste âmbito, há entre um “orientalismo acadêmico”, que incluiria especialistas de qualquer disciplina cujo objeto de estudo é o “Oriente”, e um “orientalismo imaginativo”, que abarcaria um grande número de pessoas, sejam escritores literários, artistas, filósofos, políticos e os próprios especialistas. Assim, o orientalismo corresponde a todos que assumem uma visão reducionista e essencialista de um “Oriente” e “Ocidente”. O feitiço e o fetiche dos africanos, sob essa perspectiva, seriam oriundas de um território da barbárie, luxúria, atraso e incapacidade de autogestão e, conseqüentemente, autogoverno. Em contrapartida, o Ocidente traria novo significado à palavra, no espaço da civilização, continência, autonomia e progresso que precisa ser expandido pelo mundo. “Assim, Orientalismo pode acomodar desde Ésquilo até Victor Hugo, Dante e Karl Marx”⁶⁰.

O fetiche freudiano está representado nas roupas da personagem ficcionalizada Manuel Cerveira, que desafia o calor angolano, em trajes longos, escuros, usando botas, como forma de criar uma imagem formal e oponente aos demais. Carlos Rocha também se sobrepõe graças à arma de fogo que rouba de seu pai, das botas que veste e do escravo Mulende que o acompanha, compondo elementos passíveis de desejo e legitimadores de seus relacionamentos hierárquicos. Carlos Rocha também representa o fetichismo marxista na medida em

⁶⁰ This Orientalism can accomodate. Aeschylus, say, and Victor Hugo, Dante and Karl Marx, apud SAID, 2003, p. 3.

que representa metonimicamente a Colônia de Angola. Ele representaria o dominado, assim como Margarida, a filha do juiz André Velho de Sottomayor. As disputas políticas e o jogo de poder teria como representante o padre franciscano Simão de Oliveira. Como já salientado, todos nutrem, em certa medida, receios, rancores, medos e ódio a Cerveira.

O tempo adquire uma característica pendular, à medida em que intercala as perspectivas de narradores e personagens ficcionais ou ficcionalizados. De acordo com Genette (op. cit., pp. 33-35), o relato de ficção conta com o tempo de narrar e o tempo narrado com a enunciação e o enunciado, com o ponto de vista e a voz narrativa no curso do ato de narrar. Ele utiliza as teorias germânicas para se referir à dualidade temporal como a oposição entre tempo da história (story) e da Narrativa temporal, em diferentes níveis da elaboração estética (aesthetic). A partir disso, ele se estuda as relações entre o tempo da história e do pseudo-tempo da narrativa. Para tanto, há três conexões: entre a ordem temporal e a ordem pseudo-temporal, quanto à sucessão de eventos na história; entre a duração variável destes eventos e a pseudo-duração de suas revelações (telling) na narrativa; e, finalmente, entre as capacidades de repetição da história e as potencialidades da narrativa.

O movimento pendular se apresenta também no julgamento de valores. À medida que, em cinco capítulos, as personagens denunciam Manuel de Cerveira, este toma a voz em outros cinco, para defender-se, valendo-se da História, cujos registros oficializaram sua memória como fatos mencionáveis ao longo dos tempos. A narrativa *A Sul. O Sobreiro*, portanto, não segue uma linearidade que cumpra padrões de ordem e síntese. Ricoeur (2010) aborda esses elementos, interligando-os à História, à memória e ao esquecimento. Para tanto, ele emprega uma corrente que varia do legado aristotélico a inspirações estruturalistas. Seguindo este preceito, entende que Pepetela se emprega de objetos essenciais da História e das memórias, mas que nem sempre são confiáveis, para realizar uma representação de ordem ficcional e estética da relação dialética entre memória e história, situadas em parâmetros de éticos, morais e estéticos. Observa-se que a ucronia propõe que o devir histórico não depende tanto do acontecimento em si, mas, da sintaxe que determinados acontecimentos (eventos históricos) conformam dentro do relato. Isto produz uma ficção constituída por elementos históricos, ou uma história ficcional, ambas essencialmente distintas a uma novela histórica, devido às características de projeção da realidade, que possui a história ficcional.

Apesar de uma aparente ausência de linearidade narrativa, que Genette denominaria de anacronias, algumas regras básicas foram mantidas nesse trabalho de Pepetela. Os acontecimentos foram verossímeis, à medida que derivavam de relatos que se (auto)referenciavam (a História, a instância de enunciação). Este relato conformou o *espaço de experiência* das personagens. Estes acontecimentos foram reorganizados de modo que entre eles existisse, por sua vez, um “relato gerador de verossimilhança”, ou seja, um relato que garanta a consistência da ficção. Nem sempre os relatos estavam explícitos, mas se fizeram presentes de tal forma que pudessem ser inferidos a partir da exposição destes mesmos acontecimentos, em que tange a dominação colonial seicentista em Angola. A estrutura narrativa pôs em evidência, dessa forma, o caráter atuante das “grandes figuras históricas”. Isso aconteceu porque as mostrou mais como “catalizadores” de complexos processos políticos e sociais (inclusive psicológicos) do que como elementos que definiriam o devir histórico, aquilo que vem a ser História.

A partir daquilo que havia lido, o escritor angolano apresenta no âmbito das personagens e até dos diferentes narradores essas expressões de conhecimento que vão configurar a noção transnacional do angolano, desde o século XVI. Alguns apontamentos de entrevistas a respeito deste assunto com Pepetela abordaram a questão de que ele começou com uma estética que evidenciava uma ideologia convicta. No entanto, ao longo de sua produção literária, houve mudanças notáveis, reflexos de uma crise utópica. Assim, da utopia, o escritor volta-se para a ucronia:

esta história, misturado com fatos e acontecimentos imaginários, é na verdade pura fantasia, e a conclusão deste livro singular afastado não poderia ser mais da verdade triste. O escritor compõe uma história alternativa, utopia do passado. Ele escreveu a história, não como era, mas como poderia ter sido, o que ele acredita, e ele nos alerta ou de seus erros voluntários ou seu propósito (RENOUVIER, 1876, tradução nossa⁶¹, p. II).

Os elementos intertextuais se legitimam e se direcionam para o discurso da construção de personagens que não apenas reproduzem a realidade que as cerca, como também interagem com ela. É assim o cunho pessoal com que Simão de Oliveira relata os fatos políticos do qual é testemunha. Também é como o narrador apresenta os pensamentos de Carlos Rocha, que se vê como um homem branco,

⁶¹ Mais cette histoire, mêlée de faits réels et d'événements imaginaires, est en somme de pure fantaisie, et la conclusion de ce livre singulier s'éloigne on ne peut plus de la triste vérité. L'écrivain compose une uchronie, utopie des temps passés. Il écrit l'histoire, non telle qu'elle fut, mais telle qu'elle aurait pu être, à ce qu'il croit, et il ne nous avertit ni de ses erreurs volontaires, ni de son but.

não por sua cor, mas por suas vestimentas, atitudes, formação e linguagens, enquadrando-se em uma clara definição de *Pele negra, máscaras brancas*, de Fanon.

Ademais, há Margarida, que destoa das de outras personagens, razão pela qual se fez aqui a metáfora aproveitando o seu nome: diferente da europeia, a flor africana brota solitária no meio da estepe e resiste ao meio hostil que lhe é cenário.

Parte da compreensão desse processo criativo do escritor ocorreu por meio de alguns apontamentos de Kristeva (1989). Ela apresenta um paradoxo entre a perda e a ausência que não apenas impulsionam e sustentam o ato imaginário de forma permanente, como também o ameaçam e o comprometem. Essas são algumas razões para que, enquanto a História se objetiva para vir a ser ciência, a Literatura venha a estar próxima e ao mesmo tempo estranha à matéria dos discursos e dos sonhos. O estranhamento e a aproximação simultâneos do ato literário recebem o nome de magia, linguagem poética, mito, ficcionalização etc. Tal prática sobre o significante produz uma abstração que, ideologicamente ao longo da História, ora é valorizada, ora tem lugar quase nulo. Entretanto, sua nulidade seja talvez algo impossível e a literatura é o ato consciente da própria negação do tempo histórico.

Iser (2002) aponta que a ficcionalização é uma demonstração da criatividade humana. Como não existem limites para o que pode ser espetacularizado, o processo criativo, em si mesmo, carrega a inscrição da ficcionalidade: a estrutura de duplo significado. Neste sentido, oferece a paradoxal e, talvez por essa razão, desejável possibilidade de ser ambos significados na metade da vida e em mesmo instante estar fora deles. Esta simultânea imbricação e desprendimento da vida mediante à ficção, que cria um espetáculo anacrônico de narrativas sobrepostas. Em consequência disto, o leitor é conduzido ao desprendimento entre mundos fatuais e ficcionais, que de outro modo é impossível no cotidiano. Assim, a ficcionalização demonstra o ser, que está na metade das coisas, voltando esta mesma imbricação em um espelho para si.

Essa disposição reflexiva ocorre de forma contínua, transcendendo a compreensão humana tanto da memória, como das projeções. Neste sentido, uma determinada situação hipotética, que resida no futuro, pode ser uma utopia e, ao mesmo tempo, uma distopia, dependendo do ponto de vista. Por exemplo: Pepetela participou da luta armada até 1975, em Angola, movido por um ideal utópico;

entretanto, para os portugueses, perder suas últimas colônias na África era um futuro distópico cada vez mais iminente. O conflito entre essas visões de futuro gera um presente entrópico, fadado ao caos. À medida que o estado de desordem universal avança, orientalistas, no âmbito científico, cultural ou jornalístico, se nutrem dessas entropias, na medida em que vende distopias à população, seja estrangeira, seja autóctone.

No entanto, os fatos desenvolvidos no processo temporal determinam qual posicionamento ideológico irá prevalecer. No caso da História recente de Angola, consolidou-se uma distopia, na medida em que os portugueses perderam suas colônias africanas, as pessoas que visavam a investimentos voltados ao capital perderam para uma implantação comunista, que não obteve sucesso com a inclusão social, tampouco com a conquista imediata da paz.

Às pessoas que, no passado, idealizaram um futuro diferente, restou-lhes imaginar “como teria sido”, “e se tivesse sido diferente”, induzindo-as à memória ucrônica, das hipóteses do passado, de uma história alternativa. Neste sentido, é possível identificar dois tipos de ucronia: a memória coletiva e significativa em que mais de uma pessoa consegue visualizar signos de um passado que não aconteceu; e outra individual, do artista, que se utiliza de uma licença poética a partir da História e da memória que lhe está circunscrita.

O tempo em que vivemos sendo o do nosso discurso, a palavra estranha, retardada, ou dissipada do melancólico o conduz a viver numa temporalidade descentrada. Ela não se escoia, o vetor antes/ depois não a governa, não a dirige de um passado para uma finalidade. Maciço, pesado, sem dúvida traumático porque carregado de muita dor ou de muita alegria, *um momento* tapa o horizonte da temporalidade depressiva, ou melhor, tira-lhe qualquer horizonte, qualquer perspectiva. Fixado ao passado, regressando ao paraíso ou ao inferno de uma experiência não ultrapassável, o melancólico é uma memória estranha: tudo findou "ele parece dizer, mas eu permaneço fiel a esta coisa finda, estou colado a ela, não há revolução possível, não há futuro. Um passado hipertrofiado, hiperbólico, ocupa todas as dimensões da continuidade psíquica. E essa ligação a uma memória sem futuro, sem dúvida, também é um meio de capitalizar o objeto narcísico, de incubá-lo no cercado de um túmulo pessoal sem saída (KRISTEVA, 1989, p. 61).

Portanto, nesse processo imaginativo Pepetela se volta ao passado. Com isso, ele seleciona, para escrever *A Sul. O Sombreiro* um período específico, o século XVI a partir de suas leituras de autores estrangeiros e africanos que descreveram esse período. Em seu processo criativo, a ucronia emerge, sob personalidades oficializadas que, por diferentes perspectivas da História, teriam se relacionado com pessoas comuns, esquecidas pela oficialidade. Além dessa ucronia

individual e implícita, o autor apresenta de forma explícita a ucronia coletiva do sebastianismo, de forma direta, principalmente, sob o fluxo de consciência da personagem ficcional Margarida.

Assim, todo processo criativo envolve o ficcional e o reflexivo, ao sobrepor o fatural com caracteres ficcionalizados. O autor ironiza, com isso, os próprios relatos dos ocidentais que, em um processo que Said designou Orientalismo, têm selecionado para si apenas aquilo que lhes convinha, criando uma História tão convincente e verossímil que passaram a tê-la como sinônimo de verdade. No entanto, percebeu-se que há muitos matizes semânticos entre o que é ou não verdadeiro, bem como o que vem a ser (ou deixar de ser) o tempo...

REFERÊNCIAS

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Literatura, história e política: Literaturas de língua portuguesa no século XX**. São Paulo: Ática, 1989.
- AÇORES (Gov.). Centro de História de Além-mar (Ed.). **Representações de África e dos africanos na História e na cultura: Séculos XV a XXI**. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/wFiYt3>>. Acesso em: 10 de jan. de 2015.
- AFRICA FEDERATION. **The Pink Map: The Pink Map**. (Portuguese: Mapa-cor-de-rosa). Disponível em: <<http://goo.gl/AUefHR>>. Acesso em: 18 jan. 2016.
- AJAYI, J. F. A. **África do século XIX à década de 1880**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. Col. História Geral da África - Vol. V.
- ARANHA, P. W. de Brito. **Memórias Historico-estatísticas de algumas villas e povoações de Portugal com documentos ineditos**. Lisboa: A.m. Pereira Editor, 1871. Disponível em: <<https://goo.gl/gtqSq2>>. Acesso em: 17 jan. 2016.
- ARIÈS, Philippe. **O tempo da história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. Trad. R. L. Ferreira. Col. Ciências sociais.
- ARISTOTLE. **Poetics**. Oxford: Oxford Clarendon Press, 2013. (Gutenberg Project Ebooks). Trad. Ingram Bywater. Disponível em: << <http://goo.gl/Y9kyT8>>>. Acesso em: 13 jan. 2016.
- _____. **The Complete Works of Aristotle: The revised Oxford translation**. New Jersey: Princeton University Press, 1991. (Vol. II). Trad. Jonathan Barnes.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis: La representación de realidad en la literatura occidental**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1995. Trad. I. Villanueva; E. Ímaz.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1987. Trad. J. Guinsburg.
- BBC BRASIL. **Angola completa 25 anos de independência e guerra civil**. 11 de nov. de 2000, às 17h10min.. Disponível em: <<http://goo.gl/WusfW0>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ufmg, 1998. Trad. M. Ávila; E. L. de Lima Reis; G. R. Gonçalves.
- BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **África sob o domínio colonial: 1880 - 1935**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. (Col. História Geral da África. Vol. VII).
- BROOKE, James. **Cuba's Strange mission in Angola**. New York: The New York Times, 01/19/87. Magazine. Disponível em: <<http://goo.gl/YUCY71>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRUNSCHWING, Henri. **A partilha da África Negra**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Col. Khronos 6).

CADORNEGA, António de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas: 1680**. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1972. (3 vols.). Anotações e correções de J. M. Delgado.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África: processo de ocupação colonial; transformações sociais nas colônias; os movimentos de libertação**. Campinas: Atual e Unicamp, 1986.

CASTILLON, Louis. **Reine D'Angola: Histoire Africaine, Suivie de Recherches & d'Observations sur la férocité naturelle des Giagues, & d'une Relation exacte de leurs Maeurs, de leur Coutumes & de la barbarie de leurs Usages**. 2. ed. Bouillon: Société Typographique, 1770. (Seconde Partie).

CÉSAIRE, Aime. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978. (Col. Cadernos Livres 15).

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique: Experiência Colonial e Territórios Literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

_____. **Brasil/África: como se o mar fosse mentira**. São Paulo e Luanda: Unesp e Chá de Caxinde, 2006.

CHIAPPINI, Ligia; LEITE, Moraes. **O foco narrativo 2 ed**. São Paulo: Ática: 1985.

CONTE, Daniel. **Calados por Deus ou de como Angola foi arrasada pela História: os tons do silêncio no processo de construção da identidade angolana e sua representação na ficção**. Tese (Doutorado) - Curso de Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana, Programa de Pós-graduação em Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/umHQuY>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

CONTE, Daniel; TUTIKIAN, Jane (Org.). **Palavra Nação**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

COUTO, Diego. **Dos feitos, que os Portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras, e mares do Oriente**. Lisboa: Regia Officna Typografica, 1838.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda., 1999. Trad. S. Vasconcelos.

D'OLIVEIRA, João Braz. **Narrativas navaes**. 2. ed. Lisboa: Arthur Brandão & Cia, 1908. Digitalizado por Internet Archive, em Universidade de Toronto: 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/urfqVu>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

DIAS, Pedro. **O reino inexistente de Benguela: O fictício reino de Benguela iria alargar-se à actual África do Sul e Moçambique**. Página de Notícias: A Voz da América, 112011. Disponível em: <<http://www.voaportugues.com/a/article-12-11-2011-benguelakingdom-voanews-135401463/1261765.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do Pós-modernismo**. Oxford: Blacwell Publisher, 1996. Trad. E. Barbosa.

_____. **Ideologia**: Uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997. Trad. L. C. B. S. Viera.

_____. **Una introducción a la teoría literaria**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1988. Trad. J. E. Calderón.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**. Lisboa: Arcádia, 1979.

_____. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FASI, M. El. O Marrocos. In: OGOT, Bethwell Allan (Ed.). **África do século XVI ao XVIII**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 8. Col. História Geral da África. Vol. V.

FERKISS, Victor C.. **África**: um continente à procura de seu destino. Rio de Janeiro: Gb, 1967.

FERREIRA, José Carlos Ney; VEIGA, Vasco Soares da. **Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique**: Anotado e legislação complementar: Estatuto dos Julgados Municipais (Decreto nº 39.817, de 15 de Setembro de 1954). Reforma prisional do ultramar (Decreto-lei nº 39.997, de 29 de dezembro de 1954). Portaria nº 15.612, de 21 de novembro de 1955. 2 ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1957.. Lisboa: Imprensa Nacional, 1957. Disponível em: <<https://goo.gl/qj5SOV>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

FRANCO Júnior, Hilário. As estruturas mentais. In: **A Idade Média**: O Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2005. Capítulo 8.

FREIRE, Rita Silva. **Não se festeja a morte de ninguém**. Entrevista concedida por Pepetela para a Revista Caju, em 30 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nao-se-festeja-a-morte-de-ninguem-entrevista-a-pepetela>>. Acesso em: 10 de jan. de 2016.

FREITAS, Antonio Gregorio. **Novo roteiro da Costa D'África Occidental**. Desde Cabo Lopes, ou Lopo Gonçalvez até Cabo Negro onde se compreendem as possessões marítimas de Portugal nos reinos de Angola e Beguella; com algumas derrotas. Capitão de Mar e Guerra da Armada Nacional e Real. Typographia de J.V. Lisboa: Pereira da Silva, 1863.

GAMA, Antonio Saldanha da. **Memoria sobre as colonias de Portugal, situadas na costa occidental DAfrica**, mandada ao governo pelo antigo governador e capitão general do Reino de Angola Antonio de Saldanha da Gama, em 1841. Paris: Typographia de Casimir, 1839.

GANCHO, Cândida V. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 2006.

GENETTE, Gérard. **Narrative Discourse**: an essay in method. Ithaca: Cornell Universit Press, 1983.

GUERREIRO, Fernão. **Relação anual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus** nas partes da da Índia Oriental, no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné, nos anos de seiscentos e dois e seiscentos e três, e do processo da conversão cristã daquelas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram. Lisboa: Jorge Rodrigues, impressor de livros, 1605.

GUIMARÃES, Antonio José. **Memoria sobre a exploração** da costa ao sul de Benguella, na Africa Occidental, e fundação do Primeiro Estabelecimento Commercial na Bahia de Mossamedes. Lisboa: Typographia de F.C.A, 1842.

HAMMOND, R. J. **Portugal and Africa – 1815-1910 – A Study in Uneconomic Imperialism**. California: Stanford, 1966.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX: 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990

HUMAN RIGHT WATCH (ORG). Disponível em: <<https://www.hrw.org/about>>. Acesso em 7 de jan. 2016.

HUTCHEON, Linda. *A Poetics of Postmodernism: History, Theory and Fiction*. New York and London: Routledge: 2003, Digital Printing.

ISER, WOLFRANG. **Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional**. In: LIMA, Luiz Costa (org.) *Teoria da literatura em suas fontes*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Fictionalizing: The Anthropological Dimension of Literary Fictions**. *New Literary History*, Vol. 21, No. 4, Papers from the Commonwealth Center for Literary and Cultural Change. Autumn: The Johns Hopkins University Press, 1990, pp. 939-955. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/469193>> Acesso em: 10 de jan. de 2016.

ISTO É INDEPENDENTE – Caderno Mundo. **Guerrilha sem-fim**. Publicado em: 24 de novembro de 1999. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/29009_GUERRILHA+SEM+FIM> Acesso em: 5 de jan. de 2016.

KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **Metodologia e pré-história da África**. Brasília: Unesco, 2010. Col. História Geral da África - Vol. I.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Sol Negro: depressão e melancolia**. 2 ed. Rio de Jan.: Rocco, 1989.

LIBERATO, Carlos. PAIVA, Felipe. **A ideologia da escrita: Pepetela, uma entrevista**. Mulemba. Rio de Janeiro, v.1, n. 5, pp. 152- 158, jul/dez 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/rIr0LB>>. Acesso em: 10 de jan. de 2015.

LIENHARD, Martin. **La voz y su huella**. Chiapas, México: Casa Juan Pablos, 2003.

LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da literatura em suas fontes. Vol. 2. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.**

_____. **História, Ficção, Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIPPOLD, Walter G. **O pensamento anticolonial de Frantz Fanon e a Guerrade Independência da Argélia.** Porto Alegre: 2005.

MARTINS, Isabel Cristina Oliveira. **O processo de ficcionalização histórica da Angola seiscentista em A Sul. O Sombreiro.** Dissertação de mestrado. UESP: Campina Grande, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/wQ9q13>>. Acesso em: 10 de jan. de 2016.

M'BOW, Amadou-Mahtar. **Prefácio.** In: AJAYI J. F. ADE (ed.). **História Geral da África VI.** África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.

MAJOR, Richard Henry. **The life of Prince Henry of Portugal, surnamed the Navigator, and its results:** comprising the discovery, within one century, of half the world -- With-- the history of the naming of America. Londres: A. Asher & Co., 1868. Disponível em: <<http://goo.gl/38Xicl>>. Acesso em: 29 de jan. de 2016, p. 331.

MARTINS, Isabel C. O. **O processo de ficcionalização histórica da angola Seiscentista em “A Sul. O Sombreiro”.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba. Área de concentração: Literatura e Estudos Culturais. Linha de pesquisa: Literatura, Memória e Estudos Culturais. Campina Grande: UEPB, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/ANQTdR>>. Acesso em: 11 de jan. de 2016.

MAZRUI, Ali A.; MONDJI, Christophe (editores). **História Geral da África – VIII – África desde 1935.** Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África. Brasília: UNESCO, 2010.

MENESES, João Antonio Carvalho de. **Demonstração geographica e politica do território portuguez na Guiné Inferior,** que abrange o Reino de Angola, Benguella, e suas dependências, causas da sua decadência e atrasamento, suas conhecidas produções e os meios que se podem aplicar para o seu melhoramento e utilidade geral da nação. Escripita em Lisboa, em 1846. Rio de Janeiro: Typ. Classica de F.A. de Almeida, 1848.

_____. **Memoria geografica, e politica das possessões portuguezas n'Affrica Occidental,** que diz respeito aos reinos de Angola, Buenguela, e suas dependencias: origem de sua decadencia, e atrazamento, suas conhecidas produções, e os meios que se devem applicar para o seu melhoramento, de que deve rezultar mui grandes vantangens á monarquina. Typogra Carvalhense: 1834.

MENEZES, Solival Silva e. **Dinâmica da transição de uma economia dependente colonial para economia centralmente planejada e sua inflexão recente para economia de mercado.** Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade USP. Área do Conhecimento: Teoria Econômica. São Paulo: USP, 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/jdES2f>>. Acesso em: 15 de jan. de 2016.

NORONHA, D. Isidoro. **Um brado pelas colonias** ou as colonias salvas pela missão e Portugal salvo pelas colonias. Collecção de artigos, publicados no Jornal do Commercio. Typographia de G.M. Lisboa: Martins, 1870.

NUNES, Benedito. **Narrativa histórica e narrativa ficcional**. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org). Narrativa: ficção e história. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

OGOT, Bethwell Allan (ed.). **África do século XVI ao XVIII**. Col. História Geral da África. Vol. V. Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, Silvia. **Pepetela. “A Sul. O Sombreiro”**. Revista Crioula. USP: São Paulo, Novembro de 2012 - Nº 12. Disponível em: <<http://goo.gl/ccnZkc>>. Acesso em: 08 de jan. de 2015.

OPEC. **Angola facts and figures**. Disponível em: <<http://goo.gl/VLYzSP>>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

PANTOJÁ, S.; SARAIVA, J. F. (orgs.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PERCIO, Daniel del. Mirarse en el espejo del tempo: la narratividad de la ucronía en “Peter Kampf lo sabía” de Trillo-Mandrafina. In: Altamiranda, DANIEL; SALEM, Diana. **Narratología y discursos múltiples**: homenaje a David William Foster. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/zXEHLB>>. Acesso em: 14 de jan. de 2016.

PASCOAL, Raissa. **A cor e o poder na Angola do século XVII** (ENTREVISTA). 23 de maio de 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/entrevista/a-cor-e-o-poder-na-angola-doseculo-xvii>>. Acesso em: 15 de novembro.

PEPETELA. **As aventuras de Ngunga**. São Paulo: Ática, 1981.

_____. **A Sul. O Sombreiro**. São Paulo: Leya, 2012.

_____. **A geração da utopia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. **Mayombe**. 5 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

_____. **Lueji: o nascimento de um império**. 5 ed. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

PIÑON, P. Ismael; GONZÁLEZ, Gerardo. **La literatura debe ayudar a las personas a reflexionar, a pensar, a sentir, a transformarse en personas libres**, Rebelión, 8 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=44344>>. Acesso em: 23 de jan. de 2016.

PIRES, Rogério Brittes W.. **Fetichismo religioso, fetichismo da mercadoria, fetichismo sexual**: transposições e conexões. Revista de antropologia, v. 57 nº 1.. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <www.revistas.usp.br/ra/issue/archive> Acesso em 23 de jan. de 2016.

RAVENSTEIN, Ernest G. **The strange adventures of Andrew Battell of Leigh**, in Angola and the adjoining regions. Reprinted from "purchas his pilgrims". History of Kongo and Angola. London: Hakluyt Society, 1901. Disponibilizado em Gutenberg.org: <<http://www.gutenberg.org/ebooks/41282>>. Acesso em: 10 de jan. de 2016.

REDÜ, Larima N. **Os muitos cercos de Lisboa**: a reconfiguração ficcional do intertexto historiográfico em "História do cerco de Lisboa" de José Saramago. Dissertação (Mestrado). Curso de Literatura Brasileira, Programa de Pós-graduação em Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/131573>> Acesso em: 15 de jan. de 2016.

REIS, Mario J. **A cartografia dos arranjos de representação em 'A Sul, O Sombreiro', de Pepetela**. Ensaio. Agosto de 2012.

RENOUVIER, Charles. **Uchronie (L'Utopie Dans L'Histoire)**: Esquisse Historique Apocryphe du Développement. 1876. Reprint. London: Forgotten Books, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/GwdGIU>> Acesso em: 29 de fev. de 2016.

RICOEUR, Paul. **A intriga e a narrativa histórica**. São Paulo, Martins Fontes, 2010. (Col. 1; 2; 3).

_____. **História, memória e esquecimento**. Campinas: Unicamp: 2010.

RODRIGUESI, Inara de Oliveira. **Espaço da história, tempo da memória e fraturas identitárias em A Sul. O Sombreiro, de Pepetela**. XII Congresso Internacional da ABRALIC, Internacionalização do Regional: Campina Grande, 08 a 12 de julho de 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/kx0fQk>>. Acesso em: 09 de jan. de 2015.

ROSENFELD Gavriel, **The World Hitler Never Made**: Alternate History and the Memory of Nazism, Cambridge, Cambridge University Press, 2005. Disponível em: Acesso em: <<http://goo.gl/IIExj7>> 10 de jan. de 2016.

SADAC. **Southern African Development Community**: Towards a Common Future. Angola. Disponível em: <<http://www.sadc.int/member-states/angola/>>. Acesso em: 22 de jan. de 2016.

SÁ, Vivien K. L. (ed.). **Admirable adventures and strange fortunes of Master Anthony Knivet: an English pirate in sixteenth-century Brazil**. Cambridge: University of Cambridge, 2015.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Orientalism**. London: Penquin Books: 2003.

SANTO, General Gabriel A. do Espírito. **Cooperação Civil-Militar na Contra-Insurreição**: Leste de Angola, 1971-1973. In: Revista Militar nº 2487. Europress: Lisboa, abril de 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/OQPRd7>>. Acesso em: 22 de jan. de 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Entre Próspero e Caliban**: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. Novos Estudos Cebrap, 2004.

SARAIVA, José F.S. **A formação da África Contemporânea**. São Paulo: Atual, 1987.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **De volta às armas**: Guerra civil angolana se intensifica e preocupa Washington, que teme expansão do conflito no sul da África. In: Folha de São Paulo – Caderno Mundo. São Paulo, Domingo, 14 de Fev. de 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/J1Q59X>>. Acesso em 22 de jan. de 2016.

SILVA, Teresa Cristina Cerdeira. **Na crise do histórico, a aura da história**. In: CARVALHAL, Tania Franco; TUTIKIAN, Jane (orgs.). Porto Alegre: UFRGS, 1995.

STUDIORUM, Alma Mater. Origini dell’Ucronia. **La Letteratura contro la Storia**. Letterature moderne, comparate e postcoloniali. Tese (Doutorado). Università di Bologna: 2013. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/files/330/17332879.pdf>> Acesso em: 15 de março de 2016.

PAULUS SWAEN LTDA. **Bellin, J.N. - Carte . . . Congo, Angola et Benguela**. 2016. Disponível em:<<http://www.swaen.com/antique-map-of.php?id=5299>>. Acesso em: 10 de jan. de 2016.

TORRES, Luís da Mota Feio. **Memórias contendo a biografia do Vice-Almirante Luís da Mota Feio e Torres**, a história dos governadores e capitães gerais de Angola desde 1575 até 1825 e a descrição geográfica e política dos reinos de Angola e de Benguela. Paris: Fantin, 1825.

TORGAL, Luís Reis. **Estados Novos – Estado Novo**: Ensaios de História Política e Cultural. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**: 1400 – 1800. Rio de Janeiro: Elsevier e Campus, 2004.

TUTIKIAN, Jane. **Velhas identidades novas**: o pós-colonialismo e emergência das nações de língua portuguesa. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2009.

_____. **Entrevista com Pepetela**. In: Organon, Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro, 2009, p. 209 – 211.

UNESCO. **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**.

Disponível em: <<http://en.unesco.org/>> Acesso em: 13 de jan. de 2016.

USIP – United States Institute of Peace. **Lusaka Protocol**. Peace Agreements Digital Collection. Lusaka, Zambia, 15 de novembro de 1994. Disponível em: <<http://goo.gl/92TG06>>. Acesso em: 15 de jan. de 2016.

VELASCO, Luzelena Gutiérrez de. **La nueva novela histórica de los años noventa em México**. In: LÓPEZ, Patricia Cabrera (coord.) **Pensamiento, cultura y literatura en América Latina**. México, D.F.: UNAM, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/NJNLxD>> Acesso em: 24 de jan. de 2016.

VENTER, Al J. **Portugal's Guerrilla Wars in Africa**: Lisbon's Three Wars in Angola, Mozambique and Portuguese Guinea 1961-74. Helion & Company: West Midlands, 2013, p. 333.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario T.; PEREIRA, Analúcia D. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. Série Sul-Africana.

ZERO HORA. **As esperanças de Pepetela**. Entrevista. 25 de maio de 2012. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/mundolivro/tag/confrades-de-lingua-portuguesa/?topo=69,2,18,2>> Acesso em: 03 de jan. de 2015.

WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical in nineteenth-century Europe. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1973.

_____. **The content of the form: narrative discourse and historical representation**. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1987.

_____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

WORTON, Michael; STILL, Judith (Ed.). **Intertextuality**: theories and practices. New York: Manchester University Press, 1990.

ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

**ANEXOS: CÓPIAS DA FOLHA DE ROSTO DE ALGUMAS OBRAS PRIMÁRIAS
CONSULTADAS**

THE
STRANGE ADVENTURES
 OF
ANDREW BATTELL
 OF LEIGH,
 IN ANCOLA AND THE ADJOINING REGIONS.

REPRINTED FROM "PURCHAS HIS PILGRIMES"

©1914, 1915, 1916 and 1917
 HISTORY OF KONGO AND ANGOLA,
 BY
 E. G. RAVENSTEIN.



LONDON
 PRINTED FOR THE HAKLUYT SOCIETY

N.º 2

MEMORIA
GEOGRAFICA, E POLITICA

D A S

POSSESSÕES PORTUGUEZAS N'AFRICA
 OCCIDENTAL, QUE DIZ RESPEITO

A O S

REINOS DE ANGOLA,
BENGUELA, E SUAS DEPENDENCIAS.

ORIGEM DE SUA DECADENCIA, E ATRAZAMEN-
 TO, SUAS CONHECIDAS PRODUÇÕES, E OS
 MEIOS QUE SE DEVEM APPLICAR PA-
 RA O SEU MELHORAMENTO, DE
 QUE DEVE REZULTAR MUI
 GRANDES VANTAGENS A
 MONARQUIA.

P O R

JOAQUIM ANTONIO DE CARVALHO
E MENEZES.

//



Lisboa.

A N N O 1834.

NA TYPOGRAFIA CARVALHENSE,
 Com Licença.

NOTICIA
//
DO
ESTADO EM QUE SE ACHA
O POVO DE ANGOLA,
DESTITUIDO
DE MESTRES, PAROCHOS E EGREJAS,
E
CONSIDERAÇÕES A' CERCA DA NECESSIDADE E FACILIDADE
DE REMEDIAR TÃO GRANDES MALES.



LISBOA.
NA TYP. DE G. M. MARTINS.
RUA DO FERREGIAL DE BAIXO, 22.

—
1861.

H 0

P. W. DE BRITO ARANHA

MEMORIAS
HISTORICO-ESTATISTICAS

DE ALGUMAS VILLAS E POVOAÇÕES DE PORTUGAL

COM DOCUMENTOS INEDITOS

SEGUNDA EDIÇÃO

Povoa de Varzim—Louzã—Marinha Grande
Peso da Regoa—Mossamedes—Vista-Alegre.

LISBOA

LIVRARIA DE A. M. PEREIRA, EDITOR

50, Rua Augusta, 52

1883

THE LIFE
 OF
 PRINCE HENRY OF PORTUGAL,
 SURNAMED
 THE NAVIGATOR;
 AND ITS RESULTS:

COMPRISING
 THE DISCOVERY, WITHIN ONE CENTURY, OF HALF THE WORLD.

WITH
 NEW FACTS IN THE DISCOVERY OF THE ATLANTIC ISLANDS;
 A REFUTATION OF FRENCH CLAIMS TO PRIORITY IN DISCOVERY;
 PORTUGUESE KNOWLEDGE (SUBSEQUENTLY LOST) OF THE NILE LAKES;
 AND
 THE HISTORY OF THE NAMING OF AMERICA.

From Authentic Cotemporary Documents.

BY
 RICHARD HENRY MAJOR, F.S.A., F.R.S.L., ETC.,
 KEEPER OF THE DEPARTMENT OF MAPS AND CHARTS IN THE BRITISH MUSEUM;
 AND HON. SEC. OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY.

ILLUSTRATED WITH PORTRAITS, MAPS, ETC.

LONDON:
 A. ASHER & CO., 13, BEDFORD STREET, COVENT GARDEN;
 AND BERLIN, 20, UNTER DEN LINDEN.
 1868.

ANTÓNIO DE OLIVEIRA DE CADORNEGA

HISTÓRIA GERAL
DAS
GUERRAS ANGOLANAS

1680

TOMO I

AGÊNCIA-GERAL DO ULTRAMAR

APÊNDICE: ORGANOGRAMAS COM ESQUEMATIZAÇÕES TEÓRICAS

